



Número: **0140398-11.2013.8.20.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **30/09/2013**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LEONARDO SEVERO DA SILVA (AUTOR)		CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO)	
Seguradora Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (REU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO) JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
49963 606	31/10/2019 11:00	Petição Inicial	Petição Inicial
49963 607	31/10/2019 11:00	0001_01	Petição Inicial
49963 608	31/10/2019 11:00	0002_01	Petição Inicial
49963 609	31/10/2019 11:00	0003_02	Outros documentos
49963 610	31/10/2019 11:00	0004_02	Outros documentos
49963 611	31/10/2019 11:00	0005_07	Sentença
49963 612	31/10/2019 11:00	0006_05	Apelação
49963 613	31/10/2019 11:00	0007_07	Sentença
49963 614	31/10/2019 11:00	0008_06	Contrarrazões
49963 615	31/10/2019 11:00	Termo de Registro	Termo
63857 050	26/11/2019 17:03	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
63857 051	28/11/2019 14:17	Parecer	Parecer
63857 052	28/11/2019 14:17	AC 0140398-11.2013.8.20.0001 - DPVAT - ausência de invalidez permanente - improvimento	Outros documentos
63857 053	07/04/2020 18:16	Acórdão	Acórdão
63857 054	07/04/2020 18:16	Relatório	Relatório
63857 055	07/04/2020 18:16	Voto do Magistrado	Voto
63857 056	07/04/2020 18:16	Ementa	Ementa
63857 057	22/04/2020 14:24	Intimação	Intimação
63857 058	24/04/2020 09:09	Ciência	Ciência

63857 059	13/11/2020 11:25	Petição	Petição
63857 060	15/12/2020 16:04	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
63898 829	16/12/2020 13:43	Certidão	Certidão
63900 791	16/12/2020 14:33	Decisão	Decisão
66046 716	03/03/2021 14:38	Informar os contatos telefônicos do autor.	Petição

PROCESSO N° 0140398-11.2013.8.20.0001, EM ANEXO.





01



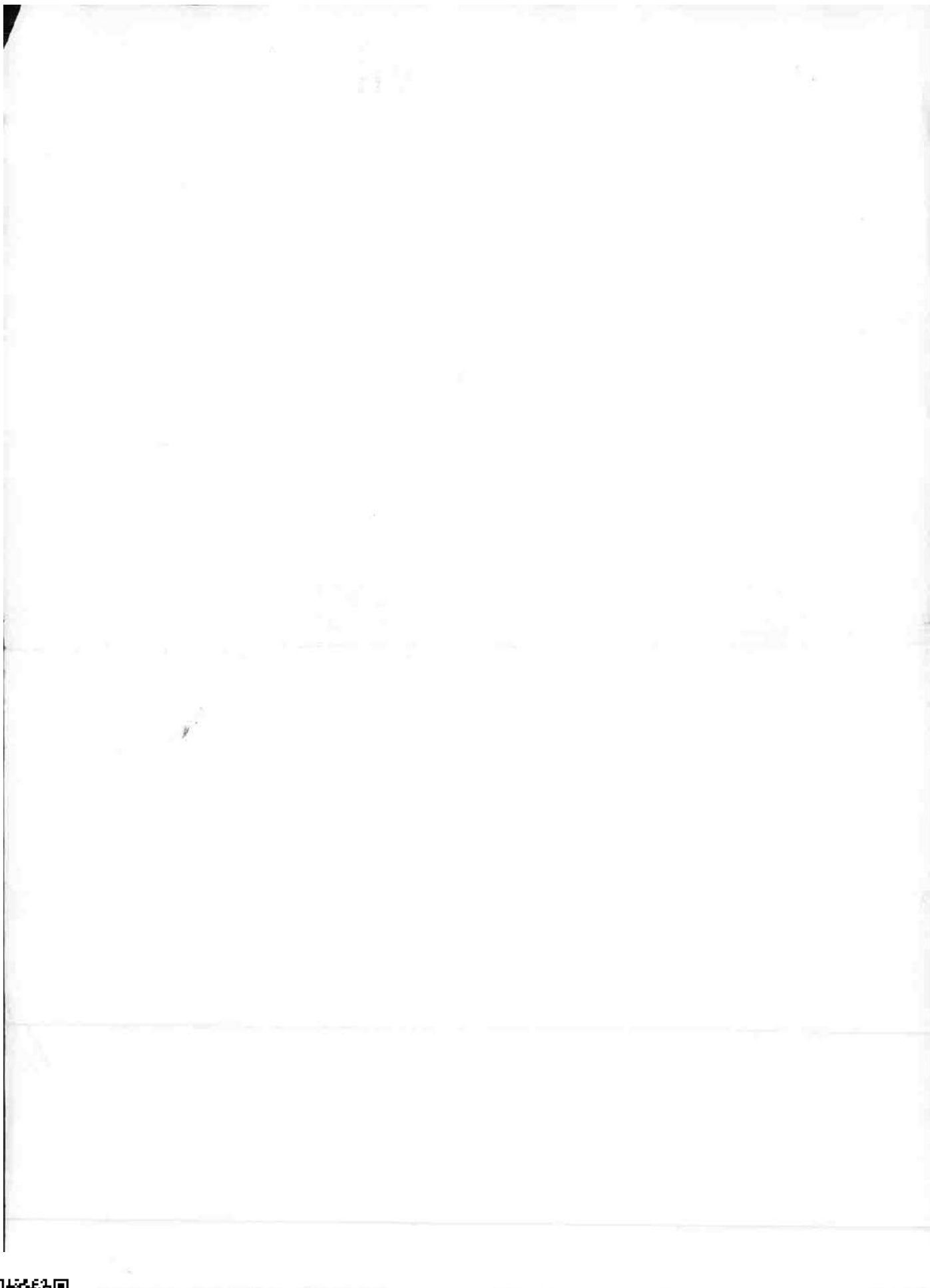
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

TERMO DE MIGRAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS

O presente feito eletrônico foi migrado para este Sistema de Processo Judicial eletrônico – PJe, com o mesmo número de registro do Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/PG, após sua digitalização, inclusão e baixa no Sistema SAJ-PG. Lavrei o presente termo.

(Portaria Conjunta nº 03-TJ, de 16 de janeiro de 2019).







08 A60. 2019
NATAL/RN

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Natal
19ª Vara Cível



0140398-11.2013.8.20.0001

JUSTIÇA GRATUITA

Classe	: Procedimento Ordinário
Assunto principal	: Acidente de Trânsito
Competência	: DPVAT
Valor da ação	: R\$ 13 500,00
Volume	: 1
Autor	: <u>Leonardo Severo da Silva</u>
Advogado	: Claudimir José Ferreira Velho (OAB: 7268/RN)
Réu	: <u>Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais</u>
Observação	: Ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT.
Redistribuição	: Sorteio - 15/05/2018 09:36:29





**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**

COMARCA DE NATAL/RN

DADOS DO PROCESSO

Natal	
12ª Vara Cível	
	
0140398-11.2013.8.20.0001	
JUSTIÇA GRATUITA	
Classe	: Procedimento Sumário
Assunto principal	: Acidente de Trânsito
Competência	: Cível
Valor da ação	: R\$ 13.500,00
Volume	: 1
Autor	: Leonardo Severo da Silva
Advogado	: Claudimir José Ferreira Velho (OAB: 7268/RN)
Réu	: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais
Observação	: Ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT.
Distribuição	: Sorteio - 01/10/2013 12:40:05
Juiz Titular	

12
Cível

AUTUAÇÃO

Cetifico que, na data acima informada no campo correspondente à distribuição, nesta cidade de Canital do Estado do Rio Grande do Norte, autuei nesta Secretaria, as peças que se seguem. Eu



02
e

L & V

LINS & VELHO ADVOCACIA

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

JUSTIÇA GRATUITA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR
DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

LEONARDO SEVERO DA SILVA, brasileiro,
divorciado, agricultor, portador do CPF: 790.609.784-04, portador do RG:
1.228.090 -ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua São José , nº 27- São
Sebastião – Ceará- Mirim /RN, CEP: 59.070-120, vem por seu advogado,
conforme procuração anexada (doc. 01), a presença de Vossa Excelência
apresentar:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) NOS
TERMOS DA LEI Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/07 E Nº
11.945/2009**

Em desfavor da PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS, pessoa
jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do
CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-68, com endereço para receber citação e

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br

0140398-11.2013.8.20.0001 300913 0054 00

1



03
02

intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I-DA COMPETÊNCIA

1. A jurisprudência do STJ consolidou o entendimento de que as ações de reparação de dano sofrido em razão de acidente de veículos, inclusive em se tratando de seguro obrigatório - DPVAT podem ser ajuizadas **por faculdade do autor**, no foro de seu domicílio, no do local do fato, **não se excluindo a regra geral do foro do domicílio do réu, prevista no art. 94 do CPC.**

2. Justiça deste Estado, em 19/09/2012, conheceu do mencionado conflito negativo, para Estabelecer como competente para processar e julgar a ação de cobrança o Juízo de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Mossoró, *in verbis*:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL". CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DEMANDA ENVOLVENDO COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DO ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO

CPC. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. NATUREZA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO EX OFFICIO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 33 DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. PRECEDENTES. - O preceito estabelecido no Art. 100, parágrafo único, do CPC, configura uma prerrogativa, um Benefício da lei em favor do autor a fim de facilitar o acesso à justiça. Razão pela qual, **trata-se de mera liberalidade ou faculdade do autor. Ajuizar o feito nos foros expressamente indicados pela lei.** EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. EMENTA: DPVAT. COBRANÇA. COMPETÊNCIA RELATIVA. SÚMULA 33/STJ. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - DECISÃO SINGULAR QUE DECLINOU DE OFÍCIO. DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR A LIDE, EM FAVOR DA COMARCA DE SÃO BENTO DO NORTE - COMPETÊNCIA DE NATUREZA RELATIVA - IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO EX OFFICIO - SÚMULA Nº 33 DO STJ - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS E DESTACORTE DE JUSTIÇA - CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. (TJRN - 2ª Câmara Cível; Agravo de Instrumento nº 2012.000997-1; Relator: Desembargador Aderson Silvino; julgado em (29/05/2012). (Tribunal do Pleno). Relatora: Desª. Maria Zeneide Bezerra. ("Data do julgamento: 19/09/2012").

Rua Dr. Sadi Mendes 1010 - A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP - 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 / 9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



3.. Neste sentido:

"PROCESSO CIVIL". CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. FOROS CONCORRENTES. ARTS. 100 PARÁGRAFOS ÚNICOS, E 94 DO CPC.

1. Na ação por danos decorrentes de acidente de trânsito, o autor tem a faculdade de propor a ação no **FORO DO SEU PRÓPRIO DOMICÍLIO, NO FORO DO LOCAL DO ACIDENTE OU, AINDA, NO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU.**

"Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Porto Velho, o suscitado." (CC 42.120/AM, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Segunda Seção, julgado em 18/10/2004, DJ 03/11/2004 p. 128).

4. Fica claro que nas Ações decorrente de Acidente de trânsito é competente a também o foro do domicílio do Réu.

II-DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Requer, inicialmente, que Vossa Excelência defira os benefícios da Justiça Gratuita, com fulcro na lei 1.060/50, com alterações produzidas pela lei 7.510/86, por não poder arcar com as devidas custas processuais sem que ocorra dano ao seu sustento e de sua família.

III-DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Em virtude de acidente automobilístico, onde o Autor sofreu na BR:406, KM:144,00 entre as cidade de Ceará- Mirim/RN , o fato ocorreu no dia **08 de Agosto de 2011.** Conforme denota da sobeja documentação anexa, boletim de ocorrência nº 955743 (doc. 02), o promovente sofrera gravíssimo acidente automobilístico, pois **teve perda da visão do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito (doc.03).**

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 /9600-4741 / 8788-4353/ 9139-3537 / 3091-3909/ 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



- 05
10
2. O Suplicante, munido de documentação necessária a que alude ao acidente automobilístico, vem requer o que de direito, qual seja o seguro DPVAT.

IV DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:

1. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é de direito da Autora perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao seu gravíssimo estado de saúde, ou melhor, devido aos danos causados pelo acidente, visto que teve perda da visão do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito (doc.03).

3. Cabe resaltar que o autor já recebeu uma parte administrativamente.

V-DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:

1. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

2. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

Art. 5º (...)

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



06
ml

§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.

3. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

4. Quanto a legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

VI-DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

1. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

u

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 /9600-4741 / 8788-4353/ 9139-3537 / 3091-3909/ 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



07
re

2. Destarte, o § 1.º, "a" do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) **Certidão de Óbito**
- b) **Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente**
- c) **Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.**

3. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

"Art. 7.º- A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

4. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

5. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

"STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização".

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



08
10

6. Sendo assim, e incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VII-DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

1. A vigente redação da Lei nº 6.194/74 resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e

III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009).

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



09
20

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).

2. A tabela a que se refere a dispositiva figura agora como anexo à Lei nº 6.194/74 e está assim desenhada:

ANEXO (art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974) (acrescidos pela Lei nº 11.945 de 05 de junho de 2009)	
Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 /9600-4741 / 8788-4353/ 9139-3537 / 3091-3909/ 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica.	

ANEXO (art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974) (acrescidos pela Lei nº 11.945 de 05 de junho de 2009)	
Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos do pé	

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



ss
e

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	da Perda
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

VIII-DA PERÍCIA

1. Se o douto (a) julgador (a) entender a necessidade de uma nova , pois o autor já foi submetido a uma prova pericial, que **atestou que o mesmo teve perda do olho esquerda e perdeu parte da visão do olho direito conforme** (doc.04) em anexo, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

- a) Quais as lesões sofridas pelo Autor?
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?
- c) Dessas lesões resultou debilidade permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?
- d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

IX-DOS PEDIDOS

1. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 /9600-4741 / 8788-4353/ 9139-3537 / 3091-3909/ 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



12
u

- a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;
- b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.
- c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor da Autora, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “a **facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.
- d) Entendendo Vossa Excelência necessidade de uma nova perícia, que sejam respondidos os quesitos do item VIII.
- e) Julgar a Demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor uma indenização no valor de até **13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
- f) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbências, arbitrados em 20% sob o valor da condenado.

u

Rua Dr. Sadí Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br



13
20

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entenderem necessário.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais.).

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Natal, 28 de Setembro de 2013.


CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

OAB/RN: 7.268

Rua Dr. Sadi Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.
Fone/Fax (84) 9969-7011 / 9600-4741 / 8788-4353 / 9139-3537 / 3091-3909 / 8114-0815 /
9469-8320.

E-mail : dpvatlv@yahoo.com.br





LINS & VELHO
Claudimir José Ferreira Velho

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Leonardo Severus da Silva
Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Divorciado
Profissão: agricultor Identidade: 1.228.090
CPF: 790.609.784-64 Telefone: 9111-6399 / 9491-8491
Endereço: Rua São José, 27
Bairro: São Sebastião Cidade: Cará-mirim Estado: RN
CEP: 59.570-000

OUTORGADO :CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 7268, com escritório profissional a Rua do Dr Sadi Mendes, 1010 "A" - Santos Reis- Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085

PODERES: Das cláusulas "ad-judicia e"extra", para o foro em geral e os especiais de transigir, desistir, receber e dar quitação, com finalidade de defender os direitos e interesses do(a) outorgante em qualquer causa ou demanda, movida ou de mover, perante a qualquer juízo, Instância ou Tribunal, inclusive Juizado Especiais, PROCON e órgãos similares, firmar acordo em audiência de conciliação e de instrução e julgamento, assumir compromissos, praticando e promovendo tudo que se fizer necessário ao mencionado fim, agindo os outorgados em conjunto ou separadamente e independente de ordem de nomeação, podendo ainda substabelecer um Advogado indicado pelo mandante. Podendo ainda ingressar com ação indenizatória do seguro DPVAT, ou resolver administrativamente, tendo poderes para retirar alvará e levantar valores destes.

Natal, 25 de Setembro de 2013

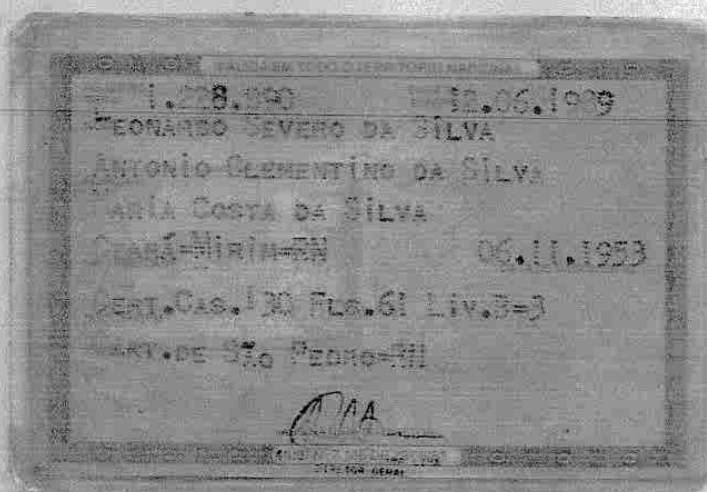
Leonardo R. do S. Velho da Silva

OUTORGANTE

Rua Dr Sadi Mendes, 1010 "A" - Santos Reis Parnamirim/RN, CEP-59.145-085.
Fone/Fax (84)3091-3909, 9969-7011, 87870043, 32726277
Email- dpvatlv@yahoo.com.br



15
12





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955743
Comunicação: C1072767
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1070901 - EZEQUIAS LEMOS DOS SANTOS Data/Hora do Acidente (hora local): 08/08/2011 13:00 BR: 405 KM: 144.0
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Tipo de Acidente: Colisão Transversal Sentido da Via: Decrescente
Fase do dia: Pleno dia Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sinalização existente: Vertical Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente Condição meteorológica: Céu Claro
Houve danos ao patrimônio da União? Não
DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não
DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

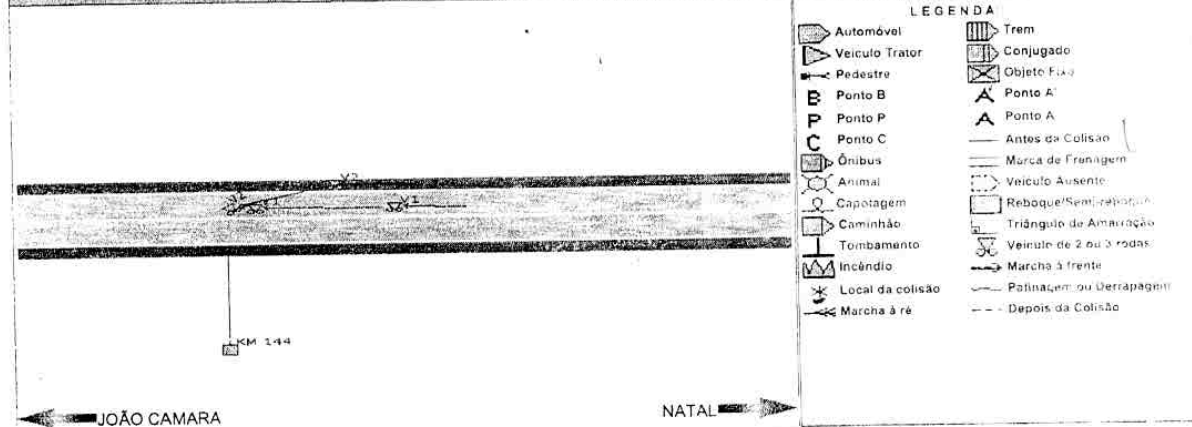
Houve danos ao ambiente? Não
DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Urbano Tipo de Localidade: Comercial
Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Bom Há desnível? Não É pavimentado? Sim Largura (m): 1,5
Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Não existe Possui sarjeta? Não existe
Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Largura (m): 0 Tipo de inclinação:
Obstáculo ao Cruzamento: Não Informado Estado de Conservação do Obstáculo:
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom Ocupação: Via Lateral
Cerca: Não existe Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 2
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Em nível Traçado: Reta Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

CROQUI



Latitude do Ponto C: Longitude do Ponto C:
Referência do Ponto A/A': Referência do Ponto B:
Distância AB (m): Distância AC (m): Distância BC (m):
VEÍCULO P1 DISTÂNCIA P1-A (m) DISTÂNCIA P1-B (m) P2 DISTÂNCIA P2-A (m) DISTÂNCIA P2-B (m)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955740
Comunicação: C1072767
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

Narrativa da Ocorrência:

SEGUNDO VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL, V1 SEGUIA O FLUXO E O V2 AO CRUZAR A PISTA COLIDIU TRANSVERSALMENTE COM O V1.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: NNS-5125 Sequencial: V1 Descrição: Chassi: 9C2JC4110AR052258 Renavam: 226923452
Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Cor: PRETA Ano: 2010 Tipo: Motocicletas Emplacamento: CEARA-MIRIM/RN
Ocupantes: 2 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: MARIA HELENA R DANTAS CPF/CNPJ: 510.545.404-97
Endereço: CEP:
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Telefones:
COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA
Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Sim
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
Marcas de Freagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: Sequencial: V2 Descrição: BICICLETA Chassi: Renavam:
Marca/Modelo: Cor: Ano: Tipo: Bicicleta Emplacamento:
Ocupantes: 1 Espécie: Categoria:
Proprietário: LEONARDO SEVERO DA SILVA CPF/CNPJ: 000.000.000-00
Endereço: CEP:
Município/UF: Telefones:
COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA
Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Entrava na via Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
Marcas de Freagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 4





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955743
Comunicação: C1072767
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V1/NNS-5126
Nome/Apelido: JOSE BELO SOARES NETO
Data de Nascimento: 28/10/1981 Sexo: Masculino Estado Civil: Casado
Nome do Pai: MARIA DE FATIMA PESSOA SOARES
Nome da Mãe: CLETO BELO SOARES
Endereço: AV LUIS LOPES VARELA - NUM. 1156 CENTRO CEP: -
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Telefones: 84-3274-2865 / 9414 5888 Grau de Instrução: Não Informado
Naturalidade: Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal:
CPF: 012.456.534-40 Documento de Identificação: 2132167 Órgão Expedidor: SSP /RN
Origem: Destino:
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Sim Usava Capacete? Sim
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: AB Registro CNH: 03778614919/RN Primeira Habilitação: 03/02/2006
Validade CNH: 13/03/2014 País CNH: Dormia? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável: Data/Hora da Recepção (hora local):
Município/UF: Motivo:
Descrição do

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V2/ BICICLETA
Nome/Apelido: LEONARDO SEVERO DA SILVA
Data de Nascimento: Sexo: Masculino Estado Civil: Não Informado
Nome do Pai: ANTONIO CLEMENTINO DA SILVA
Nome da Mãe: MARIA COSTA DA SILVA
Endereço: ASSENTAMENTO SÃO SEBASTIÃO II CEP: -
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Telefones: 84-9144-9831 Grau de Instrução: Não Informado
Naturalidade: Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal:
CPF: Documento de Identificação: 1228090 Órgão Expedidor: SSP /RN
Origem: Destino:
Estado Físico: Lesões Graves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Não Aplicável Usava Capacete? Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Ignorado Categoria CNH: Registro CNH: Primeira Habilitação:
Validade CNH: País CNH: Dormia? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável: Data/Hora da Recepção (hora local):
Município/UF: Motivo:
Descrição do

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 4





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955743

Comunicação: C1072707

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/CG 125 FAN KS Placa: NNS-5125
Nome do Agente/Assinatura: EZEQUIAS LEMOS DOS SANTOS Nº BOAT: 955743
Registro/Matrícula do Agente: 1070901 Data: 08/08/2011 13:00

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	Sim	Não	NA
1	Gulão, suas fixações e comandos nele instalados.	2	X		
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc)	2		X	
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi).	2		X	
4	Motor e suas fixações.	2		X	
5	Eixo do garfo traseiro	2		X	
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2		X	
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2		X	
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	1		X	
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1		X	
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1		X	
11	Alça traseira	1		X	
12	Assento (fixação e firmeza)	2		X	
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras.	2		X	
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)				
	Descrição - Componentes estruturais	3		X	
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)	3		X	
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		X	
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)				

Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA": 2

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☒ Dano de Pequena Monta: até 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenha sido danificado nenhum componente estrutural.
- ☐ Dano de Média Monta: acima de 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenham sido danificados três ou mais componentes estruturais.
- ☐ Dano de Grande Monta: quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NA", três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente NÃO = Item não danificado ou Não Existente NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA

L. NO.: 03.01488.11/12

COMELE - COORDENADORIA DE MEDICINA LEGAL

2. VIA

LAUDO DE EXAME DE LESÃO CORPORAL

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2012, nesta cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, e na sede do Instituto Técnico-Científico de Polícia, pelo Diretor(a) Geral e/ou Coordenador(a) de Medicina Legal, Sr(a) Manoel Marques de Melo, foi designado o Médico Legista, Doutor(a) Carlos André Nunes Jatobá, CRM 3836, Perito(a) Oficial, para proceder o EXAME DE LESÃO CORPORAL na pessoa abaixo qualificada, afim de ser atendida a solicitação do(a) Delegado de Polícia Civil, Sr(a) José Antônio da Silva Júnior, exercendo suas funções no(a) Delegacia de Polícia Civil de Ceará-Mirim/RN, devendo este laudo ser remetido para DP de Ceará-Mirim/RN, descrevendo com a verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar, e bem, assim, esclarecer tudo quanto interessar possa e responder aos quesitos no final formulados.

NOME DA VÍTIMA: Leonardo Severo da Silva **SEXO:** Masculino
NATURAL: Ceará-Mirim/RN **NACIONALIDADE:** Brasileira
COR: Feoderma **DATA DE NASCIMENTO:** 06/11/1953 **IDADE:** 59 anos.
ESTADO CIVIL: Divorciado **PROFISSÃO:** Agricultor
PAI: Antonio Clementino da Silva
MÃE: Maria Costa da Silva
ENDEREÇO: Assentamento São Sebastião. **NÚMERO:** 27
BAIRRO: Zona Rural **CIDADE:** Ceará-Mirim/RN
TIPO DE DOCUMENTO: Carteira de Identidade **DOC Nº** 1.228.090
ORGÃO EXPEDIDOR: SSP/ITEP/RN
SINAIS PARTICULARES: ***

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

Ceará-Mirim, na estrada que leva a João Câmara/RN

DATA DA OCORRÊNCIA: 08/08/2011

HORA DA OCORRÊNCIA: 15:30 horas

INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A OFENSA:

Contundente

NOME DO AGRESSOR OU AGENTE RESPONSÁVEL:

PARENTE? ***

QUAL? ***

NÚMERO DE GOLPES: ***

ATAQUE SURPRESA? ***

HOUVE CONTENÇÃO DA VÍTIMA? ***

QUEM CONTEVE? ***

VERSÃO DO PERICIANDO OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, SE MENOR OU INCAPAZ

Periciando vítima de acidente de trânsito.

Esta conforme o original
ITEP, em Natal 09/01/12

[Assinatura]

Reiane Licia Torres Fernandes
Chefe Sala de Laudos - ITEP/RN
Mat. 180.652-8
Cep. 592.644-04



HORA DO EXAME: 15:30 horas

LOCAL DO EXAME: COMELE - ITEP - Natal/RN

DESCRIÇÃO

01- Segundo Guia de Encaminhamento Médico, assinada pela Dr. Ana Flavia C. F. Silveira, o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito.

PRIMEIRO - HÁ OFENSA À INTEGRIDADE CORPORAL OU À SAÚDE DE PERICIANDO? Sim

SEGUNDO - QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A OFENSA?
Contundente

TERCEIRO - A OFENSA FOI PRODUZIDA COM O EMPREGO DE VENENO, FOGO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL, OU DE QUE PODIA RESULTAR PERIGO COMUM?
(RESPOSTA ESPECIFICADA)

Não

QUARTO - DA OFENSA RESULTOU PERIGO DE VIDA? Não

QUINTO - DA OFENSA RESULTOU INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS? Sim

SEXTO - DA OFENSA RESULTOU DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBROS, SENTIDO OU FUNÇÃO; INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO, ENFERMIDADE INCURÁVEL; PERDA OU INUTILIZAÇÃO DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO; DEFORMIDADE PERMANENTE? (RESPOSTA ESPECIFICADA)

Sim

SÉTIMO - DA OFENSA RESULTOU ACELERAÇÃO DE PARTO, OU ABORTO? (RESPOSTA ESPECIFICADA)
Prejudicado

OITAVO - A OFENSA RESULTOU DE INOBSERVÂNCIA DE REGRA TÉCNICA DE PROFISSÃO, ARTE OU OFÍCIO? Prejudicado.

Ante ao exposto, encerro o presente LAUDO.

PERITO

Carlos André Nunes Jatobá, CRM 3836

Esta conforme o original

ITEP, em Natal 09/01/12

A/Rog-14-15-16

Regiane Licia Torres Fernandes

Chefe Sala de Laudos - ITEP/RN

Mat. 180.552-8

por 101.532.04/04



Al
ul

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL **A - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA**

cosern
Grupo Neoenergia

www.cosern.com.br

Companhia Energética de Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, 54025-250
Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055189-0

Teletendimento: 116
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Ouvidoria Cosern: 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

CLASSIFICAÇÃO
B2 RURAL
AGROPECUÁRIA RURAL
Monolítico

DADOS DO CLIENTE
LEONARDO SEVERO DA SILVA
CPF: 790.609.784-04

NÚMERO DA NOTA FISCAL 000456815	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 12/12/2012	DATA DA APRESENTAÇÃO 17/12/2012
SÉRIE DA NOTA FISCAL SÉRIE ÚNICA	NÚMERO DO CLIENTE 3000547717	NÚMERO DA INSTALAÇÃO 194136

Reservado ao Fisco
4000.D6D4.2169.D738.4083.082A.4541.66CE

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

Data de Vencimento
24/12/2012

Total a Pagar (R\$)
16,90

Conta Contrato **0851385134**

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
PRÓXIMO AO ASSENTAMENTO I
SAO SEBASTIAO II AREA RURAL
59570-000 CEARÁ MIRIM RN

Que a nossa *energia* contribua para que você tenha um 2013 *inovador*.

Boas Festas e Feliz Ano Novo.

As demonstrações financeiras societárias e regulatórias de 31/12/2011 estão disponíveis no site www.cosern.com.br.

ACOES SIMPLES AJUDAM A MANTER A DENGUE LONGE DA SUA CASA, DO SEU BAIRRO E ATÉ DA SUA CIDADE. FAÇA A SUA PARTE, NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULADA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: Leonardo Severo da Silva

Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

DESPACHO

Inclua-se na pauta para realização de audiência de conciliação, observando o disposto no art. 277 e seguintes, do CPC.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Cite-se.

Expedientes necessários.

Natal/RN, 07 de outubro de 2013.


Karyne Cláudia de Mendonça Brandão
Juíza de Direito em Substituição Legal



21
20

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0165/2013, foi disponibilizado no Diário da Justiça, do dia 08/10/2013, sendo considerada como data da publicação o dia 09/10/2013, com início do prazo em 10/10/2013, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dia Término do prazo

Teor do ato: "Inclua-se na pauta para realização de audiência de conciliação, observando o disposto no art. 277 e seguintes, do CPC. Defiro o pedido de justiça gratuita. Cite-se. Expedientes necessários. Natal/RN, 07 de outubro de 2013. Karyne Chagas de Mendonça Brandão Juíza de Direito em Substituição Legal"

Do que dou fé.
Natal, 9 de outubro de 2013.

Escrivã(o) Judicial






ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Sumário

ATO ORDINATÓRIO

Por ordem da Dra. Érika de Paiva Duarte Tinóco,
Juíza de Direito do 12ª Vara Cível da Comarca de Natal, fica designado o dia 18/02/2014,
às 09:00h, na sala de audiências deste Juizado, para a realização de(a) Audiência
Conciliação - Art. 277, CPC (Sumário), pelo que devem as partes serem intimadas para
comparecimento, com as devidas cautelas e advertências.

Natal/RN, 17 de outubro de 2013.


Maria Cláudia Bandeira de Souza
Diretora de Secretaria



13

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0170/2013, foi disponibilizado no Diário da Justiça, do dia 18/10/2013, sendo considerada como data da publicação o dia 21/10/2013, com início do prazo em 22/10/2013, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dia Término do prazo

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Por ordem da Dra. Érika de Paiva Duarte Tinôco, Juíza de Direito do 12ª Vara Cível da Comarca de Natal, fica designado o dia 18/02/2014, às 09:00h, na sala de audiências deste Juizado, para a realização de(a) Audiência Conciliação - Art. 277, CPC (Sumário), pelo que devem as partes serem intimadas para comparecimento, com as devidas cautelas e advertências. Natal/RN, 17 de outubro de 2013. Maria Cláudia Bandeira de Souza Diretora de Secretaria"

Do que dou fé.
Natal, 21 de outubro de 2013.

Escrivã(o) Judicial



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos cópia
do carta de citação
que segue em anexo.

Natel. 05/11/13

[Assinatura]
Diretor(a) de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª Vara Cível DA COMARCA DE NATAL

CARTA DE CITAÇÃO - AUDIÊNCIA

Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais, através de seu representante legal

Avenida PRUDENTE DE MORAIS, 4055, LAGOA NOVA

Natal-RN

CEP 59056-200

Processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: Leonardo Severo da Silva

Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

De ordem da Dr. Érika de Paiva Duarte Tinôco, Juíza de Direito, da 12ª Vara Cível, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, fica Vossa Senhoria **CITADA** para COMPARECER A AUDIÊNCIA de Conciliação - Art. 277, CPC (Sumário), aprazada para o dia 18/02/2014 às 09:00h horas, na sala de audiências deste Juízo, oportunidade em que poderá apresentar a contestação, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

DESPACHO: Inclua-se na pauta para realização de audiência de conciliação, observando o disposto no art. 277 e seguintes, do CPC. Defiro o pedido de justiça gratuita. Cite-se. Expedientes necessários. Natal/RN, 07 de outubro de 2013. Karyne Chagas de Mendonça Brandão Juíza de Direito em Substituição Legal

ATO ORDINATÓRIO Por ordem da Dra. Érika de Paiva Duarte Tinôco, Juíza de Direito do 12ª Vara Cível da Comarca de Natal, fica designado o dia 18/02/2014, às 09:00h, na sala de audiências deste Juizado, para a realização de(a) Audiência Conciliação - Art. 277, CPC (Sumário), pelo que devem as partes serem intimadas para comparecimento, com as devidas cautelas e advertências. Natal/RN, 17 de outubro de 2013. Maria Cláudia Bandeira de Souza Diretora de Secretaria

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não dispor de advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.

Natal, 24 de outubro de 2013

Maria Cláudia Bandeira de Souza
Diretor de Secretaria

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 5º Andar, Lagoa Nova - CEP 59064-250, Fone: 1, Natal-RN - E-mail: 1@tjrn.jus.br



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos 0

AR

que segue em anexo.

Natal, 10/01/14

[assinatura]
Diretor(a) da Secretaria

JUNTADA

Junto nesta data a estes autos 0

turno de audiência

que segue em anexo.

Natal, 18/02/13

[assinatura]
Diretor(a) da Secretaria

 CORREIOS AR AVISO DE RECEBIMENTO					
DESTINATÁRIO Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais Avenida PRUDENTE DE MORAIS, 4055, LAGOA NOVA 59056-200, Natal, RN					
AR241868122TJ 					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria da 12ª Vara Cível Rua Dr. Lauro Pinto, 315 - 5º Andar, Lagoa Nova 59064-250, Natal, RN					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0140398-11.2013.8.20.0001-001		AUDIÊNCIA 18/02/2014	
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 2 Endereço insuficiente 3 Não existe o número 4 Desconhecido 5 Recusado 6 Não procurado 7 Ausente 8 Falecido 9 Outros		ATRIBUIÇÃO E MATRÍCULA DO AGENTE DE CORREIOS - CARTEIRO TATIANA DE LIMA DIAS BULHOES Mat. 8.926.237-9			
ATENÇÃO Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		ASSINATURA DO RECEBEDOR <u>[assinatura]</u>		DATA ENTREGA <u>12.11.13</u>	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR <u>SILVA</u>		Nº DOC. DE IDENTIDADE <u>1619523</u>			

Juntada de AR
 - em 10.01.14 referente à
 citação

see
 - pilha de audiências





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

TERMO DE AUDIÊNCIA

Procedimento Sumário

PROCESSO Nº: 0140398-11.2013.8.20.0001

AUDIÊNCIA: Conciliação - Art. 277, CPC (Sumário)

DATA E HORÁRIO 18/02/2014, às 09:00h

Presentes: a advogada do autor, Lorena Del Castillo – OAB/RN 11.400.

OCORRÊNCIA:

Em virtude da impossibilidade de comparecimento da Juíza de Direito em Substituição legal, bem como do Juiz designado para esta Vara, restou prejudicada a realização da audiência.

Registra-se que apenas a advogada do autor compareceu e requereu o julgamento da lide sob os efeitos da revelia.

Eu, Sylvia Vieira Nunes, Sylvia Vieira Nunes, Auxiliar Judiciária, o digitei e subscrevi.

Advogado(a)

Lorena Del Castillo



CERTIDÃO

Certifico, que nesta data, (acorreu o prazo legal sem que o réu oferecesse qualquer resposta)

resposta

resposta

Dou fô.

Dou fô.

Natal, 18/02/14

Natal, 18/02/14

Diretor(a) de Secretaria

Diretor(a) de Secretaria

CONCLUSÃO

Ao Exmº. Dr. Juiz de Direito da 12ª Vara Cível.

Natal, 18/02/14

Natal, 18/02/14

Natal, 18/02/14

conclusão p/ sentença

- certificado que - -

Gale

- p. DPVAT





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo: 0140398-11.2013.8.20.0001
Espécie: Procedimento Sumário
Autor: Leonardo Severo da Silva
Advogado: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇÃO OAB 680A/RN e outros
Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

-DESPACHO-

Vistos, etc.

Decreto a revelia a Seguradora ré.

Não obstante aos efeitos da revelia, entendo necessária a realização da perícia médica possibilitando, assim, a quantificação do valor indenizatório.

Assim, determino a realização de perícia médica através Núcleo de Perícias instituído pela Resolução nº 063/2009/TJ, de 15/12/2009. Arbitro, desde já, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a título de honorários periciais.

Assim sendo, determino que se oficie ao referido órgão para que apaze o dia, o horário, o local e a data da realização do exame médico na parte autora.

A secretaria deverá publicar as referidas informações, ficando os advogados na incumbência de comunicarem as partes e aos assistentes técnicos.

Concedo o prazo de 05 dias para a designação de assistentes técnicos e a formulação de quesitação.

Formulo, desde já, os seguintes quesitos:

- 1- Quais as lesões sofridas pelo autor?
- 2- As lesões decorreram de acidente de veículo?
- 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?
- 4- Totalmente ou em parte?
- 5 – Em que percentual?
- 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho?
- 7- A incapacidade é temporária ou permanente?
- 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral?
- 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?




10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual(10% ou menos)?

O laudo será entregue em 15 (quinze) dias, a contar da realização da perícia.

Após a entrega do laudo, intimem-se as partes, por seus advogados, para se manifestarem no prazo de 10 dias, bem como expeça-se alvará do valor depositado a título de honorários periciais em favor do perito.

P.I.C.

Natal, 19 de março de 2014.


Erika de Paiva Duarte Tinôco
Juiz de Direito



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0072/2014, foi disponibilizado no Diário da Justiça, do dia 06/05/2014, sendo considerada como data da publicação o dia 07/05/2014, com início do prazo em 08/05/2014, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dia Término do prazo

Teor do ato: "-D E S P A C H O - Vistos, etc. Decreto a revelia a Seguradora ré. Não obstante aos efeitos da revelia, entendo necessária a realização da perícia médica possibilitando, assim, a quantificação do valor indenizatório. Assim, determino a realização de perícia médica através Núcleo de Perícias instituído pela Resolução nº 063/2009/TJ, de 15/12/2009. Arbitro, desde já, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a título de honorários periciais. Assim sendo, determino que se oficie ao referido órgão para que apraze o dia, o horário, o local e a data da realização do exame médico na parte autora. A secretaria deverá publicar as referidas informações, ficando os advogados na incumbência de comunicarem as partes e aos assistentes técnicos. Concedo o prazo de 05 dias para a designação de assistentes técnicos e a formulação de quesitação. Formulo, desde já, os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 - Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual(10% ou menos)? O laudo será entregue em 15 (quinze) dias, a contar da realização da perícia. Após a entrega do laudo, intemem-se as partes, por seus advogados, para se manifestarem no prazo de 10 dias, bem como expeça-se alvará do valor depositado a título de honorários periciais em favor do perito. P.I.C. Natal, 19 de março de 2014. Érika de Paiva Duarte Tinôco Juíza de Direito"

Do que dou fé.
Natal, 7 de maio de 2014.

Diretor(a) de Secretaria



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos cópia

efeuio

que segue em anexo

Natal, 13/05/14

[assinatura]
Diretor(a) do Secretariado

Pl. unid. 12





29

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

OFÍCIO N.º 0140398-11.2013.8.20.0001

Natal, 07/05/2014.


Senhor Coordenador,

Pelo presente, solicito de Vossa Senhoria as devidas providências no sentido de indicar profissional capacitado a fim de realizar a perícia determinada nos presentes autos, conforme os dados seguintes:

N.º do Processo: 0140398-11.2013.8.20.0001	Vara: 12ª Vara da Cível da Comarca de Natal
Tipo de Ação: Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito	
Parte Autora: Leonardo Severo da Silva	Parte Ré: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais
Especialidade: Médica	Perícia Técnica: Capacidade Físico e Psíquica - DPVAT
Valor dos Honorários: R\$ 300,00 (trezentos reais)	
Justificativa pormenorizada dos honorários:	

Para consulta dos quesitos formulados pelas partes e por este Juízo, o caderno processual encontra-se disponível ao perito designado a fim de dirimir dúvidas e auxiliar na realização do trabalho.

Atenciosamente,


Maria Cláudia Bandeira de Souza
Diretora de Secretaria

Zenóbio da Costa

Coordenador do Núcleo de Perícias
Rua Dr. Lauro Pinto, 371, Lagoa Nova
Natal/RN

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 5º Andar, Lagoa Nova - CEP 59064-250, Fone: 1, Natal-RN - E-mail: 1@tjrn.jus.br





See

- p code para
remeter



30
20

 Hermes Malote Digital	 Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte Impresso em: 21/05/2014 às 14:56
--	--

RECIBO DE ENVIO
Código Documento: 1716849 Documento: Image20140521145340-m1.pdf Remetente: Secretaria Vara / 12ª Vara Cível / Fórum - Miguel Seabra Fagundes / Comarca - Natal Maria Claudia Bandeira de Souza Assinatura Digital: +++0vU4K00agXmc34CE+VUFcKoY= Código do Envio: 1718387 Data de Envio: 21/05/2014 14:54 Encaminhamento: Não Prioridade: Normal Assunto: ofício 0140398-11.2013

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
---------------	--------------	----------

Núcleo - Núcleo de Perícias





31
e


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª Vara Cível DA COMARCA DE Natal

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Sumário
Autor: Leonardo Severo da Silva
Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

ATO ORDINATÓRIO
(Art. 162, § 4º, do CPC)

Em face do Mutirão DPVAT - 2014, por determinação deste Juízo, aprazo audiência de conciliação nos presentes autos para o dia 28/08/2013 às 10h00 horas a se realizar na Faculdade Maurício de Nassau-Unidade Prudente, nesta Capital. As partes e seus advogados serão intimados pela publicação deste ato.

Natal, 22 de agosto de 2014.


Maria Cláudia Bandeira de Souza
Diretora de Secretaria



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0140/2014, foi disponibilizado no Diário da Justiça, do dia 22/08/2014, sendo considerada como data da publicação o dia 08/09/2014, com início do prazo em 09/09/2014, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO (Art. 162, § 4º, do CPC) Em face do Mutirão DPVAT - 2014, por determinação deste Juízo, aprazo audiência de conciliação nos presentes autos para o dia 28/08/2013 às 10h00 horas a se realizar na Faculdade Maurício de Nassau-Unidade Prudente, nesta Capital. As partes e seus advogados serão intimados pela publicação deste ato. Natal, 22 de agosto de 2014. Maria Cláudia Bandeira de Souza Diretora de Secretaria"

Do que dou fé.
Natal, 25 de agosto de 2014.

Diretor(a) de Secretaria



CERTIDÃO

Certifico, que nesta data constata
que não houve respo
ta ao ofício nº 040398
13.2013, pelo que expedirei
novo ofício

Natal, 21/10/14


Diretor(a) de Secretaria


910

JUNTADA

Junto nesta data a estes autos o

ofício
que segue em anexo.

Natal, 26/01/15


Diretor(a) de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

OFÍCIO N.º 0140398-11.2013.8.20.0001 / 002

Natal, 02/12/2014.

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Sumário
Autor: Leonardo Severo da Silva
Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

Ilmo Sr.,

De ordem da Exma. Dr.. Érika de Paiva Duarte Tinôco, Juíza de Direito, solicito a Vossa Senhoria informações acerca da realização da perícia médica requerida no ofício do processo supra citado, remetido via *Hermes* em 21/05/2014 (código do documento 1716849), devidamente cumprida ou o motivo de seu não cumprimento.


Atenciosamente,


Maria Cláudia Bandeira de Souza
Diretor de Secretaria

Ao
Coordenador do Núcleo de Perícia
Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova
Natal-RN
CEP 59064-250

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 5º Andar, Lagoa Nova - CEP 59064-250, Fone: 1, Natal-RN - E-mail: 1@tjrn.jus.br







Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

34
20

Impresso em: 26/01/2015 às 11:13

RECIBO DE ENVIO

Código Documento: 1922708

Documento: Image20150126111223-m1.pdf

Remetente: Secretaria Vara / 12ª Vara Cível / Fórum - Miguel Seabra Fagundes / Comarca - Natal

Assinatura Digital: VZ51WcVN25ZGbvhrXdgqVyQcPU=

Código do Envio: 1924246

Data de Envio: 26/01/2015 11:13

Encaminhamento: Não

Prioridade: Normal

Assunto: ofício 0140398-11.2013.8.20.0001/002

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
---------------	--------------	----------

Núcleo - Núcleo de Perícias



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos quero

Natal, 07/09/15
an

Director(a) de S. maritima





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FÓRUM DESEMBARGADOR MIGUEL SEABRA FAGUNDES
NÚCLEO DE PERÍCIAS

Rua Dr. Laudo Pinto, nº 315, 1º andar, Lagoa Nova, CEP: 59064-250, Natal/RN – Telefone: 84 3616-9696
e-Mail: nucleodepericias@tjrn.jus.br

35
36
Zenóbio da Costa - Núcleo de Perícias

Ofício Nº 05.2015.0001-0-233-NP

Natal-RN, 10 de março de 2015.

A Sua Excelência a Senhora

Dra. Érika de Paiva Duarte Tinôco

Juíza de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, 5º andar, Lagoa Nova

59064-250 – Natal – RN

Assunto: Ofício nº 0140398-11.2013.8.20.0001-002

Senhora Juíza,

1. Cumprimentando-a, vimos pelo presente informar a Vossa Excelência que, recebemos o ofício *ut supra*, referente ao processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001, o qual solicita realização de exame para aferir a capacidade física e psíquica da parte autora, por profissional médico na área de psiquiatria.
2. Contudo, este Núcleo de Perícias não dispõe de nenhum perito médico credenciado na área de **psiquiatria**, até o presente momento, consequentemente, fica prejudicado o cumprimento da solicitação em tela.
3. Sendo o que dispomos para o momento aproveitamos a oportunidade para externar a Vossa Excelência nossa distinta consideração.

Respeitosamente,


Zenóbio da Costa
Coordenador

.ZdC/


Hermes
01954063 Malote Digital

Enviado em 10/03/2015 11:51:41

bFCDjm/77acUHANmPtPdQL0G+os=



COMPLAÇÃO
 07 04 15
 Diretor(a) de S. ...

JUNTA DO
 Junta local data e hora autogr 0
 07 04 15
 42 11 15
 40





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FÓRUM DESEMBARGADOR MIGUEL SEABRA FAGUNDES
NÚCLEO DE PERÍCIAS

Rua Dr. Laudo Pinto, nº 315, Lagoa Nova, CEP: 59064-250, Natal/RN – Telefone: 84 3616-9696
e-mail: nucleodepericias@tjrn.jus.br

João Maria de Araújo - Núcleo de Perícias

Ofício Nº: 05.2015.0001-0-1506-NP

Natal-RN, 12 de novembro de 2015.

A Sua Excelência a Senhora

Dra. Érika de Paiva Duarte Tinôco

Juíza de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova

59064-250 – Natal/RN

Assunto: Designação de Perito

Processo: 0140398-11.2013.8.20.0001

Senhora Juíza,

1. Cumprimos a Vossa Excelência, servimos do presente para informar a Vossa Excelência que este Núcleo de Perícias redistribuiu a solicitação de perícia para ser realizada pelo Médico, **Gean Guarniere Rodrigues Dantas**, CRM/RN sob o nº 4781, profissional credenciado neste Núcleo.
2. Para realização da consulta foi designado o dia 04 de dezembro de 2015, a partir das 14h, no Gabinete Médico do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, situado à **Rua Dr. Lauro Pinto, 315, andar térreo, Lagoa Nova, Natal/RN**.
3. Solicitamos as providências de Vossa Excelência, no sentido de determinar as intimações necessárias às partes, para se fazerem presentes ao local e hora aprazados, **munidos de documentos pessoais e médicos, aí incluindo-se laudos, exames, radiografias, consultas e quesitos para serem respondidos**, além de outros documentos relacionados à ação que estejam a sua disposição.
4. É importante que as partes sejam informadas que o acesso ao prédio do fórum só é permitido até as 14h. Sendo assim, solicitamos que as pessoas a serem periciadas cheguem ao local antes desse horário.
5. Sendo o que dispomos para o momento aproveitamos a oportunidade para externar a Vossa Excelência nossa distinta consideração.

Respeitosamente,

Sérgio Cunha de Aragão Mendes
Coordenador

JMAZ

Hermes
02148286 Malote Digital

Page 1

Enviado em 12/11/2015 12:37:23

u4K14h1pYzBC07odq/d4qBosvY=



Assinado eletronicamente por: TATIANA DE LIMA DIAS BULHOES - 31/10/2019 11:00:32

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103111003010600000048258928>

Número do documento: 19103111003010600000048258928

Num. 49963609 - Pág. 34

PUNTA
vate amlins
12 11 15





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª Vara Cível DA COMARCA DE NATAL

CARTA DE INTIMAÇÃO

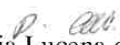
Leonardo Severo da Silva - Rua: São José, 27, Zona Rural, Assentamento São Sebastião II
Ceará-Mirim-RN
CEP 59570-000

Processo n.º 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Sumário
Autor: Leonardo Severo da Silva
Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

De ordem do Dr. Fábio Antônio Correia Filgueira Juiz de Direito de Direito da 12ª Vara Cível, pela presente, extraída dos autos do processo infra identificado, fica V.Sª INTIMADA para comparecer à perícia médica, que será realizada no dia 04/12/2015, a partir das 14 horas, no Gabinete Médico do Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes, situado à Rua Dr. Lauro Pinto, 315, térreo, Lagos Nova, Natal-RN. Deverá V.Sª comparecer munido de documentos pessoais e médicos, incluindo laudos, exames, radiografias, consultas e quesitos para serem respondidos.

OBSERVAÇÃO: O acesso ao prédio do fórum só é permitido até às 14 horas, sendo assim, solicitamos que as pessoas a serem periciadas cheguem ao local antes desse horário.

Natal, 12 de novembro de 2015


Valkíria Lucena de Macedo Guedes
Diretora de Secretaria

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 5º Andar, Lagoa Nova - CEP 59064-250, Fone: 1, Natal-RN - E-mail: 1@tjrn.jus.br



38
17

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0082/2015, foi disponibilizado na página 02148716 do Diário da Justiça nº A.9-E1931, do dia 12/11/2015, sendo considerada como data da publicação o dia 03/12/2015, com início do prazo em 04/12/2015, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "Realização de perícia médica. Designada para o dia 04 de dezembro de 2015, a partir das 14h, no Gabinete Médico do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, situado à Rua Dr. Lauro Pinto, 315, andar térreo, Lagoa Nova, Natal/RN. A parte deverá comparecer no local acima mencionado munido de documentos pessoais e médicos, aí incluindo-se laudos, exames, radiografias, consultas e quesitos para serem respondidos, além de outros documentos relacionados à ação que estejam a sua disposição."

Do que dou fé.
Natal, 13 de novembro de 2015.

Diretor(a) de Secretaria



8/5





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 5º Andar, Lagoa Nova - CEP 59064-250, Fone: 1, Natal-RN - E-mail:
1@tjrn.jus.br - 59064-250 - 1

Processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que nesta data entrei em contato telefônico com a secretária do patrono da parte autora, Dr. Claudemir José Ferreira Velho, qual seja: DANIELA ÉRICA OLIVEIRA DOS SANTOS, por volta das 8h50, através do telefone 84-3272-6277 e informei a data, local e hora da perícia a ser realizada em Leonardo Severo da Silva, conforme descrição do Ofício nº 05.2015.0001-0-**1506**-NP (fl. 36). O referido é verdade e dou fé.

Natal/RN, 25 de novembro de 2015.

Kalina Silva Gonçalves Cabral
Auxiliar Técnica





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-
JUÍZO DE DIREITO DA 12 VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

CERTIDÃO

Certifico que, em virtude da suspensão do expediente forense externo, para a realização da correição no período de 03 de novembro à 02 de dezembro do corrente ano, conforme Portaria nº 864 de 14 de outubro de 2015, ficam suspensos todos os prazos iniciados antes desse período e que se vencerem no curso da correição. As juntadas de mandados, ofícios, etc e as publicações ocorridas no período acima mencionado, iniciarão seus prazos no 1º dia útil após o término da correição.

O referido é verdade, dou fé. Dada e passada na Cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, aos 02 de dezembro de 2015. Eu, Valkíria Lucena de Macedo Guedes, Técnica Judiciária, a digitei e subscrevi.


Valkíria Lucena de Macedo Guedes
Chefe de Secretaria



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos AR

que segue em anexo

Natal. 29/01/16

an
Diretor(a) de Secretaria





AO RECEBIMENTO

CORREIOS AR AVISO DE RECEBIMENTO

AR FMSF 0140398-11.2013.8.20.0001-002 9912263131-DR/RN

DESTINATÁRIO

Leonardo Severo da Silva
Rua: São José, 27, Zona Rural, Assentamento
São Sebastião II
59570-000, Ceará-Mirim, RN

DESTINATÁRIO

Leonardo Severo da Silva
Rua: São José, 27, Zona Rural, Assentamento São Sebastião II
59570-000, Ceará-Mirim, RN

AR454781875TJ



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Secretaria da 12ª Vara Cível
Rua Dr. Lauro Pinto, 315 - 5º Andar, Lagoa Nova
59064-250, Natal, RN



REMETENTE

Secretaria da 12ª Vara Cível
Rua Dr. Lauro Pinto, 315 - 5º Andar, Lagoa Nova
59064-250, Natal, RN

JL454781875BR



TENTATIVAS DE ENTREGA		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0140398-11.2013.8.20.0001-002	
1ª	/	h	
2ª	/	h	
3ª	/	h	
ATENÇÃO Após 3(tres) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO	
ASSINATURA DO RECEBEDOR		RUBRICA E MATRÍCULA CARTEIRO	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA	
		Nº DOC. DE IDENTIDADE	

Assinado eletronicamente por: TATIANA DE LIMA DIAS BULHOES - 31/10/2019 11:00:35

AO RECEBIMENTO

41
D

CONCLUSÃO

Ac. Exm^a. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Natal

Natal,

29 / 01 / 16


Diretor(a) de Secretaria

concl

JUNTADA

Junto nesta data a estes autos a Petição

que segue em anexo.

Natal, 07 / 04 / 2016


Diretor(a) de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FÓRUM DESEMBARGADOR MIGUEL SEABRA FAGUNDES
NÚCLEO DE PERÍCIAS

Rua Dr. Laudo Pinto, nº 315, 1º andar, Lagoa Nova, CEP: 59064-250, Natal/RN – Telefone: 84 3616-9696
e-mail: nucleodepericias@tjrn.jus.br

42
16

Sérgio Cunha de Aragão Mendes - Núcleo de Perícias

Ofício Nº: 06.2016.0001-0-01134-NP

Natal-RN, 08 de março de 2016.

A Sua Excelência a Senhora

Dra. Érika de Paiva Duarte Tinôco

Juiza de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova

59064-250 – Natal/RN

Assunto: Laudo Médico

Processo nº : 0140398-11.2013.8.20.0001

Senhora Juíza,

1. Cumprimentando-o, servimos do presente para atender ao disposto no inciso IV, do art. 6º da Resolução nº 063/2009-TJ, encaminhando a Vossa Excelência, o relatório médico realizado pelo médico **Gean Guarniere R. Dantas**, profissional credenciado neste Núcleo.

2. Para tanto, colocamo-nos à disposição desse Juízo, na certeza de termos atendido as determinações solicitadas, de modo que nos informe se há necessidade de alguma complementação ou esclarecimentos relativos aos documentos apresentados ao processo *ut supra*.

3. Comunicamos, ainda, que será remetida ao Departamento de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, autorização para pagamento dos honorários periciais relativos ao trabalho realizado, conforme estabelece o art. 4º da Resolução em tela.

4. Sendo o que dispomos para o momento aproveitamos a oportunidade para externar a Vossa Excelência nossa distinta consideração.

Respeitosamente,

Sérgio Cunha de Aragão Mendes
Coordenador

.MEROI

Hermes
02238515
Máquina Digital

Enviado em 09/03/2016 09:29:47

oMDvibZNkdmNBio4gQTVsXRZKXk=



43
16

R) Vide resposta do item 4.

8) Das lesões resultam redução da capacidade laboral?

R) Vide resposta do item 4.

9) A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetado ou é incompleta?

R) Vide resposta do item 4.

10) No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média(50%), leve(25%) ou residual(10% ou menos)?

R) Vide resposta do item 4.

"Art. 5º (...)

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

1 - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
 2. cuidado pessoal;
 3. habilidades sociais;
 4. utilização dos recursos da comunidade;
 5. saúde e segurança;
 6. habilidades acadêmicas;
 7. lazer, e
 8. trabalho;
- e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências;"

§ 2º O disposto no *caput* aplica-se, ainda, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.

§ 3º O acesso prioritário às edificações e serviços das instituições financeiras deve seguir os preceitos estabelecidos neste Decreto e nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no que não conflitam com a Lei no 7.102, de 20 de junho de 1983, observando, ainda, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.878, de 26 de julho de 2001.

Encerramento:

Coloco-me à disposição dessa Justiça para maiores esclarecimentos.

DR. GEAN GUARNIERE R. DANTAS
ORTOPEDIA/ TRAUMATOLOGIA
CRM 4781 TEOT 11044

Hermes
02233513 Malote Digital

Enviado em 09/03/2016 09:29:47

Sérgio Cunha de Aragão Mendes - Núcleo - Núcleo de Perícias

cMDvibZNNkdmNBlo4gQTuSXRXZKXK=



LAUDO MÉDICO

I- IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome: **Leonardo Severo da Silva**
2. Filiação: **Antônio Clementino da Silva e Mª Costa da Silva**
3. Endereço: **Assentamento São Sebastião, Ceará Mirim/RN**
4. Identidade: **1.228.090 SSP /RN CPF: 790.609.704-04**
5. Estado Civil: **Divorciado**
6. Escolaridade: **Ensino Fundamental Incompleto**
7. Local e data de nascimento: **Ceará Mirim /RN, em 06/11/1953**
8. Data do exame pericial: **08.12.2015**
9. Processo no. **0140398-11.2013.8.20.0001**

NÚCLEO DE PERÍCIAS
Recebido em 12.30 horas.
Data/RN 07.03.2016

[Assinatura]

II- QUESTITOS FORMULADOS PELO JUÍZO::

- 1) Quais as lesões sofridas pelo autor ?

R) A parte autora relata queixas algicas em região torácica, região dorsal das costas e cefaleia.

- 2) As lesões decorreram de acidente de veículo?

R) Não podemos afirmar que estas queixas foram decorrentes do acidente, pois a parte autora não apresentou exames complementares, laudos periciais ou quaisquer outros documentos médicos e/ou periciais onde haja relatos dos traumas ocorridos, onde possamos encontrar uma relação entre suas queixas e o acidente.

- 3) Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?

R) Não.

- 4) Totalmente ou em parte?

R) A parte autora não apresenta membro ou função deficiente.

- 5) Em que percentual?

R) Vide resposta do item 4.

- 6) Das lesões sofridas resulta incapacidade para o trabalho?

R) Vide resposta do item 4.

- 7) A incapacidade é temporária ou permanente?

DR. GEAN GUARNIERE R. DANTAS
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 4781 TEOT 11044

02233516 Malote Digital

Enviado em 09/03/2016 09:29:47

Sérgio Cunha de Aragão Mendes - Núcleo de Perícias

oMdvibZNIkdNBIo4gQTVSXRZKk=

45
46

Requer, por fim, que Vossa Excelência se digne liberar os honorários periciais ora estipulados por este Juízo.

Nada mais havendo a considerar, encerro aqui o presente laudo Pericial, composto de 03 folhas impressas somente no anverso, tendo somente a última datada e assinada pelo Perito Judicial, que requer desde já a sua juntada aos autos do processo acima citado.

Natal/RN, 06 de março de 2016.
Dr. Gean Guarniere R. Dantas
Médico Perito
CRM/RN – 4781 TEOT 11044

Sérgio Cunha de Aragão Mendes - Núcleo - Núcleo de Perícias

DR. GEAN GUARNIERE R. DANTAS
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
CRM 4781 TEOT 11044

Hermes
02233516 Malote Digital

Enviado em 09/03/2016 09:29:47

eMDvibZnKdmNBp4gQIvSXRZKXk=





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
12ª VARA CÍVEL NÃO ESPECIALIZADA DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001

Requerente: Leonardo Severo da Silva

Advogado: Claudimir José Ferreira Velho

Requerido: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

DESPACHO

INTIMEM-SE AS PARTES PARA SE PRONUNCIAREM
SOBRE O LAUDO PERICIAL DE FLS., 43 E SS, EM 05 DIAS.
APÓS, À CONCLUSÃO PARA SENTENÇA.

Natal, 21 de junho de 2016.

Fábio Antônio Correia Filgueira
Juiz de Direito



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos a

Petição

que segue em anexo

Data: 31 08 / 16



Direção de Secretaria



folha de prep. publicação 47

L&V
LINS & VELHO
Claudimir José Ferreira Velho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 12ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Processo nº: 0140398-11-2013.8.20.0001
Autor: LEONARDO SEVERO DA SILVA
Réu: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS
GERAIS.
Objeto: Manifestar sobre o Laudo Pericial

MIQUEL SEABRA FIGUEIREDES 11/10/2016 16:58:00 000039580

LEONARDO SEVERO DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe vem, "mul" respeitosamente, à presença de V. Exª, através de seus advogados, em cumprimento ao DESPACHO fls.46 dos autos exarado nos autos:

MANIFESTAR SOBRE O LAUDO PERICIAL.

1. A parte Autora ingressou com uma ação do seguro DPVAT em 30/09/2013, , em decorrência de acidente automobilístico em 08 de agosto de 2011.
2. O mesmo foi submetido a um laudo pericial em 06 de março de 2016, onde o perito atestou que o autor **não ficou com sequelas, conforme item 03 e 04 dos quesitos, conforme fls.44 dos autos.**
3. Na resposta dos quesitos 02 onde pergunta se as lesões decorreram de acidente de veículo? Resposta: *Não podemos afirmar que estas queixas foram decorrente de acidente, pois a parte autora não apresentou exames complementares, laudos periciais ou quaisquer outros documentos médicos e /ou periciais onde haja relatos de traumas ocorridos, onde possamos encontrar uma relação entre essas queixas de acidente.*
4. Douto julgador, o nobre perito não percebeu que nos autos há documentos que comprovam que o autor sofreu um acidente automobilístico, conforme boletim de

Rua do Sadi Mendes, 1010 "A" - Santos Reis - Parnamirim/RN CEP: 59.141-085 Fone/Fax (84) 30913.909 / 9969-7011, 8788-
4353/8114-0815/9469-8320
email: lvadvocacia@yahoo.com.br



L&V
LINS & VELHO
Claudimir José Ferreira Velho

ocorrência de trânsito fls.16/17.

5. Quanto os documentos médicos decorrente do acidente , os mesmos não foram apresentados pois já existe nos autos um Laudo de Exame de Lesão Corporal, expedido pelo ITEP, órgão oficial que tem fé pública , atestando que o autor ficou com sequelas decorrente do acidente , conforme LAUDO fls. 18 dos autos.:

DESCRIÇÃO: Segundo guia de encaminhamento Médico, assinada pela Dra Ana Flávia C. F. Silveira, o periciando sofreu atrofia atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito.

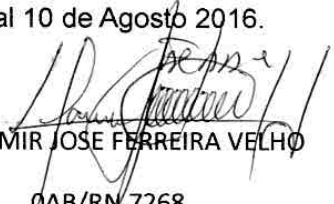
No quesito SEXTO: DA OFENSA RESULTOU DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBROS, SENTIDO OU FUNÇÃO; INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO; ENFERMIDADE INCURÁVEL; PERDA OU INUTILIZAÇÃO DE MEMBRO SENTIDO OU FUNÇÃO; DEFORMIDADE PERMANENTE? (RESPOSTA EXPECIFICADA) SIM..

6. Excelência, DIANTE DO EXPOSTO, parte autora vem através do seu Advogado IMPUGNAR O LAUDO PERICIAL , das folhas 43 a 45 dos autos, pois existe nos autos documentos que comprovam que o autor ficou com sequelas decorrente do acidente, documentos estes conforme fls. 16 a 18 dos autos, ou seja boletim de ocorrência e Laudo do ITEP.

Pede

E espera deferimento

Natal 10 de Agosto 2016.


CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO

OAB/RN 7268

Rua do Sadi Mendes, 1010 "A" - Santos Reis - Parnamirim/RN CEP: 59.141-085 Fone/Fax (84) 30913.909 / 9969-7011, 8788-4353/8114-0815/9469-8320
email: lvadvocacia@yahoo.com.br





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955743
Comunicação: C1072767
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

DADOS DA OCORRÊNCIA:
PRF: 1070901 - EZEQUIAS LEMOS DOS SANTOS Data/Hora do Acidente (hora local): 08/08/2011 13:00 BR: 406 KM: 144.0
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Tipo de Acidente: Colisão Transversal Sentido da Via: Decrescente
Fase do dia: Pleno dia Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sinalização existente: Vertical, Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente Condição meteorológica: Céu Claro
Houve danos ao patrimônio da União? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA:

Uso do Solo: Urbano Tipo de Localidade: Comercial
Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Bom Há desnível? Não É pavimentado? Sim Largura (m): 1.5
Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Não existe Possui sarjeta? Não existe
Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Largura (m): 0 Tipo de inclinação:
Obstáculo ao Cruzamento: Não informado Estado de Conservação do Obstáculo:
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom Ocupação: Via Lateral
Cerca: Não existe Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 2
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Em nível Traçado: Reta Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

CROQUI:

LEGENDA:

- Automóvel
- Veículo Trator
- Pedestre
- Ponto B
- Ponto P
- Ponto C
- Ônibus
- Animal
- Capotagem
- Caminhão
- Tombamento
- Incêndio
- Local da colisão
- Marcha à ré
- Trem
- Conjugado
- Objeto Fixo
- Ponto A'
- Ponto A
- Antes da Colisão
- Marca de Freinagem
- Veículo Ausente
- Reboque/Semi-reboque
- Triângulo de Amortecimento
- Veículo de 2 ou 3 rodas
- Marcha à frente
- Patinação ou derrapagem
- Depois da Colisão

JOÃO CAMARA

NATAL

KM 144

Latitude do Ponto C: Longitude do Ponto C:
Referência do Ponto A/A': Referência do Ponto B:
Distância AB (m): Distância AC (m): Distância BC (m):
VEÍCULO P1 DISTÂNCIA P1-A (m) DISTÂNCIA P1-B (m) P2 DISTÂNCIA P2-A (m) DISTÂNCIA P2-B (m)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: 65b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955740
Comunicação: C1072767
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

Narrativa da Ocorrência:

SEGUNDO VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL, V1 SEGUIA O FLUXO E O V2 AO CRUZAR A PISTA COLIDIU TRANSVERSALMENTE COM O V1.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: NNS-5125 Sequencial: V1 Descrição: Chassi: 9C2JC4110AR052258 Renavam: 226923452
Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Cor: PRETA Ano: 2010 Tipo: Motocicletas Emplacamento: CEARA-MIRIM/RN
Ocupantes: 2 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: MARIA HELENA R DANTAS CPF/CNPJ: 510.545.404-97
Endereço: CEP:
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Telefones:
COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA
Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: Sequencial: V2 Descrição: BICICLETA Chassi: Renavam:
Marca/Modelo: Cor: Ano: Tipo: Bicicleta Emplacamento:
Ocupantes: 1 Espécie: Categoria:
Proprietário: LEONARDO SEVERO DA SILVA CPF/CNPJ: 000.000.000-00
Endereço: CEP:
Município/UF: Telefones:
COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA
Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: BRASIL Destino: BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Entrava na via Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Não Houve Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 4





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955743
Comunicação: C1072767
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

50
X
W

CONDOTOR ENVOLVIDO

Veículo: V1/NNS-5125
Nome/Apelido: JOSE BELO SOARES NETO
Data de Nascimento: 28/10/1981 Sexo: Masculino Estado Civil: Casado
Nome do Pai: MARIA DE FATIMA PESSOA SOARES
Nome da Mãe: CLETO BELO SOARES
Endereço: AV LUIS LOPES VARELA - NUM. 1156 CENTRO CEP: -
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Telefones: 84-3274-2865 / 9414 5888 Grau de Instrução: Não Informado
Naturalidade: - Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal: -
CPF: 012.456.534-40 Documento de Identificação: 2132167 Órgão Expedidor: SSP /RN
Origem: - Destino: -
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Sim Usava Capacete? Sim
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado
Transcrição da Declaração: -

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: AB Registro CNH: 03778614919/RN Primeira Habilitação: 03/02/2006
Validade CNH: 13/03/2014 País CNH: - Dormir? Não Km Percorridos: - Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences: -
Informações Complementares: -

ENCAMINHAMENTO DO CONDOTOR

Tipo de Receptor: - Responsável pela Recepção: - Data/Hora da Recepção (hora local): -
Documento do Responsável: - Motivo: -
Município/UF: -
Descrição do: -

CONDOTOR ENVOLVIDO

Veículo: V2/ BICICLETA
Nome/Apelido: LEONARDO SEVERO DA SILVA
Data de Nascimento: - Sexo: Masculino Estado Civil: Não Informado
Nome do Pai: ANTONIO CLEMENTINO DA SILVA
Nome da Mãe: MARIA COSTA DA SILVA
Endereço: ASSENTAMENTO SÃO SEBASTIÃO II CEP: -
Município/UF: CEARA-MIRIM/RN Telefones: 84-9144-9831 Grau de Instrução: Não Informado
Naturalidade: - Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal: -
CPF: - Documento de Identificação: 1228090 Órgão Expedidor: SSP /RN
Origem: - Destino: -
Estado Físico: Lesões Graves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Não Aplicável Usava Capacete? Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado
Transcrição da Declaração: -

Condutor é Habilitado? Ignorado Categoria CNH: - Registro CNH: - Primeira Habilitação: -
Validade CNH: - País CNH: - Dormir? Não Km Percorridos: - Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences: -
Informações Complementares: -

ENCAMINHAMENTO DO CONDOTOR

Tipo de Receptor: - Responsável pela Recepção: - Data/Hora da Recepção (hora local): -
Documento do Responsável: - Motivo: -
Município/UF: -
Descrição do: -

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 3





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 955743
Comunicação: C1072767
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/CG 125 FAN KS	Placa: NNS-5125
Nome do Agente/Assinatura: EZEQUIAS LEMOS DOS SANTOS	Nº BOAT: 955743
Registro/Matrícula do Agente: 1070901	Data: 08/08/2011 13:00

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	Sim	Não	NA
1	Guidão, suas fixações e comandos nele instalados.	2	X		
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc)	2		X	
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi).	2		X	
4	Motor e suas fixações.	2		X	
5	Eixo do garfo traseiro	2		X	
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2		X	
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2		X	
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	1		X	
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1		X	
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1		X	
11	Alça traseira	1		X	
12	Assento (fixação e firmeza)	2		X	
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras.	2		X	
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)				
	Descrição- Componentes estruturais	3		X	
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)	3		X	
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		X	
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)				
Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA":		2			

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

☒ Dano de Pequena Monta: até 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenha sido danificado nenhum componente estrutural.

☐ Dano de Média Monta: acima de 16 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenham sido danificados três ou mais componentes estruturais.

☐ Dano de Grande Monta: quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NA", três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM
Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente NÃO = Item não danificado ou Não Existente NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 13/09/2011 14:26:12
NÚMERO DE CONTROLE: e5b24967938a149c

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"



Assinado eletronicamente por: TATIANA DE LIMA DIAS BULHOES - 31/10/2019 11:00:35
<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103111003238400000048258929>
Número do documento: 19103111003238400000048258929



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COMELE - COORDENADORIA DE MEDICINA LEGAL

L. NO. : 03.01488.11/12

2ª VIA

LAUDO DE EXAME DE LESÃO CORPORAL

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2012, nesta cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, e na sede do Instituto Técnico-Científico de Polícia, pelo Diretor(a) Geral e/ou Coordenador(a) de Medicina Legal, Sr(a) Manoel Marques de Melo, foi designado o Médico Legista, Doutor(a) Carlos André Nunes Jatobá, CRM 3836, Perito(a) Oficial, para proceder o EXAME DE LESÃO CORPORAL na pessoa abaixo qualificada, afim de ser atendida a solicitação do(a) Delegado de Polícia Civil, Sr(a) José Antônio da Silva Júnior, exercendo suas funções no(a) Delegacia de Polícia Civil de Ceará-Mirim/RN, devendo este laudo ser remetido para DP de Ceará-Mirim/RN, descrevendo com a verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar, e bem, assim, esclarecer tudo quanto interessar possa e responder aos quesitos no final formulados.

NOME DA VÍTIMA : Leonardo Severo da Silva **SEXO** : Masculino
NATURAL : Ceará-Mirim/RN **NACIONALIDADE** : Brasileira
COR : Feoderma **DATA DE NASCIMENTO** : 06/11/1953 **IDADE** : 59 anos.
ESTADO CIVIL : Divorciado **PROFISSÃO** : Agricultor
PAI : Antonio Clementino da Silva
MÃE : Maria Costa da Silva
ENDEREÇO : Assentamento São Sebastião. **NÚMERO** : 27
BAIRRO : Zona Rural **CIDADE** : Ceará-Mirim/RN
TIPO DE DOCUMENTO : Carteira de Identidade **DOC Nº** 1.228.090
ORGÃO EXPEDIDOR : SSP/ITEP/RN
SINAIS PARTICULARES : ***

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

Ceará-Mirim, na estrada que leva a João Câmara/RN

DATA DA OCORRÊNCIA : 08/08/2011

HORA DA OCORRÊNCIA : 15:30 horas

INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A OFENSA :
Contundente

NOME DO AGRESSOR OU AGENTE RESPONSÁVEL :

PARENTE? ***

QUAL? ***

NÚMERO DE GOLPES : ***

ATAQUE SURPRESA? ***

HOUE CONTENÇÃO DA VÍTIMA? ***

QUEM CONTEVE?

VERSÃO DO PERICIANDO OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, SE MENOR OU INCAPAZ

Periciando vítima de acidente de trânsito.

Esta conforme o original
ITEP, em Natal 09/01/12

[Assinatura]

Reiane Licia Torres Fernandes
Chefe Sala de Laudos - ITEP/RN
MIL 160.552-6
CPF 000.532.644-04



HORA DO EXAME : 15:30 horas

LOCAL DO EXAME : COMELE - ITEP - Natal/RN

DESCRIÇÃO

01- Segundo Guia de Encaminhamento Médico, assinada pela Dr. Ana Flavia C. F. Silveira, o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito.

PRIMEIRO - HÁ OFENSA À INTEGRIDADE CORPORAL OU À SAÚDE DE PERICIANDO ? Sim

SEGUNDO - QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A OFENSA ?
Contundente

TERCEIRO - A OFENSA FOI PRODUZIDA COM O EMPREGO DE VENENO, FOGO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL, OU DE QUE PODIA RESULTAR PERIGO COMUM? (RESPOSTA ESPECIFICADA)

Não

QUARTO - DA OFENSA RESULTOU PERIGO DE VIDA ? Não

QUINTO - DA OFENSA RESULTOU INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS ? Sim

SEXTO - DA OFENSA RESULTOU DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBROS, SENTIDO OU FUNÇÃO; INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO, ENFERMIDADE INCURÁVEL; PERDA OU INUTILIZAÇÃO DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO; DEFORMIDADE PERMANENTE? (RESPOSTA ESPECIFICADA)
Sim

SÉTIMO - DA OFENSA RESULTOU ACELERAÇÃO DE PARTO, OU ABORTO? (RESPOSTA ESPECIFICADA)
Prejudicado

OITAVO - A OFENSA RESULTOU DE INOBSERVÂNCIA DE REGRA TÉCNICA DE PROFISSÃO, ARTE OU OFÍCIO? Prejudicado.

Ante ao exposto, encerro o presente LAUDO.

PERITO

Carlos André Nunes Jatobá, CRM 3836

Esta conforme o original

ITEP, em Natal 09/01/12

A/Roj-H-154

Rejane Licia Torres Fernandes

Chefe Sala de Laudos - ITEP/RN

Mat. 180.552-8

Por 101432.644.04



52
46

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0069/2016, foi disponibilizado na página 02425270 do Diário da Justiça nº A.10-E2138, do dia 21/09/2016, sendo considerada como data da publicação o dia 22/09/2016, com início do prazo em 23/09/2016, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado

Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "INTIMEM-SE AS PARTES PARA SE PRONUNCIAREM SOBRE O LAUDO PERICIAL DE FLS. 43 E SS, EM 05 DIAS. APÓS, À CONCLUSÃO PARA SENTENÇA. Natal, 21 de junho de 2016. Fábio Antônio Correia Filgueira Juiz de Direito "

Do que dou fé.

Natal, 22 de setembro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria



Certifico que, nesta data decorreu o
prazo legal sem que o(s) possessor(es)

Natal, 18 11 16

CONCLUSÃO

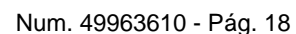
CONCLUSÃO
Ao Exmº. Dr. Juiz de Direito da 12ª Vara Cível.
18 / 11 / 16

Natal, 18 / 11 / 16

Diretor(a) de Secretaria

MANDA A PARTE RE FALAR, OU
NÃO PRECISA?

VAL





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Autos nº 0140398-11.2013.8.20.0001

Autor: Leonardo Severo da Silva

Réu: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

DESPACHO

Vistos em correição.

Tendo em vista a impugnação ao laudo, apresentada pela parte autora às fls. 47/48, notifique-se o perito subscritor do laudo às fls. 42 a 45, para em 05 (cinco) dias, esclarecer os pontos impugnados, sobretudo no que toca às sequelas associadas ao sentido da visão do demandante.

Com a resposta, intimem-se as partes para se manifestarem em 05 (cinco) dias. Logo após, venham os autos conclusos.

Expedientes necessários.

Natal/RN, 22 de novembro de 2016.

Fábio Antônio Correia Filgueira
Juiz de Direito



54
16

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0097/2016, foi disponibilizado na página 02515033 do Diário da Justiça nº A10-E2191, do dia 15/12/2016, sendo considerada como data da publicação o dia 16/12/2016, com início do prazo em 19/12/2016, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "Vistos em correição. Tendo em vista a impugnação ao laudo, apresentada pela parte autora às fls. 47/48, notifique-se o perito subscritor do laudo às fls. 42 a 45, para em 05 (cinco) dias, esclarecer os pontos impugnados, sobretudo no que toca às sequelas associadas ao sentido da visão do demandante. Com a resposta, intinem-se as partes para se manifestarem em 05 (cinco) dias. Logo após, venham os autos conclusos. Expedientes necessários. Natal/RN, 22 de novembro de 2016. Fábio Antônio Correia Filgueira Juiz de Direito"

Do que dou fé.
Natal, 19 de dezembro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria



JUNTA DA

Junta para a data a oses autos 0

Opinio

que segue em anexo

Data: 06/02/17

no
Diretor de Gerencia





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

OFÍCIO N.º 2.111

034 0398. 34.2013

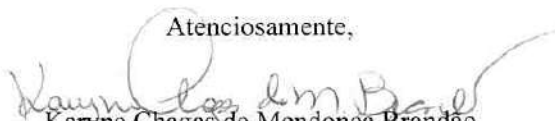
Natal, 01/02/2017.

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Sumário
Autor: Leonardo Severo da Silva
Réu: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Senhora Diretora,

Determino a Vossa Senhoria que notifique o perito Gean Guarniere R. Dantas, para no prazo de 05 (cinco) dias, esclarecer os pontos impugnados, sobretudo no que toca às sequelas associadas ao sentido da visão do demandante.


Atenciosamente,



Karyne Chagas de Mendonça Brandão
Juíza de Direito em Substituição Legal

Ao.
Núcleo de Perícias
Rua Dr. Lauro Pinto, 371, Lagoa Nova, Natal-RN

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 5º Andar, Lagoa Nova - CEP 59064-250, Fone: 1, Natal-RN
- E-mail: 1@tjrn.jus.br



 **Hermes**
Malote Digital

 **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte**
Impresso em: 06/02/2017 às 18:18

RECIBO DE ENVIO

Código Documento: 2550797

Documento: Documento -20170206181805-m1.pdf

Remetente: Secretaria Vara / 12ª Vara Cível / Fórum - Miguel Seabra Fagundes / Comarca - Natal
Nelson Henrique Galvao Freire

Assinatura Digital: 8EIRkh+PMor3RgrHpjSvBp1AyIY=

Código do Envio: 2552339

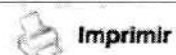
Data de Envio: 06/02/2017 18:16

Encaminhamento: Não

Prioridade: Normal

Assunto: ofício 0140398.11.2013

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
Núcleo de Perícias		



06/02/2017 18:18



JUNTADA

Junto nesta data a estes autos 0

eslaucunado do laudo

que segue em anexo.

Natal, 12 / 09 / 13

Diretor(a) da Secretaria



Recebido com 12.09.17
Allegre

PODER JUDICIÁRIO-COMARCA DE NATAL
JUIZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL
SECRETÁRIA DA 12ª VARA CÍVEL

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS DO PROCESSO Nº 0140398-
11.2013.8.20.0001

QUESTIONAMENTOS QUE SE SEGUEM, QUAIS SEJAM:

- 1) O referido laudo pericial foi feito pelo o Dr. GEAN GUARNIERE R. DANTAS, CRM-RN 4781, TEOT 11044. O qual atesta que o AUTOR não apresenta sequelas da sua visão, NEM OUTRAS SEQUELAS, decorrentes do acidente de trânsito.

Esclarecimentos do Médico Perito

- 1) Levando em consideração que no momento da PERÍCIA MÉDICA, o AUTOR não apresentou nenhum exame complementar (radiografia, tomografia, laudo médico, atestado medico, etc) que atestasse perda da capacidade visual, assim como também não relatou problemas visuais, mesmo este tendo recebido comunicado do NUCLEO DE PERÍCIAS, o qual orientava o AUTOR a apresentar exames complementares, laudos médicos, atestados médicos (PÁG. 36, 12/11/2015).
- 2) Quanto à guia de encaminhamento descrita em boletim de ocorrência, a qual a Dra. Ana Flávia C. F. Silveira (págs. 18 e 51) relata "cegueira do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito", essa não traz data nem causa dessa perda visual, não sendo possível relacionar a perda de visão ao trauma. No exame de corpo de delito também não se observa nenhuma menção ao trauma ocular, apenas é acostada a guia de encaminhamento, visto que o acidente ocorreu em 08/08/2011. Sendo assim, conforme laudo médico pericial inicial realizado em 06-03-2016, ratifico que a parte autora não apresentava, naquele momento, nenhuma sequela decorrente desse acidente.



Encerramento:

Coloco-me à disposição dessa Justiça para maiores esclarecimentos.

Nada mais havendo a considerar, encerro aqui as respostas aos questionamentos da pericianda, composto de 02 folhas impressas somente no anverso, tendo somente a última datada e assinada pelo Perito Judicial, que requer desde já a sua juntada aos autos do processo acima citado.

Dr. Gean Guarniere Rodrigues Dantas
CRM RN 4781 TEOT 11044

Natal, RN 12/09/2017

DR. GEAN GUARNIERE R. DANTAS
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 4781 TEOT 11044
CPF: 703.425/474-53



5a
2

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0100/2017, foi disponibilizado no Diário da Justiça, do dia 18/09/2017, sendo considerada como data da publicação o dia 19/09/2017, com início do prazo em 20/09/2017, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "Intimem-se as partes para se manifestarem a respeito dos esclarecimentos do perito, em 05 (cinco) dias."

Do que dou fé.
Natal, 19 de setembro de 2017.

Diretor(a) de Secretaria



JUNTADA
Junto nesta data a estes autos a
juiz
que segue em anexo
Natal, 27/09/12
Diretor(a) do Departamento



L & V
LINS & VELHO ADVOCACIA
CAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

Pub 9

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 12ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DO NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

PROCESSO: 0140398-112013.8.20.0001

AUTOR: LEONARDO SEVERO DA SILVA

RÉ: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: MANIFESTAR SOBRE ESCLARECIMENTO DO PERITO

001 FMTL-17.00241807-9 260917 1637 95

LEONARDO SEVERO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato devidamente representado por seu procurador e advogado já legalmente habilitado, vêm, mui respeitosamente, á presença de Vossa Excelência, em resposta a certidão exarada nos autos folhas 59.

MANIFESTAR SOBRE O ESCLARECIMENTO DO PERITO.

1. A parte autora ingressou com uma ação de seguro DPVAT em 03/09/2013.

2. O requerente foi submetido a um primeiro **Exame de Lesão Corporal**, expedido pelo ITEP, órgão oficial que tem fé pública, no referido exame atesta que o sinistrado **ficou com sequelas decorrente do acidente**, conforme LAUDO fls. 18 dos autos, vamos a descrição:

“...DESCRIÇÃO: **Segundo guia de encaminhamento médico, assinada pela DRª Ana Flávia C. F. Silveira, o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego de olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito.**”

(u)

Rua Dr. Sadi Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.

Fone/Fax (84) 3272-6277 - 99969-7011 – 98788-4353

Email: dpvatlv@yahoo.com.br

107 FMTZ-17.00000914-4 260917 1637 21



51

L & V
LINS & VELHO ADVOCACIA
CAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

DOS QUESITOS:

....
....
.....

....SEXTO- DA OFENSA RESULTOU DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO; INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO; ENFERMIDADE INCURÁVEL; PERDA OU INUTILIZAÇÃO DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO; DEFORMIDADE PERMANENTE?(RESPOSTA ESPECIFICADA): **Sim.**

3. Excelência, o referido laudo foi feito no ITEP, o laudo foi assinado pelo perito Dr Carlos André Nunes Jatobá, CRM 3836, perito oficial do referido órgão, tem fé pública.

4. Portanto, já existia nos autos laudo pericial que atesta que o autor tinha sequela decorrente do acidente.

5. Quanto a alegação do perito que não traz a data nem causa ao trauma. No exame de corpo de delito também não se observa nenhuma menção ao trauma ocular, apenas é acostado guia de encaminhamento, visto que o acidente ocorreu em 08/08/2011. Sendo assim, conforme laudo médico pericial inicial realizada em 06/03/2016, ratifico que a parte autora não apresentava, naquele momento, nenhuma sequela decorrente do acidente.

6. Excelência, a alegação do perito de que não a Drª Flavia (página 18/51 não relata a data e o trauma ocular, **não é verdade**, pois conforme laudo fls. 18:

....LOCAL DO ACIDENTE:

Ceará –Mirim, na estrada que leva a João Câmara

Rua Dr. Sadi Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.

Fone/Fax (84) 3272-6277 - 99969-7011 – 98788-4353

Email: dpvatlv@yahoo.com.br



L & V

LINS & VELHO ADVOCACIA

CAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

DARTA DA OCORRÊNCIA:

08/08/2011;

INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A OFENSA:

Contundente

VERSÃO DO PERICIANDO OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, SE MENOR OU INCAPAZ

Periciando vítima de acidente de tráfego.

DESCRIÇÃO:

Segundo guia de encaminhamento médico, assinada pela DRª Ana Flávia C. F. Silveira , o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego de olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito(grifos nossos).

7. Nobre Julgador , no referido laudo do ITEP atesta todos os fatos e motivos , e descrição da lesão sofrida pelo autor.

8. E digo mais , conforme o DR Gean, ele mesmo afirma que o autor não apresentou nenhum exame complementar(radiografia, tomografia, laudo médico atestado médico), que atestasse perda da capacidade visual.

9. Primeiro, existe no processo um laudo oficial que atesta que o autor tinha ficado com sequelas decorrente do acidente. Como que o DR Gean alega que não tinha elementos que comprovava a sequela do acidente? Tinha pois existe nos autos um documento oficial, ou seja laudo atestando que o autor ficou com sequelas decorrente do acidente.

10. Outro questionamento o Dr Gean, é especialista em Oftalmologia? Não.

Rua Dr. Sadi Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.

Fone/Fax (84) 3272-6277 - 99969-7011 – 98788-4353

Email: dpvatlv@yahoo.com.br



L & V

LINS & VELHO ADVOCACIA

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

11. Diante do exposto ,venho impugnar os esclarecimento, feito pelo perito, de que não existia elementos para o mesmo atestar que o autor ficou com sequelas, pois já existia nos autos documentos , que , atesta que o Autor ficou com sequela , **que é o LAUDO DO ITEP, o autor hoje encontra-se cego do olho esquerdo, e enxerga com dificuldade no olho direito.**

12. REQUER ainda , que seja marcado uma nova perícia, com um oftalmologista, visto que o perito Dr Gean não é especialista nessa área, e o caso concreto exige um especialista em oftalmologia.

Pede e espera deferimento.

Natal, 25 de setembro de 2017.


CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

OAB/RN 7.268.

Rua Dr. Sadi Mendes 1010 – A Santos Reis Parnamirim/RN, CEP – 59.141-085.

Fone/Fax (84) 3272-6277 - 99969-7011 – 98788-4353

Email: dpvatlv@yahoo.com.br



CERTIDÃO

Certifico que, nesta data decorreu o
prazo legal sem que da parte de

se pronunciasse. Dou fé.

Natal, 25 / 10 / 17

[Assinatura]
Diretor(a) de Secretaria

CONCLUSÃO

Ao Exm^o. Dr. Juiz do Direito da 12ª Vara Cível

Natal, 25 / 10 / 17

[Assinatura]
Procurador(a) da Fazenda Pública





64

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca de Natal****Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001**

Autor(s): Leonardo Severo da Silva

Réu(s): Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

DESPACHO

Compulsando os autos, verifico que o presente feito está relacionado ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

A Resolução 35/2017-TJ, em seu artigo 13 e 14, redefiniu a competência das Varas Cíveis para processar os feitos de tal natureza. Vejamos os dispositivos:

Art. 13. Ficam alteradas as competências das 1ª e 2ª Varas de Precatórias da Comarca de Natal transformadas, respectivamente, nas 23ª e 24ª Varas Cíveis da Comarca de Natal para, por distribuição:

III - processar e julgar os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), com a atual 2ª Vara de Sucessões da Comarca de Natal, transformada em 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, e a atual 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, transformada em 20ª Vara Cível.


Art. 14. Fica alterada a competência da 2ª Vara de Sucessões da Comarca de Natal, transformada em 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, para:

II - por distribuição com a 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, transformada em 20ª Vara Cível da Comarca de Natal, bem assim com as 1ª e 2ª Varas de Precatórias da Comarca de Natal, transformadas, respectivamente, em 23ª e 24ª Varas Cíveis da Comarca de Natal, processar e julgar os feitos relacionados ao DPVAT.

Em razão do exposto, declino a competência, determinando que se providencie a redistribuição.

P.I.C.

Natal/RN, 19/02/2018


Fábio Antônio Correia Filgueira
Juiz de Direito



65

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0011/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça, do dia 16/02/2018, sendo considerada como data da publicação o dia 19/02/2018, com início do prazo em 20/02/2018, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado

Claudemir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o presente feito está relacionado ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). A Resolução 35/2017-TJ, em seu artigo 13 ~~em 14~~, redefiniu a competência das Varas Cíveis para processar os feitos de tal natureza. Vejamos os dispositivos: Art. 13. Ficam alteradas as competências das 1ª e 2ª Varas de Precatórias da Comarca de Natal transformadas, respectivamente, nas 23ª e 24ª Varas Cíveis da Comarca de Natal para, por distribuição: I - processar e julgar os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), com a atual 2ª Vara de Sucessões da Comarca de Natal, transformada em 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, e a atual 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, transformada em 20ª Vara Cível. Art. 14. Fica alterada a competência da 2ª Vara de Sucessões da Comarca de Natal, transformada em 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, para: II - por distribuição com a 19ª Vara Cível da Comarca de Natal, transformada em 20ª Vara Cível da Comarca de Natal, bem assim com as 1ª e 2ª Varas de Precatórias da Comarca de Natal, transformadas, respectivamente, em 23ª e 24ª Varas Cíveis da Comarca de Natal, processar e julgar os feitos relacionados ao DPVAT. Em razão do exposto, declino a competência, determinando que se providencie a redistribuição. P.J.C. Natal/RN, 19/02/2018 Fábio Antônio Correia Filgueira Juiz de Direito"

Do que dou fé.

Natal, 19 de fevereiro de 2018.

Chefe de Secretaria



REMESSA

Ao Distribuidor (DEPUT)
Natal 26/04/18
[Assinatura]
Delegado de Aracaju


FÓRUM DES. MIGUEL SEABRA FAGUNDES
SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL
Rua Dr. Lauro Pinto, 315 - 5º andar
Lagoa Nova - CEP 59.064-250 - Natal/RN



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE****Juízo de Direito da Nova 19ª Vara Cível da Comarca de Natal****Processo nº:0140398-11.2013.8.20.0001****CERTIDÃO****RECEBIMENTO**

CERTIFICO, que em 15/05/2018, considerando o que dispõe a Resolução nº 35/2017-TJ, recebi os presentes autos do Distribuidor Cível.

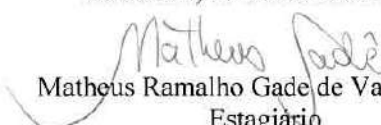
Natal, 17 de maio de 2018


Matheus Ramalho Gade de Vasconcelos
Estagiário

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito desta vara, para os devidos fins.

Natal/RN, 17 de maio de 2018.


Matheus Ramalho Gade de Vasconcelos
Estagiário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Sumário
Autor: Leonardo Severo da Silva
Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

DESPACHO

Em que pese a precedente decretação de revelia nos presentes autos, **intime-se o réu por carta com aviso de recebimento, para**, no prazo de 15(quinze) dias, manifestar-se sobre o laudo pericial e demais documentos que integram o arcabouço probatório, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, **apresentar acordo a ser homologado por este juízo ou manifestar, expressamente, desinteresse na conciliação.**

Transcorrido o predito prazo, voltem-nos conclusos para apreciação da peça acostada às fls. 60/3.

Proceda a Secretaria, acaso for, com a alteração da classe processual para “procedimento ordinário”.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

NATAL/RN, 24 de agosto de 2018.

Elane Palmeira de Souza
Juíza de Direito

Recebido em
30/08/18
Geovani Alves de Oliveira
Auxiliar Técnico
Mat. 498.375-0

Rua LAURO PINTO,315, CANDELARIA - CEP 59064-250, Fone: 36169300, Natal-RN - E-mail: temporario@tjrn.jus.br

67
8
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELANE PALMEIRA DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0140398-11.2013.8.20.0001 e o código 010003AOEH2AL.



68

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0066/2018, foi disponibilizado na página 3080660 do Diário da Justiça nº 2599, do dia 30/08/2018, sendo considerada como data da publicação o dia 31/08/2018, com início do prazo em 03/09/2018, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado
Claudimir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "Em que pese a precedente decretação de revelia nos presentes autos, intime-se o réu por carta com aviso de recebimento, para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestar-se sobre o laudo pericial e demais documentos que integram o arcabouço probatório, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentar acordo a ser homologado por este juízo ou manifestar, expressamente, desinteresse na conciliação. Transcorrido o predito prazo, voltem-nos conclusos para apreciação da peça acostada às fls. 60/3. Proceda a Secretaria, acaso for, com a alteração da classe processual para "procedimento ordinário". Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Natal/RN, 24 de agosto de 2018. Elane Palmeira de Souza Juíza de Direito"

Do que dou fé.
Natal, 31 de agosto de 2018.

Chefe de Secretaria
Geovani Alves da Silva
Auxiliar Técnico
Mat. 198.375-0



JUNTADA

Nesta data, faço juntada dos autos do(a)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mandado de citação | <input type="checkbox"/> contestação |
| <input type="checkbox"/> carta precatória | <input type="checkbox"/> recurso/apelação |
| <input type="checkbox"/> declarações autográficas | <input type="checkbox"/> perícia |
| <input type="checkbox"/> parecer | <input type="checkbox"/> IAR |
| <input checked="" type="checkbox"/> outros | <input type="checkbox"/> laudo |

FLS. 692/3
Natal/RN 31/10/2018

Geovani Alves de Oliveira
Auxiliar Técnico
Mat. 198.375-0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FÓRUM DESEMBARGADOR MIGUEL SEABRA FAGUNDES
NÚCLEO DE PERÍCIAS

Rua Dr. Laudo Pinto, nº 315, Lagoa Nova, CEP: 59064-250, Natal/RN – Telefone: 84 3616-9696
e-mail: nucleodepericias@tjrn.jus.br

Ofício Nº: 08.2018.0001-0-290-NP

Natal-RN, 1 de março de 2018.

A Sua Excelência a Senhora

Dra. Karyne Chagas de Mendonça Brandão

Juíza de Direito em Substituição Legal na 12ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova

59064-250 – Natal/RN

Assunto: Notificação de Perito

Processo: 0140398-11.2013.8.20.0001

Senhora Juíza,

1. Cumprimos a, servimos do presente para informar a Vossa Excelência que recebemos ofício referente ao processo supra identificado, determinando a notificação do médico ortopedista Gean Guarniere Rodrigues Dantas, perito que atuou no processo em comento.

2. Informamos que enviamos carta de notificação ao perito, em atendimento a Vossa determinação, todavia, não logramos êxito em nosso intento, pois a carta nos foi devolvida pelo motivo "desconhecido", conforme cópia que anexamos adiante.

3. De todo modo, passamos a seguir as informações que dispomos em nosso cadastro a respeito do perito, para as providências que julgar necessárias:

Gean Guarniere Rodrigues Dantas

Médico Ortopedista e Traumatologista – CRM/RN 4781, CPF/MF 703.425.474-53

Rua Almeida Castro, 998, ap. 301, Ed. Alto do Tirol. Tirol. Natal/RN. CEP 59.015-060

Fones: 9193-5425, 3206-6789, e-mail: ggrdantas@gmail.com

4. Sendo o que dispomos para o momento, aproveitamos para externar a Vossa Excelência nossa distinta consideração.

Respeitosamente,

Sérgio Cunha de Araújo Mendes
Coordenador

JMA:

Hervies
Malote Digital

Escritório de Perícias do TJRN





Joey (Mr. & Mrs. Aram) (Mr. & Mrs. Aram)

Natal-RN, 26 de julho de 2017.

Natal/RN. CEP 59.015-060

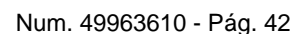
Réu: Porto Seguro – Cia. de Seguros Gerais

Ilustríssimo Senhor,

2. Sendo o que dispomos para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar a Vossa Senhoria nossa distinta consideração.

Atenciosamente,

Maife Digital



78

João Maria dos Anjos - Nete

Harmonia
Malote Digital

Processo 400/2019-151500

Ata de Sessão de 2019-151500



Dr. Gean

6961
1000

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. Gean Guarnieri Rodrigues Dantas
Médico Ortopedista e Traumatologista – CRM/RN 4781
Rua Almeida Castro, 998, ap. 301, Ed. Alto do Tirol. Tirol.
Natal/RN. CEP 59.015-060



DD

REMETENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Núcleo de Perícias do TJRN
Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 1º andar. Lagoa Nova
CEP 59064-250 – Natal/RN
Má. 8 826 592-0
Núcleo de Perícias do TJRN
Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 1º andar. Lagoa Nova
CEP 59064-250 – Natal/RN

Formulário de registro de recebimento com campos para data, hora, nome do remetente, e outras informações. Inclui a data '01-AGO-2017' e o nome 'Francisco Casimiro de Moura'.

Hermes
Malote Digital

Printado em 11/03/2018 09:11



73
8

João Manoel de Almeida - Núcleo de

73
8

73
8

João Manoel de Almeida - Núcleo de

73
8

Malote Digital

Assinado eletronicamente por: TATIANA DE LIMA DIAS BULHOES - 31/10/2019 11:00:35





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª Vara Cível DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001

Ação: Procedimento Ordinário/PROC

CERTIDÃO

Certifico, que em cumprimento ao despacho de fl. 67, procedi com a alteração da classe processual para Procedimento Ordinário, com a devida mudança na etiqueta de autuação.

Natal, 10 de setembro de 2018.


Geovani Alves de Oliveira
Auxiliar Técnico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

75
C

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo n.º 0140398-11.2013.8.20.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Leonardo Severo da Silva

Réu: Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

Documento nº: 0140398-11.2013.8.20.0001-003

À Pessoa Jurídica

Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais, através do seu representante legal

Avenida PRUDENTE DE MORAIS, 4055, LAGOA NOVA


Natal-RN

CEP 59056-200

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Elane Palmeira de Souza, Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, na forma da lei, pela presente, extraída dos autos do processo infra identificado, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para dar cumprimento ao despacho abaixo transcrito, no prazo nele determinado:

DESPACHO: Em que pese a precedente decretação de revelia nos presentes autos, intime-se o réu por carta com aviso de recebimento, para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestar-se sobre o laudo pericial e demais documentos que integram o arcabouço probatório, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentar acordo a ser homologado por este juízo ou manifestar, expressamente, desinteresse na conciliação. Transcorrido o predito prazo, voltemos conclusos para apreciação da peça acostada às fls. 60/3. Proceda a Secretaria, acaso for, com a alteração da classe processual para "procedimento ordinário". Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Natal/RN, 24 de agosto de 2018. Elane Palmeira de Souza Juíza de Direito

Natal/RN, 15 de janeiro de 2019.


José Ribamar Lopes
Técnico Judiciário

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Fórum Miguel Seabra Fagundes, CEP: 59064-250, Natal-RN, fone: 3616-9680/9681, e-mail: nt1pre@tjrn.jus.br



Fls.: 760

Autos nº 0140398-11.2013.8.20.0001

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO
Em 07 de fevereiro de 2019 é juntado a estes autos o aviso de recebimento (AR923315869TJ - Cumprido) referente ao ofício n. 0140398-11.2013.8.20.0001-003 emitido para Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais. Usuário: F198348

CORREIOS AR AVISO DE RECEBIMENTO *nr*

DESTINATÁRIO
Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais
Avenida PRUDENTE DE MORAIS, 4055, LAGOA NOVA
59056-200, Natal, RN

AR923315869TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Secretaria da 19ª Vara Cível
Rua LAURO PINTO, CANDELARIA
59064-250, Natal, RN

23 JAN 2019

CARTA
9912263131-DR/RN
TJ/RN

25 JAN 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª	/	/	/	:	h
2ª	/	/	/	:	h
3ª	/	/	/	:	h

ATENÇÃO
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
0140398-11.2013.8.20.0001-003

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se	5 Recusado
2 Endereço insuficiente	6 Não procurado
3 Não existe o número	7 Ausente
4 Desconhecido	8 Falecido
9 Outros	

RUBRICA E MATRÍCULA DC
Raul C. Albuquerque Neto
Agente de Correios
Mat 86282808

DATA ENTREGA
25/01/19

Nº DOC. DE IDENTIDADE
1822526

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Filipe de Menezes

OME LEGÍVEL DO RECEBEDOR



JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos do(a)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mandado de Citação/intimação | <input type="checkbox"/> Contestação |
| <input type="checkbox"/> Carta Precatória | <input type="checkbox"/> Recurso/apelação |
| <input type="checkbox"/> Declarações iniciais/finais | <input checked="" type="checkbox"/> Petição <i>da ré</i> |
| <input type="checkbox"/> Parecer | <input type="checkbox"/> AR <i>monições</i> |
| <input type="checkbox"/> Outros _____ | <input type="checkbox"/> Laudo <i>sobre o laudo</i> |
| | <input type="checkbox"/> Ofícios <i>pericial</i> |

Natal/RN 01/03/2019







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 01403981120138200001

001 PMTL-19-00205643-B-270219-1630-00

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO SEVERO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

ADEMAIS, O ILUSTRE PERITO NA CONFEÇÃO DO LAUDO DE FLS. ATESTOU QUE INEXISTE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A SUPOSTA INVALIDEZ DA VÍTIMA, NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA O I. JULGADOR FICAR INDIFERENTE A ESTA SITUAÇÃO.

1) O referido laudo pericial foi feito pelo o Dr. GEAN GUARNIERE R. DANTAS, CRM-RN 4781, TEOT 11044. O qual atesta que o AUTOR não apresenta sequelas da sua visão, NEM OUTRAS SEQUELAS decorrentes do acidente de trânsito.

2) Quanto à guia de encaminhamento descrita em boletim de ocorrência, a qual a Dra. Ana Flávia C. F. Silveira (págs. 18 e 51) relata "cegueira do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito", essa não traz data nem causa dessa perda visual, não sendo possível relacionar a perda de visão ao trauma. No exame de corpo de delito também não se observa nenhuma menção ao trauma ocular, apenas é acostada a guia de encaminhamento, visto que o acidente ocorreu em 08/08/2011. Sendo assim, conforme laudo médico pericial inicial realizado em 06-03-2016, ratifico que a parte autora não apresentava, naquele momento, nenhuma sequela decorrente desse acidente.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



78 l
Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 26 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



JUNTADA

Nesta data, faço juntado aos autos do(a)

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| () Mandado de Carceramento | (X) Contestação |
| () Carta Proctoria | () Recursos e petição |
| () Declarações e contestações | () Petição |
| () Fatores | () AR |
| () Outros | () Auto |
| | () Outros |

Nela/RN 01/03/2019





192

2567480- C3/ 2019-00566/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 01403981120138200001

001 PNTL 19-00205644-5 270219 1630 46

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, empresa seguradora com sede à Av. Rio Branco, 1489 - Campos Elíseos - São Paulo -SP - CEP: 01205-900, inscrita no CNPJ sob o número 61.198.164/0001-60 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO SEVERO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **08/08/2011**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **08/08/2011**.

A parte autora OMITE o fato de ter ingressado com o pedido administrativo, tendo recebido o valor conforme a legislação vigente.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ressalta-se que a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na esfera administrativa, no importe de **R\$ 1.350,00 (UM MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)** sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

Repita-se que o pagamento administrativo realizado foi de acordo com percentual indenizável para as supostas lesões suportadas pela parte autora, segundo a graduação da repercussão sobre a importância máxima segurada, em total consonância com o parecer médico pericial.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular³, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviços ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeta, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnaldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnaldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."



81
Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal⁴.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA INÉPCIA DA INICIAL

DA AUSÊNCIA DO BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO

Inicialmente cumpre informar que a petição inicial apresentada pelo autor não está apta a gerar efeitos, vez que não foi instruída com os documentos essenciais à proposição da ação.

O autor não acostou o boletim de primeiro atendimento médico, documento essencial para comprovar o nexo causal do acidente, impossibilitando a elaboração da defesa.

Não se pode olvidar acerca da existência de requisitos formais para o ajuizamento de qualquer demanda, os quais são tradicionalmente denominados na praxe forense de requisitos da petição inicial, estes elencados no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, que pedimos escusas para transcrever, senão vejamos:

"Art. 319. A petição inicial indicará:

I - O juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II - Os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - o requerimento para a citação do réu."

Em prosseguimento, cumpre salientar o disposto no art. 330, I e parágrafo primeiro, Novo Código de Processo Civil, *ipsis literis*:

"Art. 330. A petição inicial será indeferida:

I - quando for inepta;

(...)

Parágrafo primeiro. Considera-se inepta a petição inicial quando

(...)

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

⁴Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [2009.001.20283], 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. "Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece."



829

VI – contiver pedidos incompatíveis

(...)."

Merece destaque, portanto, o disposto no art. 485, I, do Código de Processo Civil. Vejamos:

"Art. 485. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I - quando o juiz indeferir a petição inicial;

(...)."

Desta forma, se faz impossível o pleno direito de defesa e contraditório, visto a comprovada omissão do autor com relação aos fatos narrado e o fato desta não ter colacionado aos autos documentos exigíveis a propositura da demanda.

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito Autoral, devendo acarretar a extinção do feito, sem resolução do mérito, conforme disposto no artigo 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil, combinado com artigo 330, inciso I, e parágrafo primeiro, do mesmo diploma legal.

DO MÉRITO

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE – AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO MÉDICA CAPAZ DE PROVAS O NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A SUPOSTA INVALIDEZ DA VÍTIMA

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que NÃO EXISTE QUALQUER DOCUMENTO QUE COMPROVE QUE AS LESÕES DO AUTOR DECORREM DO ACIDENTE NOTICIADO. DESTACA-SE, INCLUSIVE, QUE NÃO HÁ SEQUER PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE.

CONSTATA-SE, PELA SIMPLES LEITURA DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS, A PARTE AUTORA NÃO ACOSTOU AOS AUTOS DOCUMENTOS MÉDICOS CAPAZES DE PROVAR O NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A SUPOSTA INVALIDEZ DA VÍTIMA, NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA O I. JULGADOR FICAR INDIFERENTE A ESTES DOCUMENTOS.

VEJA AINDA EXA., QUE A PARTE AUTORA NÃO FEZ A JUNTADA DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO, COM A DATA DO ALEGADO ACIDENTE.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

PORTANTO, COMO NÃO HÁ NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, CONFIAR NO ALTO GRAU DE COMPETÊNCIA DE VOSSA EXCELÊNCIA, SENDO CERTO QUE A PRESENTE DEMANDA DEVERÁ SER JULGADA TOTALMENTE IMPROCEDENTE, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 487, INCISO I, DA LEI PROCESSUAL CIVIL.



83e

DO LAUDO PERICIAL

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.

ADEMAIS, O ILUSTRE PERITO NA CONFEÇÃO DO LAUDO DE FLS. ATESTOU QUE INEXISTE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A SUPOSTA INVALIDEZ DA VÍTIMA, NÃO PODENDO DE FORMA ALGUMA O I. JULGADOR FICAR INDIFERENTE A ESTA SITUAÇÃO.

- 1) O referido laudo pericial foi feito pelo o Dr. GEAN GUARNIERE R. DANTAS, CRM-RN 4781, TEOT 11044. O qual atesta que o AUTOR não apresenta sequelas da sua visão, NEM OUTRAS SEQUELAS decorrentes do acidente de trânsito.
- 2) Quanto à guia de encaminhamento descrita em boletim de ocorrência, a qual a Dra. Ana Flávia C. F. Silveira (págs. 18 e 51) relata "cegueira do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito", essa não traz data nem causa dessa perda visual, não sendo possível relacionar a perda de visão ao trauma. No exame de corpo de delito também não se observa nenhuma menção ao trauma ocular, apenas é acostada a guia de encaminhamento, visto que o acidente ocorreu em 08/08/2011. Sendo assim, conforme laudo médico pericial inicial realizado em 06-03-2016, ratifico que a parte autora não apresentava, naquele momento, nenhuma sequela decorrente desse acidente.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



84e

"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **08/08/2011**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁵.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁶.

⁵RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁶Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."



Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.350,00 (UM MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁷, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

⁷“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO. Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



862

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁸.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁹

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de "fácil" instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Requer ainda, a Ré a que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil, tendo em vista, que não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;

⁸"SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

⁹art. 1º. (...)

^{§2º} Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



87e

- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito na sob o nº **OAB/RN 980-A** e **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o nº **5432 - OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 26 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



882

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



89.e

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Daniel Ramon da Silva**, OAB/RN 14.156, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 e **Fernanda Chirstina Flôr Linhares**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.101, todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **LEONARDO SEVERO DA SILVA**, em curso perante a **19ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 01403981120138200001.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.



JOÃO ALVES BARBSA FILHO - OAB/RN 980-A

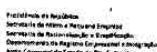
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





NOTES: (1) The data were obtained from the 1990 Census of the United States.

1. **Typical symptoms**

Notes (Continued)

Max imp)

REQUIREMENTS

Ilmo Sr. Presidente da Junta Commercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa e deferimento do seguinte ato:

Código de Atividade	Código Evento	Data	Descrição do ato / Descrição do evento
012	999	1	Ato de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	105	025	Atividade de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira para o Estado de Pernambuco
	105	999	Atividade de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira para o Estado de Pernambuco
	105	030	Atividade de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira para o Estado de Pernambuco

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinaturas:	<i>[Signature]</i>
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Hóriedo
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	

08-207503 753-4

[illegible]

Seguimento L&L: de Curitiba, do Sapo e D'P&AT
Tel: 21 3261-4800 www.seguimentolab.com.br
Rua Senador Dória 74, 5º andar
Curitiba, Rio de Janeiro CEP 20201-206


**Seguros
LÍDER**

Companhia, e o Sr GUSTAVO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 56.842-034-C, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF nº 30.019.738-08, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 100, no Estado do Rio de Janeiro, por o cargo de Diretor, em destaque especial, a posse dos diretores ora eleitos da Companhia assinatura de respectivo termo at a livreto do livro da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos acataram e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos legais. Os Diretores ora eleitos administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de propriedade, pelo seu suborno, concussão, prevaricação e economia pública, e a política ou a prerrogativa, por a mesma criminalidade, vide, além que temperamentalmente, o mesmo a carga pública não estando incursos em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedir de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 3º, inciso II, da Lei n.º 8.936, de 13 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº 6.406, de 15 de setembro de 1976; bem como, por qualquer reincidência falsa imputada em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reter o item [II] da ordem do dia de pauta. Em decorrência disso, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reter o item [III] da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reter o item [IV] da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, conforme segue. Deixamos de ser julgadas as funções de que tratam os itens 12.1.5, 12.1.6, e 12.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgral, tendo em vista inexistirem as referidas atribuições na Companhia.

MEMBRO	ICA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICA PERANTE A SUJEP
1. José Carlos Alves Theres	14.12.2017	14.12.2018	Diretor Presidente
2. Sérgio Ribeiro Rodrigues	14.12.2017	14.12.2018	Assessor Especial Diretor responsável pelo Sistema Circular de Gestão 134/03 e Resolução CNP nº 375/15 (subsúmbio ou operacional)
3. Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	14.12.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUJEP (subsúmbio ou operacional)
4. Jefferson Batista	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável administração financeira (subsúmbio ou operacional) Diretor responsável pelo acompanhamento, orientação e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (subsúmbio ou operacional)
5. André Luiz de Fátima Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.612, de 3 de março de 1998 (Circulares SUJEP nº 234/03 e 440/2017) (fiscalização ou controle) Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle) Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes

Resolução do Conselho de Administração de Seguros Unipol de Despesas de Seguros OPUNT S.A. realizada em 24 de dezembro de 2017, às 10 horas.

[illegible]

Segunda-Feira às 19h30 - Rua Cordeiro do Lago, 100 - Jd. Piraí - São Paulo - SP
Tel: 11 3861-4600 - www.orgaosdofim.com.br
R. da Sociedade Beneficente, 74 - 9º andar
Centro - São de Tarso - CEP 30011-205



SEGUROADORA LIDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO PRIVAT S.A.

NIRE nº 33.3.0028479-6
CNPJ/ME nº 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENCIA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damatti JASIS de Mendonça Bernardo, Rosana Tachima Salgado, Ivan Lúcio Gonzáles Júnior, Alfredo Lalla Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Diezmann, Gisele Gilbert, Possidônio, Nicólis José de Saúlo, Paulo de Oliveira Nedeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza. Conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros de Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semionovski, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Pelinto e Maurício Bernartes, que, por falta de presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias de ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros de Companhia.

4. **MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (II) eleição de Diretores Estatutários; e

6. DEBILIDADES: Iniciados os trabalhos pelo Item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rejeitar para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) JOSÉ ISMAEL VARELA TÔRRES, brasileiro, casado, sem profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº 188.058.769-40 e titular da carteira de identidade nº 2.237.260, expedida pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sob o cargo de **Titular-Presidente** da Companhia; (b) HELIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DITRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.316.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sob o cargo de **Diretor** sem designação específica de

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder de Capitalização de Seguro DPVAT S.A. realizada em 24 de dezembro de 2019, às 15 horas.
Página 5 de 8

[illegible]

Sigsegredos Ltda. da Consórcio de Seguros DPVAX
F4-29 1849-4602 www.sigsegredos.com.br
Rua Salvador Dumas 74, 5º andar
Cidade Rio de Janeiro, CEP 20033-206



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA. Nada mais a ser tratado; foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Marie Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jails de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Têchena Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lima Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolas Jato Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017.

Roberto Barros
Presidente

Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretaria

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Sider do Conselho da Seguradora S.A. realizada em 18 de dezembro de 2017, às 10 horas

[illegible][illegible]

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assegurar o dirigir os trabalhos, manter a ordem, supervisionar, adiar e encerrar as reuniões e relatar a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos documentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião convocada.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral e suas reuniões em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/6 (um sexto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação (caso não se reúnem) com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral terão formalidade atrelada de que deverá constar a manutenção das deliberações tomadas. De não terem sido atendidas ou não serem atendidas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á à investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 2 de 10

Junta Comissária do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 3330284796
Produção: 002018257185 - 27/06/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/05/2016, E O REGISTRO SOB O NOME E DATA ABaixo
Autenticação: 40F3AC288A3B3247C8184770798C8A11874745A1E26268234027F43C015
Assinatura: 00020209003 - 11/03/2016

Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto - Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no máximo, 9 (nove) membros, e, no máximo, 15 (quinze) membros, o qual poderá ser suplente, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, e, com mandato de 1 (um) ano, passíveis a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselho Presidente, Conselho Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo - O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que ocasionem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro - O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11º - Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12º - Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membros do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de ausência de cargo do Conselho de Administração, o suplente poderá ser substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela próxima Assembleia Geral.

ARTIGO 13º - Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro - O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, podendo, ainda, o Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam ser instaladas e validadas, o deliberar será necessário a presença de no mínimo 5 (cinco) membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente convocada.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 3 de 10

Junta Comissária do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 3330284796
Produção: 002018257185 - 27/06/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/05/2016, E O REGISTRO SOB O NOME E DATA ABaixo
Autenticação: 40F3AC288A3B3247C8184770798C8A11874745A1E26268234027F43C015
Assinatura: 00020209003 - 11/03/2016

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do referido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participam das reuniões do Conselho de Administração, podendo convocar pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para discutir sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, consideram-se regular a reunião e a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15º - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como as políticas de investimentos financeiras;
- c) aprovar o orçamento anual, o plano anual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições previstas no Regulamento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados em seu nome de celebração pela Diretoria Executiva.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 4 de 10

Junta Comissária do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 3330284796
Produção: 002018257185 - 27/06/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/05/2016, E O REGISTRO SOB O NOME E DATA ABaixo
Autenticação: 40F3AC288A3B3247C8184770798C8A11874745A1E26268234027F43C015
Assinatura: 00020209003 - 11/03/2016

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balanços mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos e sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alienações estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de fundos reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva e sublevar a Assembleia Geral a proposta de celebração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para por término a título de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e política de benefícios, direitos e indenizações, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da Companhia para cancelamento de percentuais em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e reportando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o ajustamento da companhia às melhores práticas, visando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e em associações com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projeto, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos oriundos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 5 de 10

Junta Comissária do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 3330284796
Produção: 002018257185 - 27/06/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/05/2016, E O REGISTRO SOB O NOME E DATA ABaixo
Autenticação: 40F3AC288A3B3247C8184770798C8A11874745A1E26268234027F43C015
Assinatura: 00020209003 - 11/03/2016

Num. 49963610 - Pág. 68



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARIANA SEGUROS S/A; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCERASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CREDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FAIXA SEGURADORA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAU BOM SEGURADORA S/A; ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUBI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTENCIAL SEGURADORA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA DE SEGUROS; STARK INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S/A; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGUROS S/A.


S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDIA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XI SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. *dozante, denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado, OAB/RJ-144.819; CPF 095.884.017-96; JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-96; FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.029, CPF 086.027.257-31; RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, brasileira, casada, OAB/RJ 185.881, CPF 010.706.334-05, todos integrantes do ESCRITÓRIO JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ-CEP 20.010-020, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.*




PROCURAÇÃO

Heio presente instrumento particular de mandato **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e na Rua Guanabara, nº 1.238, Campos Eliseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores, Srs. **JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.332.458-07 e **FABIO OHARA MORTA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.680.328-42, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Pracababa, nº 618/634 - Torre B - 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Srs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no CPF/MF sob o nº 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, e no CPF/MF sob o nº 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 122.882, e no CPF/MF sob o nº 012.310.027-51; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ, sob o nº 62420, e no CPF/MF sob o nº 542.587.407-30; todos com domicílio profissional à Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar, Centro, CEP 20031-705, no Município do Rio de Janeiro/RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a cláusula *Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica de Disponível (TED) onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário com identificação do depositante no Banco do Brasil Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

São Paulo, 04 de Janeiro de 2016.

 **JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**
Diretor de Produção

 **FABIO OHARA MORTA**
Diretor Técnico



962



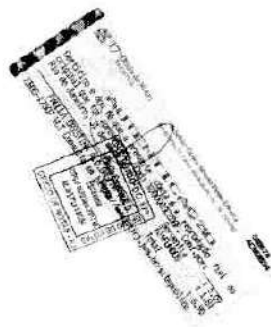
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ/ME nº 08.108.154/0002-60
NIRE 35.3.0004208-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015**

1. **Data, hora e local:** 31 de março de 2015, às 9h, na sede social, na Avenida Rio Branco, nº 1.087 a Rua Gusmões, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP.
2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Presente o Diretor Jurídico da Sociedade, Sr. Leno Araújo de Lima. Presente ainda o representante da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Sr. Carlos Clari.
3. **Publicações:** Demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "O Estado de São Paulo" no dia 25 de fevereiro de 2015.
4. **Composição da Mesa:** Sr. Adriano Pereira Carvalho Mendes – Presidente; Sr. Renato Maria Ribeiro Barboza – Secretário.
5. **Ordem do dia:**

MATÉRIA ORDINÁRIA:

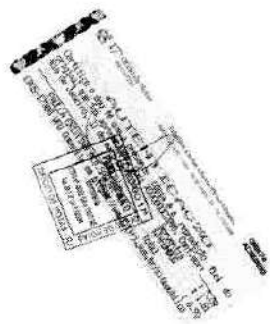
- a) Exame, discussão e ratificação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- b) Destinação do resultado do exercício;
- c) Ratificação das deliberações da Diretoria em reuniões realizadas em 27 de outubro e 19 de dezembro de 2014, referentes ao crédito e pagamento de juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2014;
- d) Distribuição de dividendos aos acionistas;
- e) Determinação da data para o pagamento dos dividendos aos acionistas;



no período de 1º de janeiro de 2014 a 30 de setembro de 2014, correspondendo a R\$ 0,8976174 por ação, e b) R\$ 28.405.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais) relativos ao período de 1º de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, correspondendo a R\$ 0,05280266 por ação. Destes valores, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas considerados herdeiros ou sucessores, de modo que o valor dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte no primeiro período correspondeu a R\$ 0,16324648 por ação e, no segundo período, a R\$ 0,05338226 por ação, conforme aprovado em Reuniões de Diretoria realizadas em 27 de outubro de 2014 e 19 de dezembro de 2014. Os valores foram contabilizados aos acionistas em 28 de outubro de 2014 e 19 de dezembro de 2014, respectivamente e incorporados ao capital social da sociedade em 30 de outubro de 2014 e 19 de dezembro de 2014, respectivamente;

- (ii) R\$ 1.084.752,82 (um milhão, oitenta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos) para pagamento de dividendos complementares ao mínimo obrigatório relativos ao exercício de 2014, correspondendo a R\$ 0,00223267 para cada uma das 485.854.225 ações da Sociedade, sem retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do artigo 18 da Lei nº 9.249/95;
- (iv) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para distribuição de dividendos acionistas ao mínimo obrigatório relativos ao exercício de 2014, correspondendo a R\$ 0,16174652 para cada uma das 485.854.225 ações da sociedade, sem retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do artigo 18 da Lei nº 9.249/95;
- (v) O saldo remanescente de R\$ 241.814.258,46 (duzentos e quarenta e um milhões, oitocentos e quarenta e mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos) para o crédito de Reserva Estatutária de Lucros, nos termos do Estatuto Social.

5.3 Ratificação das deliberações da Diretoria tomadas em reuniões realizadas em 27 de outubro e 19 de dezembro de 2014, referentes aos juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Os valores foram contabilizados aos acionistas em 28 de outubro de 2014 e 19 de dezembro de 2014, respectivamente e incorporados ao capital social da sociedade em 30 de outubro de 2014 e 19 de dezembro de 2014, respectivamente;



6.4 Estabeleceu a data de 10 de abril de 2015 para a realização do pagamento de dividendos aos acionistas, conforme itens 6.2 (ii) e (v) acima;

6.5 Fixou a remuneração dos Diretores no valor global mensal de até R\$ 10.420.000,00 (dez milhões quatrocentos e vinte mil reais); Os montantes individuais mensais de remuneração serão fixados oportunamente em reunião de Diretoria.

EM MATÉRIA EXTRAORDINÁRIA:

5.6 Ratificou a utilização, pela Sociedade, do Comitê de Auditoria instituído na Porto Seguro S.A., única para o conglomerado Porto Seguro, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de setembro de 2005 e, em razão disso, criou um novo capítulo "V" no Estatuto Social para reproduzir as regras já previstas no regulamento. Os capítulos e artigos seguintes foram reenumerados em consequência dessa alteração. O novo capítulo "V" do Estatuto Social tem a seguinte redação:

"Capítulo V – Comitê de Auditoria

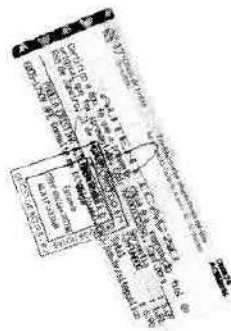
I – Das Objetivos do Comitê de Auditoria

Artigo 15 – A Sociedade se utiliza do Comitê de Auditoria de resolução lênica do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação de Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores.

II – Da Subordinação e da Composição

Artigo 16 – O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que define a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

Artigo 17 – A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos.



Parágrafo 1º – A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III.

Parágrafo 2º – O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reeleito após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior.

Parágrafo 3º – A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito.

Parágrafo 4º – É ineleigível a função de integrante do Comitê de Auditoria.

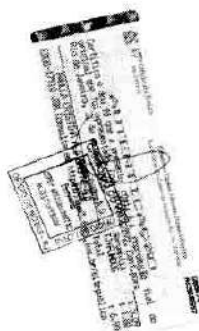
III – Dos Requisitos e Vedações

Artigo 18 – São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria:

- i. Observar os requisitos que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas;
- ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior:
 - a. Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas;
 - b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e;
 - c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas.
- iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas nomeadas nas alíneas "a" e "c" no inciso anterior; e;
- iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração de sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

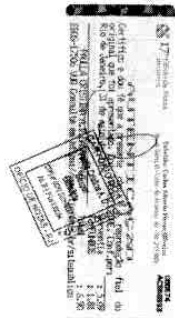
IV – Das Atribuições

Artigo 19 – Consistem atribuições do Comitê de Auditoria:

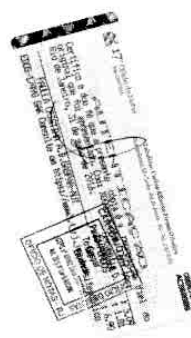


980

- II. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária;
- III. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário;
- IV. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios de administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- V. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos;
- VI. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelo auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação;
- VII. Analisar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta;
- VIII. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- IX. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indicações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os resultados de tais encontros;



- X. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada;
- XI. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências;
- XII. Elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis;
- XIII. Preparar resumo do relatório do item "xii" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12;
- XIV. Preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada;
- XV. Arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos;
- XVI. Comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente;
- XVII. Estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro;
- XVIII. Aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro;
- XIX. Fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe;
- XX. Conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna;
- XXI. Examinar propostas de alterações de princípios contábeis, evitando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração;



3002

Financeiro, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Operacional, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Controladoria, 02 (dois) Diretores de Produção, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação e 05 (cinco) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 8º - A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

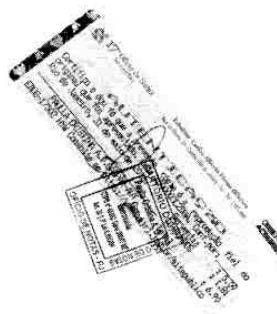
Artigo 9º - A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da sociedade, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 10 - Compete à Diretoria:

- praticar todos os atos de administração da Sociedade;
- resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais;
- praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social;
- deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas;
- representar a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais;
- resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convertem os interesses sociais da sociedade.

Parágrafo 1º Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Sociedade, serão obrigatoriamente assinados:

- por 2 (dois) Diretores em conjunto;
- por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador;



- por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes.

Parágrafo 2º A representação da Sociedade perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes.

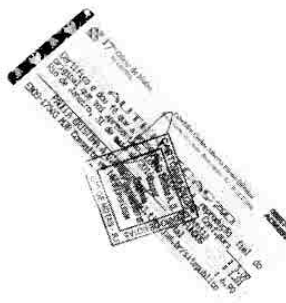
Parágrafo 3º A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos:

- Atos de rotina realizados fora de sede social;
- Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos);
- Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, estatutos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista;
- Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativas públicas ou privadas; e
- Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Sociedade e nem onerem terceiros de obrigações para com ela.

Parágrafo 4º As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, exceção das destinadas para fins judiciais que serão outorgadas, individualmente, por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo 5º Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Sociedade deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Geral ou o Diretor Jurídico ou o Diretor de Controladoria.

Parágrafo 6º As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um dos seus membros em exercício e constarão de



1012

Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 11 - No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor.

Parágrafo Único Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido.

Artigo 12 - A Sociedade poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação.

Parágrafo 1º O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos.

Parágrafo 2º O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos.

Capítulo IV – Conselho Fiscal

Artigo 13 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) Membros Efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único O Conselho Fiscal não será permanente. Será instituído pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação.

Artigo 14 - Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Capítulo V – Comitê de Auditoria

I – Dos Objetivos do Comitê de Auditoria

Artigo 15 - A Sociedade se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à Administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores.

II – Da Subordinação e da Composição

Artigo 16 - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

Artigo 17 - A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida a reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos.

Parágrafo 1º A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III.

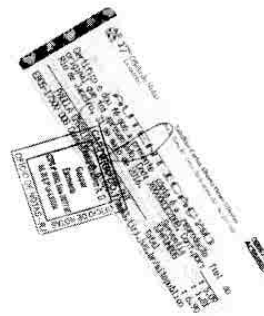
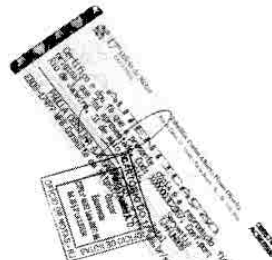
Parágrafo 2º O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior.

Parágrafo 3º A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito.

Parágrafo 4º É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria.

III – Dos Requisitos e Vedações

Artigo 18 - São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria:

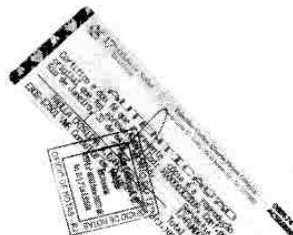


5. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas;
6. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior:
- Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas;
 - Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada, e;
 - Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas;
7. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" e "c" no inciso anterior;
8. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

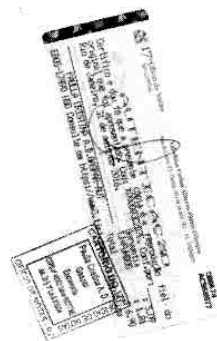
IV – Das Atribuições

Artigo 19 – Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos administrados, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária;
- Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário;
- Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios de administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos;



- Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelo auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação;
- Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta;
- Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Rever-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada;
- Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências;
- Elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não aceitas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis;
- Preparar resumo do relatório do item "a" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12;
- Preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada;
- Arquivar os relatórios do item "a" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos;



- xiv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente;
- xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando e comprovando de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro;
- xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro;
- xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe;
- xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna;
- xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração.

Capítulo VI – Assembleia Geral

Artigo 20 - A Assembleia Geral reúne-se à anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela.

Parágrafo Único O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa.

Artigo 21 - As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior.

Artigo 22 - Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Sociedade, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital.

Parágrafo Único As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.



Artigo 23 - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação.

Artigo 24 - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial.

Parágrafo Único A cada ação corresponde um voto.

Artigo 25 - Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comatôlo, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspensa o exercício destes direitos quando não for feita a designação.

Artigo 26 - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 27 - Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Sociedade com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Capítulo VII – Lucros

Artigo 28 - Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos incidentes sobre o lucro. Dos lucros remanescentes, atendida a ordem legal, será atribuída a participação dos Diretores, respeitados os limites estabelecidos no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 e o disposto no artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo Único Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas a dividendos mínimo obrigatório.

Artigo 29 - O lucro líquido do exercício, após as deduções de que tratam os artigos anteriores e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação:

- a) constituição da reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;



1010

b) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os pagamentos de juros sobre o capital próprio efetuados de acordo com a Lei nº 9.249/95;

c) o saldo remanescente, reservado o disposto na alínea "a" deste Artigo, será destinado à Reserva Estatutária de Lucros com a finalidade de compensação de eventuais prejuízos, aumento do Capital Social ou distribuição aos Acionistas. Atendida a quota acumulada desta Reserva o montante igual ao Capital Social, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do excedente para aumento do Capital Social ou distribuição aos Acionistas da Sociedade;

d) caso a administração da Sociedade considere o montante da Reserva Estatutária de Lucros suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral: (i) que, em determinada parcela, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e pagamento do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Sociedade; e/ou (ii) que os valores integrantes da aludida Reserva sejam revertidos, total ou parcialmente, para aumento do Capital Social ou a distribuição aos Acionistas da Sociedade.

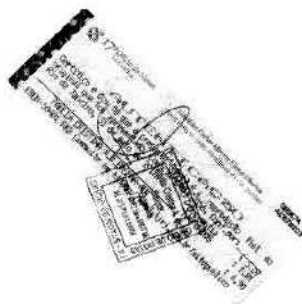
Capítulo VIII – Disposições Gerais

Artigo 30 – O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro, devendo a Diretoria levantar balanços semestrais em 30 (trinta) de junho de cada ano, observando-se em relação aos balanços semestrais os mesmos critérios em vigor para o balanço de encerramento do exercício.

Parágrafo 1º – A Diretoria poderá, observados os limites legais, declarar, ad referendum da Assembleia Geral, dividendos mercantéis à conta de lucro apurado nos balanços semestrais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º – Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, de livre escolha da Diretoria, desde que devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

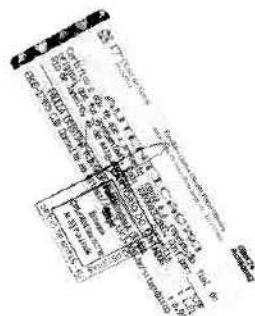
7. Documentos e equivalentes às sociedades: Demonstrações Financeiras e Projeções.



R. Encerramento: Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 31 de março de 2015. (Ass.) – Presidente: Sr. Adriana Pereira Carvalho Simões; Secretária: Sr. Renata Paula Roberto Narducci; Analista: Porto Seguro S.A. – por sua procuradora, Sr. Renata Paula Roberto Narducci; PwC Empreendimentos e Participações S.A. – por sua procuradora, Sr. Adriana Pereira Carvalho Simões; Diretor Jurídico: Sr. Lene Araújo de Lima; Representante da auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes: Sr. Carlos Clum.

A presente cópia fiel da ata lavrada em livro próprio

Renata Paula Roberto Narducci
Secretária



f) Fixação da remuneração global mensal dos Diretores.

MATÉRIA EXTRAORDINÁRIA:

- a) Ratificação da utilização, pela Sociedade, do Comitê de Auditoria instituído na Porto Seguro S.A., único para o Conglomerado Porto Seguro, com a consequente criação de um novo capítulo no Estatuto Social para reproduzir as regras já previstas no regulamento;
- b) Modificação dos parágrafos 3º e 4º do artigo 10 do Estatuto Social para promover ajustes redacionais que confirmem melhor clareza do texto; e
- c) Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos termos dos itens supra, bem como as alterações estatutárias aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2015.

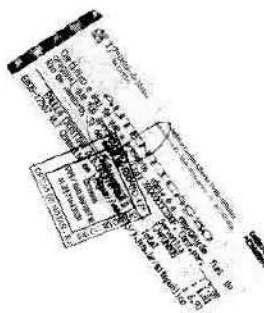
6. Deliberações: A Assembleia Geral, por unanimidade de votos:

EM MATÉRIA ORDINÁRIA:

6.1. Aprova integralmente o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício e do Resultado Ajustado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;

6.2. Aprova a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 403.655.567,56 (quatrocentos e três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos), alocada do valor da Reserva de Retenção, realizada por destinação durante o exercício, no montante de R\$ 1.325.722,00 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil duzentos e vinte e dois reais), perfazendo um total de R\$ 404.981.289,56 (quatrocentos e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), da seguinte forma:

- (i) R\$ 20.182.778,38 (vinte milhões, cento e oitenta e dois mil setecentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos) para a conta de Reserva Legal;
- (ii) R\$ 111.908.000,00 (cento e onze milhões e novecentos mil reais) já distribuídos aos acionistas como juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2014, nos termos do estatuto social da Sociedade, sendo: a) R\$ 83.500.000,00 (oitenta e três milhões e quinhentos mil reais) relativos



CONCLUSAO

Nesta data, faço conclusão dos autos a(o)

MM Juiz(a) de Direito

Nato#RN 01/03/2019





106
8

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

Autos n.º 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação Procedimento Ordinário/PROC
Autor Leonardo Severo da Silva
Réu Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Vistos,

LEONARDO SEVERO DA SILVA, ajuizou a presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT em desfavor de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS S.A, ambos qualificados.

Aduz em síntese que, no dia 08.08.2011, fora vítima de acidente de trânsito resultando **em perda da visão do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito**. Aduz que já recebeu uma parte do valor administrativamente, olvidando, contudo, em informar o valor pago pela Seguradora.

Requer o benefício da justiça gratuita, a citação da requerida, a realização de perícia, a aplicação das regras da Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, a procedência da ação e condenação da parte ré para pagar ao autor uma indenização no valor de R\$ 13.500,00, acrescido de juros de mora e correção monetária, conforme Súmulas 43 e 54 do STJ, e honorários advocatícios no percentual de 20%, sobre o valor da condenação.

Juntou documentos.

Despacho de fl. 20, deferiu a gratuidade judiciária e determinou a citação da parte ré.

Certidão de fl. 25v atestando que a parte ré não apresentou contestação.

Comando judicial de fls.26/7 decretou a revelia da parte ré e determinou a realização de perícia médica a ser realizada pelo Núcleo de Perícias.

Laudo pericial acostado às fls. 44/5, acerca do qual a parte autora apresentou impugnação(fl. 47/8).

Por meio do comando judicial de fl. 53, fora determinada a notificação do perito subscritor do susomencionado laudo, para esclarecer os pontos impugnados, sobretudo no tocante às sequelas associadas ao sentido da visão do demandante.

Através do documento acostado às fls.57/8, o perito ratificou os termos do predito laudo médico, havendo a parte autora através da peça de fls. 60/3, apresentado impugnação e requerido marcação de nova perícia com um oftalmologista.

Autos recebidos por redistribuídos para esta unidade judiciária.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELANE PALMEIRA DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site <https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103111003557300000048258930>, informe o processo 0140398-11.2013.8.20.0001 e o código 01000540ER8RY





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

conforme certidão de fl. 66.

Despacho de fl. 67, determina intimação da parte ré para se manifestar sobre o laudo pericial e demais documentos que integram os autos.

Momento posterior, através da petição de fls. 77/8 a parte ré se pronunciou sobre o laudo, requereu a improcedência do pedido autora em face da inexistência de nexo-causal entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo, oportunidade em que apresentou a contestação de fls. 79/87, acompanhada de documentos, na qual reforça que a parte autora recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.350,00(hum mil, trezentos e cinquenta reais).

É o relatório. Passo a decidir.

II FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, observo que apesar de regular e validamente citada(fl.24v), a parte demandada não apresentou, em momento oportuno peça contestatória(fl.25v), havendo-lhe sido **decretada a revelia**, conforme ressaí do comando judicial de fls. 26/7.

Dessarte, patenteada a revelia da parte ré, deixo de apreciar as preliminares arguidas na extemporânea peça contestatória, nesse sentido:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. DESPEJO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA QUE DEIXA DE APRECIAR PRELIMINAR DE CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. REJEITADA. INVOCAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há nulidade a ser declarada em caso de não apreciação de preliminar arguida em contestação intempestiva. Inexiste obrigatoriedade, inclusive, de manter tal peça processual com essa qualidade nos autos, podendo ser determinado o seu desentranhamento.

2. São inaplicáveis as disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de locação de imóvel entre particulares, uma vez se tratar de relação civil, submetida, portanto, ao regramento constante na Lei n. 8.245/91.3. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. (TJDFT - 20120110231500APC 5ª Turma Cível - Rel. Sebastião Coelho - DJE 26/05/2014).

Em que pese a decretação de revelia nos presentes autos, o seu reconhecimento, por si só, não implica veracidade absoluta dos fatos alegados, nem a procedência automática do pedido inicial, devendo o Julgador analisar as circunstâncias fáticas e os elementos probatórios que lhe são apresentados, formando livremente a sua convicção.

Nessa linha de pensar, eis que no caso em comento enveredamos na

107
8
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELANE PALMEIRA DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site <https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103111003557300000048258930>, informe o processo 0140398-11.2013.8.20.0001 e o código 010003AOER8RY.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

fase instrutória, havendo sido produzida prova pericial.

II.1. Do Mérito

Observa-se que o pleito inicial da parte autora é de percebimento de indenização por invalidez permanente, com arrimo na Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga a pessoas transportadas ou não.

Quanto à incidência das normas de proteção ao consumidor ao caso, arguida pela parte autora, entendo que em não se enquadrando o segurado ao conceito de consumidor, não há que se falar na aplicação de tais normas, até porque para que haja consumidor e relação de consumo, há que ser o autor destinatário final, econômico, de eventuais produtos e serviços oferecidos pela parte ré, o que não ocorre no presente caso.

Vejamos:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. CARÁTER INTEGRATIVO. POSSIBILIDADE. MANIFESTAÇÃO SOBRE SUPOSTA INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE SEUS PRINCÍPIOS PARA FINS DE RECEBIMENTO INTEGRAL DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Os embargos declaratórios devem ser acolhidos, com caráter integrativo da decisão embargada, apenas para sanar omissão, nos termos do art. 535 do CPC, e fazer constar do voto condutor do acórdão que, no caso do seguro obrigatório DPVAT, não há que se falar em relação de consumo, já que além de a vítima de acidente de trânsito não se encaixar no conceito de consumidora, a seguradora, no em caso em apreço, também não se caracteriza como fornecedora, tendo em vista não se tratar a hipótese de contrato típico de seguro, razão porque sequer há de se cogitar em suposta ofensa ao princípio da publicidade previsto no CDC para fins de recebimento da integralidade dos valores dispostos no art. 3º da Lei nº 6.194/74. Embargos de Declaração acolhidos, porém sem modificação do desfecho dado à causa.(Apelação Cível nº 7971-02.2008.8.09.0011(200890079714), 2ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Carlos Alberto Franca. j. 16.10.2012, unânime, DJE 01.11.2012)”.

O artigo 5º da Lei nº 6.194/74 prevê que o pagamento da indenização será realizado mediante a comprovação do acidente (mesmo que de forma simples) e a prova do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro.

Nesse sentido, verifica-se que o pagamento da indenização do seguro obrigatório será realizado mediante o preenchimento dos seguintes requisitos: prova do acidente automobilístico, prova do dano (invalidez permanente) e prova do nexo de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELANE PALMEIRA DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site <https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103111003557300000048258930>, informe o processo 0140398-11.2013.8.20.0001 e o código 010005A0ER8RY.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

causalidade entre o evento e a debilidade definitiva.

Em se tratando de ação de cobrança de indenização securitária do DPVAT, a comprovação do nexo de causalidade entre os danos sofridos pelo segurado e o sinistro não dependem da juntada obrigatória de boletim de ocorrência policial, visto que o autor pode fazer uso de outros documentos que o comprovem.

No caso em discepção, o autor foi submetido a perícia judicial (fls. 44/5), a qual atestou que a parte autora relata queixas algícas em região torácica, região dorsal das costas e cefaleia. Não podendo afirmar, entretanto, o perito se tais queixas foram decorrentes do acidente, visto que o autor não apresentou, na oportunidade, exames complementares, laudos periciais ou quaisquer outros documentos médicos e/ou periciais onde haja relatos dos traumas ocorridos, de modo a relevar qualquer relação entre as queixas e o acidente, **não se verificando, portanto, lesões que resultassem em invalidez permanente.** Tais afirmações foram posteriormente ratificadas pelo perito às fls. 57/8.

Ora, entende-se por invalidez permanente total ou parcial a perda ou a redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor e a impossibilidade de reabilitação deve ser atestada em laudo pericial, **não sendo essa a situação dos autos.**

Sobre o laudo/esclarecimentos prestados pelo *expert*, o autor às fls. 60/3 apresentou impugnação e pedido de nova perícia a ser realizada por um oftalmologista. Em que pese os argumentos defendidos pela parte autora, **não merece a referida impugnação prosperar.** Com efeito, não logrou o autor em trazer aos autos quaisquer outros documentos probatórios aptos a confrontar a conclusão do perito da confiança deste juízo. Ao revés, limitou-se o autor singelamente a informar que apresenta sequelas e, como tal, restringiu-se a informar no item "5" da peça de fls. 47/8, **que quanto aos documentos médicos decorrentes do acidente, os mesmos não foram apresentados, pois já existe nos autos o laudo de exame de lesão corporal expedido pelo Itep.** Mais adiante, no item "6" da peça processual de fls. 60/3 afirma o autor não ser verdadeira a alegação do perito, pois o laudo de fl. 18 descreve **o local do acidente** (Ceará-Mirim, na estrada que leva a João Câmara), **data de ocorrência** (08.08.2011), **instrumento ou meio que produziu a ofensa** (contundente), **versão do periciando** (vítima de acidente de trânsito), e que segundo guia de encaminhamento médico, assinada pela Dra. Ana Flávia C.F. Silveira, o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego de olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito. Todavia, mais uma vez quedou-se o autor em apresentar provas atinentes a comprovar suas alegativas, **posto não juntou aos autos cópias da solicitação do exame médico firmada pelo delegado de polícia de Ceará-Mirim, nem tampouco da guia de encaminhamento médica assinada pela predita médica (ambas, realce-se, apenas noticiadas no laudo de fl. 18 e v, laudo este, registre-se, realizado em data de 28.11.2012, portanto mais de 01 (hum) ano após ocorrido o acidente),** e demonstrar o indispensável nexo de causalidade entre o acidente e o alegado dano.

Em sintonia, o entendimento jurisprudencial prevalente nos Tribunais pátrios:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELANE PALMEIRA DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjrn.jus.br>, informe o processo 0140398-11.2013.8.20.0001 e o código 010005AOER8RY.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE - LESÃO TEMPORÁRIA - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR - PERÍCIA INCONTESTE - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima, invalidez permanente e despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 373, I, do Código de Processo Civil, inafastável o julgamento de total improcedência dos pedidos formulados na inicial. (TJMG - AC 1.0074.15.002358-3/001 - 16ª C.Cív. - Rel. José Marcos Vieira - DJe 27.04.2018)

Por ilação, não havendo o autor se desincumbido do *onus probandi*, não apresentando, outrossim, provas outras aptas a desconstituir a perícia, a qual não merece quaisquer reparos e, como tal, há de permanecer incólume, deduz-se que não merece prosperar a pretensão autoral.

III – DISPOSITIVO

Isto posto, considerando os princípios e regras jurídicas atinentes à matéria em debate, notadamente os citados ao longo do presente comando sentencial, bem como tendo em vista o mais que dos autos consta e com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/15, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado pelo autor nos presentes autos.

Condene a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte ré, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, ante a simplicidade do feito e o tempo de duração do processo, conforme art. 85, do CPC/15.

Por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita (fl.20), suspendo o pagamento das verbas da sucumbência pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, durante o qual deverá a parte ré provar a melhoria das condições financeiras da outra parte, demonstrando que pode a parte autora fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a mesma obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese.

Após o trânsito em julgado, archive-se o feito com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Natal/RN, 14 de junho de 2019.

Elane Palmeira de Souza
Juíza de Direito

Recebido em
25/06/2019
Geovani Alves de Oliveira
Auxiliar Técnico
Mat. 136.375-9

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELANE PALMEIRA DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site <http://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103111003557300000048258930>, informe o processo 0140398-11/2013.8.20.0001 e o código 010005AQER8RY.



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0085/2019, foi disponibilizado na página 3359807 do Diário da Justiça nº 2792, do dia 25/06/2019, sendo considerada como data da publicação o dia 26/06/2019, com início do prazo em 27/06/2019, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

29/06/2019 à 30/06/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
29/06/2019 à 30/06/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
06/07/2019 à 07/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
06/07/2019 à 07/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
13/07/2019 à 14/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
13/07/2019 à 14/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Claudemir José Ferreira Velho (OAB 7268/RN)	15	17/07/2019
João Alves Barbosa Filho (OAB 980A/RN)	15	17/07/2019
Antônio Martins Teixeira Júnior (OAB 5432/RN)	15	17/07/2019

Teor do ato: "Isto posto, considerando os princípios e regras jurídicas atinentes à matéria em debate, notadamente os citados ao longo do presente comando sentencial, bem como tendo em vista o mais que dos autos consta e com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/15, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor nos presentes autos. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte ré, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, ante a simplicidade do feito e o tempo de duração do processo, conforme art. 85, do CPC/15. Por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita(fl.20), suspendo o pagamento das verbas da sucumbência pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, durante o qual deverá a parte ré provar a melhoria das condições financeiras da outra parte, demonstrando que pode a parte autora fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a mesma obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese. Após o trânsito em julgado, archive-se o feito com a respectiva baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Natal/RN, 14 de junho de 2019. Elaine Palmeira de Souza Juíza de Direito"

Do que dou fé.
Natal, 26 de junho de 2019.

Geovânia de Oliveira
Auxiliar Técnico
Mat. 198.375-0

VISTA

Nesta data, faço vista dos autos ao(a)

() Ministério Público () Perito
(X) Advogado () Fazenda Pública

Natal/RN 03/07/2019

Ribamar

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos do(a)

() Mandado de citação/intimação () contestação
() carta precatória () recurso/apelação
() declarações iniciais/finais (X) petição
() parecer () AR
() outros () laudo

Natal/RN 17/07/2019

Ribamar





112
C

AO JUÍZO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

JUSTIÇA GRATUITA!

PROCESSO Nº: 0140398-11.2013.8.20.5001

AÇÃO: COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

REQUERENTE: LEONARDO SEVERO DA SILVA

OBJETO: RECURSO DE APELAÇÃO

LEONARDO SEVERO DA SILVA já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus advogados legalmente constituídos, INTERPOR o presente

RECURSO DE APELAÇÃO

Contra a indeferimento da inicial com fulcro no art. 487 I, do Código de Processo Civil, o que faz nos termos fáticos e jurídicos a seguir delineados. Requer seja a parte recorrida intimada a apresentar APELAÇÃO requerendo sua remessa em apenso para Superior Instância, após cumpridas as formalidades legais.

Nestes Termos,

(a)

RECEBIMENTO

elavos
1

Nesta data, recebi a(o)
(X) petição () mandado
() laudo () outro

Natal/RN 17 10 2019

[Assinatura]



113
CA

Pede e Espera Deferimento.

Natal/RN, 17 de Julho de 2019.


CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

OAB/RN nº 7.268



114
C

EGRÉGIO COLÉGIO RECURSAL
COLENDIA TURMA
CONSPÍCUO RELATOR

I – SÍNTESE PROCESSUAL

01. O Recorrente sofreu acidente automobilístico em 08 de agosto de 2011.
02. Destaque-se ainda que o Apelante, munido de documentação necessária a que alude ao acidente automobilístico, requereu o seguro DPVAT.
03. Dessa forma, o Recorrente ingressou com ação de indenização por danos pessoais causado por veículo automotores de vias terrestres -DPVAT, que tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.
04. Colacionando vasta documentação, requerendo a condenação da Ré, ora Apelada, a pagar a importância correspondente ao **DANO**, no importe de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tudo, devidamente atualizado com aplicação de juros e correção monetária desde a data do evento danoso, ou seja, 08 de agosto de 2011.
05. Foi colacionada aos autos Laudo de Exame de Lesão Corporal emitido pelo ITEP, folhas 18 dos autos.
06. O autor foi submetido a um novo laudo, conforme 44/45 dos autos onde o perito afirma que no quesito 2) As lesões decorreram do acidente de veículo? R. *“Não podemos afirmar que estas queixas decorreram do acidente, pois a parte autora não apresentou exames complementares, laudos periciais ou quaisquer outros documentos médicos e /ou periciais onde haja relatos dos traumas ocorridos, onde possamos encontrar uma relação entre suas queixas e o acidente.”*



115a

07. O referido laudo foi rebatido pela parte autora conforme fls 47 a 51 dos autos, afirmando que existe nos autos Laudo de Exame de Lesão Corporal, emitido pelo ITEP, órgão oficial, que goza de fé pública, atestando que o autor ficou com sequelas decorrente do acidente, conforme laudo fls 18 dos autos, vamos a ele:

DESCRIÇÃO: Segundo guia de encaminhamento médico, assinada pela Dr Ana Flavia C. F. Silveira, o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito.

08. O autor não se desincumbiu do *onus probandi*, não apresentando, outrossim, provas outras aptas a desconstituir a perícia, a qual não merece quaisquer reparos e, como tal, há de permanecer incólume, é esse o motivo pelo qual o Juízo de primeiro grau julgou IMPROCEDENTE o pedido autoral, *in verbis*:

“III - DISPOSITIVO

*Isto posto, considerando os princípios e regras jurídicas atinentes à matéria em debate, notadamente os citados ao longo do presente comando sentencial, bem como, tendo em vista o mais que dos autos consta e com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/15, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado pelo autor nos presentes autos.*

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte ré, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, ante a simplicidade do feito e o tempo de duração do processo, conforme art. 85, do CPC/15.

Por ser a parte autora beneficiário da justiça gratuita (fl.20), suspendo o pagamento das verbas da sucumbência pelo prazo prescricional de 05(cinco) anos, durante o qual deverá a parte ré provar a melhoria nas condições



116A

financeiras da outra parte, demonstrando que pode a parte autora fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a mesma obrigada a pagar verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese.

Após o trânsito em julgado, archive-se o feito com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Natal/RN, 14 de junho de 2019.

Elane Palmeira de Souza

Juíza de Direito"

II – DAS RAZÕES PARA A INTERPOSIÇÃO DO PRESENTE RECURSO

09. Merece ser reformada a REFERIDA SENTENÇA que julgou improcedente o pedido formulado pelo autor, por não ter apresentado outras provas aptas a desconstituir a perícia judicial.

10. Conforme Fls. 18, na Inicial, FOI APRESENTADA PERÍCIA DO ITEP, documento público, que apresenta fé pública, portanto, instrumento hábil para comprovar o nexo causal, bem como as sequelas produzidas pelo acidente.

11. Ademais, a perícia judicial constante nos autos (Fls. 44), relata que “Não podemos afirmar que estas queixas foram decorrentes do acidente, pois a parte autora não apresentou exames complementares.”. Ora excelência, a parte autora apresentou mais do que exames, apresentou uma perícia, subscrita por um perito o Dr. Carlos André



117
X

Nunes Jatobá, CRM 3836, no qual atesta inexoravelmente a sequela do autor, bem como a circunstância em que ocorreu, ou seja, que o periciando foi vítima de um acidente de tráfego, do qual restou uma incapacidade permanente.

12. Não há como o perito, conforme resposta apresentada às Fls. 57, classificar que não houve nenhuma sequela decorrente deste acidente, ora, se não havia prova nos autos para comprovar, segundo o perito, o nexo de causalidade, tão pouco haviam provas para afastá-la.

13. Devendo, portanto, ser considerado o laudo emitido pelo ITEP, como prova pericial suficiente, pois, neste foram observadas as queixas do requerente, bem como a existência da lesão.

14. Outrossim, na contestação apresentada pela parte ré às Fls. 79/87, a seguradora reconheceu a lesão sofrida pelo autor, pois alega que realizou pagamento do sinistro no valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), no qual a parte autora foi submetida a avaliação médica especializada, por dois médicos.

15. Neste diapasão, a requerida ainda realizou pagamento administrativamente referente às lesões sofridas pelo autor, ou seja, ao que depreende da tabela juntada aos autos, de uma lesão residual, no percentual equivalente a 10% (dez por cento), entretanto, conforme perícia do ITEP, o autor encontra-se com “debilidade permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente? Sim.”, ou seja, houve confirmação do encaminhamento realizado pela doutora Ana Flavia C. F. Silveira.

16. Destarte, o que se leva a seguinte situação o ITEP reconheceu as lesões, bem como o nexo causal, a seguradora em contestação também reconheceu, onde o autor foi submetido a avaliação médica especializada, por DOIS MÉDICOS, ou seja, não há que se falar em falta de nexo de causalidade ou não apresentação de instrumentos hábeis a comprovação das sequelas, tendo em vista que já foi inclusive reconhecido extrajudicialmente pela ré.



1188

17. Sendo assim, deve ser observado as lesões sofridas pelo autor e apresentadas em perícia realizada pelo ITEP, para classificação das sequelas e por conseguinte subsunção à tabela de gradação, inclusive apresentada pela ré (Fls. 88).

18. Com essas considerações, resta plenamente demonstrada a necessidade da sentença ser TOTALMENTE reformada, visto que foi reconhecida a lesão do autor pela ré, bem como FOI JUNTADA PERÍCIA TÉCNICA, instrumento hábil a instruir a presente ação.

III – DOS PEDIDOS

Diante de todo exposto, requer:

a) Que seja TOTALMENTE reformada a sentença que julgou improcedente o pedido formulado na inicial, bem como a condenação ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte ré.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Natal/RN, 17 de Julho de 2019.


CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO OAB/RN

nº 7.268





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

Autos n.º 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação Procedimento Ordinário/PROC
Autor Leonardo Severo da Silva
Réu Porto Seguro Cia . de Seguros Gerais

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Vistos,

LEONARDO SEVERO DA SILVA, ajuizou a presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT em desfavor de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS S.A, ambos qualificados.

Aduz em síntese que, no dia 08.08.2011, fora vítima de acidente de trânsito resultando em **perda da visão do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito**. Aduz que já recebeu uma parte do valor administrativamente, olvidando, contudo, em informar o valor pago pela Seguradora.

Requer o benefício da justiça gratuita, a citação da requerida, a realização de perícia, a aplicação das regras da Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, a procedência da ação e condenação da parte ré para pagar ao autor uma indenização no valor de R\$ 13.500,00, acrescido de juros de mora e correção monetária, conforme Súmulas 43 e 54 do STJ, e honorários advocatícios no percentual de 20%, sobre o valor da condenação.

Juntou documentos.

Despacho de fl. 20, deferiu a gratuidade judiciária e determinou a citação da parte ré.

Certidão de fl. 25v atestando que a parte ré não apresentou contestação.

Comando judicial de fls.26/7 decretou a revelia da parte ré e determinou a realização de perícia médica a ser realizada pelo Núcleo de Perícias.

Laudo pericial acostado às fls. 44/5, acerca do qual a parte autora apresentou impugnação(fl. 47/8).

Por meio do comando judicial de fl. 53, fora determinada a notificação do perito subscritor do susomencionado laudo, para esclarecer os pontos impugnados, sobretudo no tocante às sequelas associadas ao sentido da visão do demandante.

Através do documento acostado às fls.57/8, o perito ratificou os termos do predito laudo médico, havendo a parte autora através da peça de fls. 60/3, apresentado impugnação e requerido marcação de nova perícia com um oftalmologista.

Autos recebidos por redistribuídos para esta unidade judiciária.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

conforme certidão de fl. 66.

Despacho de fl. 67, determina intimação da parte ré para se manifestar sobre o laudo pericial e demais documentos que integram os autos.

Momento posterior, através da petição de fls. 77/8 a parte ré se pronunciou sobre o laudo, requereu a improcedência do pedido autora em face da inexistência de nexo-causal entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo, oportunidade em que apresentou a contestação de fls. 79/87, acompanhada de documentos, na qual reforça que a parte autora recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.350,00(hum mil, trezentos e cinquenta reais).

É o relatório. Passo a decidir.

II FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, observo que apesar de regular e validamente citada(fl.24v), a parte demandada não apresentou, em momento oportuno peça contestatória(fl.25v), havendo-lhe sido **decretada a revelia**, conforme ressei do comando judicial de fls. 26/7.

Dessarte, patenteada a revelia da parte ré, deixo de apreciar as preliminares arguidas na extemporânea peça contestatória, nesse sentido:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. DESPEJO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA QUE DEIXA DE APRECIAR PRELIMINAR DE CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. REJEITADA. INVOCAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há nulidade a ser declarada em caso de não apreciação de preliminar arguida em contestação intempestiva. Inexiste obrigatoriedade, inclusive, de manter tal peça processual com essa qualidade nos autos, podendo ser determinado o seu desentranhamento.

2. São inaplicáveis as disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de locação de imóvel entre particulares, uma vez se tratar de relação civil, submetida, portanto, ao regramento constante na Lei n. 8.245/91.3. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. (TJDFT - 20120110231500APC 5ª Turma Cível - Rel. Sebastião Coelho - DJE 26/05/2014).

Em que pese a decretação de revelia nos presentes autos, o seu reconhecimento, por si só, não implica veracidade absoluta dos fatos alegados, nem a procedência automática do pedido inicial, devendo o Julgador analisar as circunstâncias fáticas e os elementos probatórios que lhe são apresentados, formando livremente a sua convicção.

Nessa linha de pensar, eis que no caso em comento enveredamos na





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

fase instrutória, havendo sido produzida prova pericial.

II.1. Do Mérito

Observa-se que o pleito inicial da parte autora é de recebimento de indenização por invalidez permanente, com arrimo na Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga a pessoas transportadas ou não.

Quanto à incidência das normas de proteção ao consumidor ao caso, arguida pela parte autora, entendo que em não se enquadrando o segurado ao conceito de consumidor, não há que se falar na aplicação de tais normas, até porque para que haja consumidor e relação de consumo, há que ser o autor destinatário final, econômico, de eventuais produtos e serviços oferecidos pela parte ré, o que não ocorre no presente caso.

Vejamos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. CARÁTER INTEGRATIVO. POSSIBILIDADE. MANIFESTAÇÃO SOBRE SUPOSTA INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE SEUS PRINCÍPIOS PARA FINS DE RECEBIMENTO INTEGRAL DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Os embargos declaratórios devem ser acolhidos, com caráter integrativo da decisão embargada, apenas para sanar omissão, nos termos do art. 535 do CPC, e fazer constar do voto condutor do acórdão que, no caso do seguro obrigatório DPVAT, não há que se falar em relação de consumo, já que além de a vítima de acidente de trânsito não se encaixar no conceito de consumidora, a seguradora, no em caso em apreço, também não se caracteriza como fornecedora, tendo em vista não se tratar a hipótese de contrato típico de seguro, razão porque sequer há de se cogitar em suposta ofensa ao princípio da publicidade previsto no CDC para fins de recebimento da integralidade dos valores dispostos no art. 3º da Lei nº 6.194/74. Embargos de Declaração acolhidos, porém sem modificação do desfecho dado à causa. (Apelação Cível nº 7971-02.2008.8.09.0011(200890079714), 2ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Carlos Alberto Franca. j. 16.10.2012, unânime, DJE 01.11.2012)".

O artigo 5º da Lei nº 6.194/74 prevê que o pagamento da indenização será realizado mediante a comprovação do acidente (mesmo que de forma simples) e a prova do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro.

Nesse sentido, verifica-se que o pagamento da indenização do seguro obrigatório será realizado mediante o preenchimento dos seguintes requisitos: prova do acidente automobilístico, prova do dano (invalidez permanente) e prova do nexo de





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

causalidade entre o evento e a debilidade definitiva.

Em se tratando de ação de cobrança de indenização securitária do DPVAT, a comprovação do nexo de causalidade entre os danos sofridos pelo segurado e o sinistro não dependem da juntada obrigatória de boletim de ocorrência policial, visto que o autor pode fazer uso de outros documentos que o comprovem.

No caso em discepção, o autor foi submetido a perícia judicial (fls. 44/5), a qual atestou que a parte autora relata queixas algícas em região torácica, região dorsal das costas e cefaleia. Não podendo afirmar, entretanto, o perito se tais queixas foram decorrentes do acidente, visto que o autor não apresentou, na oportunidade, exames complementares, laudos periciais ou quaisquer outros documentos médicos e/ou periciais onde haja relatos dos traumas ocorridos, de modo a relevar qualquer relação entre as queixas e o acidente, **não se verificando, portanto, lesões que resultassem em invalidez permanente.** Tais afirmações foram posteriormente ratificadas pelo perito às fls. 57/8.

Ora, entende-se por invalidez permanente total ou parcial a perda ou a redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor e a impossibilidade de reabilitação deve ser atestada em laudo pericial, **não sendo essa a situação dos autos.**

Sobre o laudo/esclarecimentos prestados pelo *expert*, o autor às fls. 60/3 apresentou impugnação e pedido de nova perícia a ser realizada por um oftalmologista. Em que pese os argumentos defendidos pela parte autora, **não merece a referida impugnação prosperar.** Com efeito, não logrou o autor em trazer aos autos quaisquer outros documentos probatórios aptos a confrontar a conclusão do perito da confiança deste juízo. Ao revés, limitou-se o autor singelamente a informar que apresenta sequelas e, como tal, restringiu-se a informar no item "5" da peça de fls. 47/8, **que quanto aos documentos médicos decorrentes do acidente, os mesmos não foram apresentados, pois já existe nos autos o laudo de exame de lesão corporal expedido pelo Itep.** Mais adiante, no item "6" da peça processual de fls. 60/3 afirma o autor não ser verdadeira a alegação do perito, pois o laudo de fl. 18 descreve **o local do acidente** (Ceará-Mirim, na estrada que leva a João Câmara), **data de ocorrência** (08.08.2011), **instrumento ou meio que produziu a ofensa** (contundente), **versão do periciando** (vítima de acidente de trânsito), e que segundo guia de encaminhamento médico, assinada pela Dra. Ana Flávia C.F. Silveira, o periciando sofreu atrofia ótica, sem prognóstico visual favorável. Encontra-se cego de olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito. Todavia, mais uma vez quedou-se o autor em apresentar provas atinentes a comprovar suas alegativas, **posto não juntou aos autos cópias da solicitação do exame médico firmada pelo delegado de polícia de Ceará-Mirim, nem tampouco da guia de encaminhamento médica assinada pela predita médica** (ambas, realce-se, apenas noticiadas no laudo de fl. 18 e v, laudo este, registre-se, realizado em data de 28.11.2012, portanto mais de 01(hum) ano após ocorrido o acidente), e demonstrar o indispensável nexo de causalidade entre o acidente e o alegado dano.

Em sintonia, o entendimento jurisprudencial prevalente nos Tribunais pátrios:





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal

123

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE - LESÃO TEMPORÁRIA - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR - PERÍCIA INCONTESTE - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima, invalidez permanente e despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 373, I, do Código de Processo Civil, inafastável o julgamento de total improcedência dos pedidos formulados na inicial. (TJMG - AC 1.0074.15.002358-3/001 - 16ª C.Cív. - Rel. José Marcos Vieira - DJe 27.04.2018)

Por ilação, não havendo o autor se desincumbido do *onus probandi*, não apresentando, outrossim, provas outras aptas a desconstituir a perícia, a qual não merece quaisquer reparos e, como tal, há de permanecer incólume, deduz-se que não merece prosperar a pretensão autoral.

III – DISPOSITIVO

Isto posto, considerando os princípios e regras jurídicas atinentes à matéria em debate, notadamente os citados ao longo do presente comando sentencial, bem como tendo em vista o mais que dos autos consta e com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/15, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado pelo autor nos presentes autos.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários ao advogado da parte ré, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, ante a simplicidade do feito e o tempo de duração do processo, conforme art. 85, do CPC/15.

Por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita (fl.20), suspendo o pagamento das verbas da sucumbência pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, durante o qual deverá a parte ré provar a melhoria das condições financeiras da outra parte, demonstrando que pode a parte autora fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a mesma obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese.

Após o trânsito em julgado, archive-se o feito com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Natal/RN, 14 de junho de 2019.

Elane Palmeira de Souza
Juíza de Direito

Recebido em
25/06/2019
Geovani Alves de Oliveira
Auxiliar Técnico
Mat. 158.375-9



CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos autos a(●)

MM Juiz(a) de Direito,

Nata

13/07/2019

R. Hamar

III - DISPOSITIVO

Em razão da conclusão dos autos, o Juiz de Direito, no exercício de suas funções, deve declarar a nulidade do processo, por falta de interesse processual, uma vez que o autor não possui interesse em continuar a ação, conforme se verifica no relatório de audiência de conciliação, datado de 13/07/2019.

Conforme a parte autora alega, não possui interesse em continuar a ação, uma vez que o réu não possui interesse em continuar a ação, conforme se verifica no relatório de audiência de conciliação, datado de 13/07/2019.

Por ser a parte autora beneficiária de justiça gratuita, não há necessidade de pagamento de custas processuais, uma vez que o autor não possui interesse em continuar a ação, conforme se verifica no relatório de audiência de conciliação, datado de 13/07/2019.

Portanto, conclui-se que o processo é nulo, por falta de interesse processual, e deve ser declarado nulo.

Protesto por verdade, e registro em cartório.

Nata, 14 de junho de 2019.

Elaine Palmira de Souza
Juiz(a) de Direito



124 e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001
Ação: Procedimento Ordinário
Autor: Leonardo Severo da Silva

DECISÃO

Com fulcro no art. 1.010, § 1º do CPC/15, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

Havendo recurso adesivo ou sendo suscitadas em preliminar de contrarrazões questões que não comportem agravo de instrumento, intime-se a parte contrária para se manifestar em 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação, com amparo no art. 1.010, § 3º do CPC/15, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Natal/RN, 17 de julho de 2019

ELANE PALMEIRA DE SOUZA

Juíza de Direito

*Recebi em 17/7/2019
Elane Tay*



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0093/2019, foi disponibilizado na página 03383305 do Diário da Justiça nº 2.808, do dia 17/07/2019, sendo considerada como data da publicação o dia 18/07/2019, com início do prazo em 19/07/2019, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

20/07/2019 à 21/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
20/07/2019 à 21/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
27/07/2019 à 28/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
27/07/2019 à 28/07/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
03/08/2019 à 04/08/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
03/08/2019 à 04/08/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado

João Alves Barbosa Filho (OAB 980A/RN)
Antônio Martins Teixeira Júnior (OAB 5432/RN)

Prazo em dias Término do prazo

15	08/08/2019
15	08/08/2019

Teor do ato: "Com fulcro no art. 1.010, § 1º do CPC/15, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo ou sendo suscitadas em preliminar de contrarrazões questões que não comportem agravo de instrumento, intime-se a parte contrária para se manifestar em 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, com amparo no art. 1.010, § 3º do CPC/15, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Natal/RN, 17 de julho de 2019 ELANE PALMEIRA DE SOUZA Juíza de Direito"

Do que dou fé.
Natal, 18 de julho de 2019.

Elane Luiz
p/ Chefe de Secretaria



JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos do(a)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mandado de citação/intimação | <input type="checkbox"/> contestação |
| <input type="checkbox"/> carta precatória | <input type="checkbox"/> recurso/apelação |
| <input type="checkbox"/> declarações iniciais/finais | <input checked="" type="checkbox"/> petição |
| <input type="checkbox"/> parecer | <input type="checkbox"/> AR |
| <input type="checkbox"/> outros _____ | <input type="checkbox"/> laudo |

Natal/RN 07/08/2019

Ribamar A





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 01403981120138200001

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi a(o)

☒ petição ☐ mandado
☐ laudo ☐ outro

Natal/RN 07/08/2019

Libamar C.

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO SEVERO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

NATAL, 2 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA

OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR

5432 - OAB/RN

001 PMT 19.0022087-5 04/01/19 16:48 274



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL / RN

PROCESSO N.º 01403981120138200001

APELANTE: LEONARDO SEVERO DA SILVA

APELADAS: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS E SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

CONTRARRAZÕES DE RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido do apelante.

Data máxima vênia, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

DA AUSENCIA DE INVALIDEZ

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL).

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, conforme o LAUDO JUDICIAL produzido:

- 2) Quanto à guia de encaminhamento descrita em boletim de ocorrência, a qual a Dra. Ana Flávia C. F. Silveira (págs. 18 e 51) relata "cegueira do olho esquerdo, com acuidade visual de não percepção luminosa em olho esquerdo e 20/40 em olho direito", essa não traz data nem causa dessa perda visual, não sendo possível relacionar a perda de visão ao trauma. No exame de corpo de delito também não se observa nenhuma menção ao trauma ocular, apenas é acostada a guia de encaminhamento, visto que o acidente ocorreu em 08/08/2011. Sendo assim, conforme laudo médico pericial inicial realizado em 06-03-2016, ratifico que a parte autora não apresentava, naquele momento, nenhuma sequela decorrente desse acidente.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



128
Cabe ressaltar que não pode a parte Apelada pretender receber a integralidade da indenização decorrente do Seguro DPVAT se não comprovar estar total e permanentemente inválido, bem como a existência de nexo de causalidade entre a invalidez e o sinistro noticiado.

Cumprе ressaltar que DEBILIDADES não se equiparam a INVALIDEZ PERMANENTE, não havendo que se falar em condenação por invalidez total.

Em continuidade, tem-se que o entendimento pacificado prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esta Corte.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da apelante se encontra descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da perícia judicial.

Pelo exposto, requer seja mantida a r. sentença acolhendo a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Apelante recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Apelante deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Apelante poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Frisa-se que a parte Apelante não trouxe aos autos qualquer documento hábil a ilidir o pagamento administrativo, de modo a oportunizar o pagamento de saldo remanescente.

Desta forma, certo é que a Apelada se limitou a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, correspondente à monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais).



BANCO DO BRASIL

129
CA

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

11/01/2012

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LEONARDO SEVERO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01069

CONTA: 000000054833-3

Nr. da Autenticação BD8BC1667E35A97B

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 2 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



130
A

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito na 5432 - OAB/RN, os poderes que lhes foram conferidos por **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **LEONARDO SEVERO DA SILVA**, em curso perante a 19ª VARA CÍVEL da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 01403981120138200001.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 19ª Vara Cível DA COMARCA DE NATAL

Processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001

Ação: Procedimento Ordinário/PROC

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que havendo sido acostadas às fls. 126/130 as contrarrazões, em cumprimento o comando judicial de fl. 214, faço remessa destes autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, através do Protocolo Geral deste Fórum, para julgamento do recurso de apelação.

Natal, 07 de agosto de 2019.

José Ribamar Lopes
Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

TERMO DE REGISTRO	
(x)	Foi identificado falha de numeração no(s) intervalo(s) abaixo indicado(s): Da folha 130 passa para a folha 132.
()	Foi identificada a duplicidade da numeração da(s) seguinte(s) folha(s):
()	A(s) mídia(s) eletrônica(s), contante(s) à(s) fl(s) dos autos físicos, indicadas abaixo, foi(ram) gravada(s) na pasta digital da comarca em referência no s-storage01.
()	A(s) mídia(s) eletrônica(s), contante(s) à(s) fl(s) dos autos físicos não foram gravadas na pasta digital da comarca no s-storage-01, por impossibilidade técnica.
()	Não foi(ram) encontrada(s) nos auto(s) (as) mídia(s) eletrônica(s), constante(s) da(s) fl(s) dos autos físicos.
()	Foi(ram) identificado a ilegibilidade de folha(s)
Do que para constar, lavrei o presente termo.	

MEN



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Gabinete do Desembargador Dilermando Mota

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0140398-11.2013.8.20.0001
APELANTE: LEONARDO SEVERO DA SILVA

Advogado(s): CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO
APELADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Advogado(s): ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR, JOAO ALVES BARBOSA FILHO
RELATOR: DES. DILERMANDO MOTA

ATO ORDINATÓRIO
(Remessa à PGJ)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Dilermando Mota, nos termos dos artigos 152, VI, e 203, §4º, ambos do CPC, bem como da Portaria nº 001/2017-GDM (publicada em 06 de fevereiro de 2017 - DJe Edição 2226), abro vistas do presente recurso à Procuradoria Geral de Justiça, para os devidos fins.

Natal, 26 de novembro de 2019

FRANCISVAN DE FRANCA BEZERRA



Em anexo.



EGRÉGIA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

APELAÇÃO CÍVEL

PROCESSO Nº 0140398-11.2013.8.20.0001

ORIGEM: 19ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN.

APELANTE: LEONARDO SEVERO DA SILVA.

APELADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

RELATOR: Desembargador DILERMANDO MOTA.

PARECER

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT) – DECISÃO QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL – INVALIDEZ PERMANENTE – INEXISTÊNCIA – LAUDO – CONCLUSÃO MÉDICO-PERICIAL – MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

PARECER PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO.

I – RELATÓRIO:

01. Trata-se de Apelação Cível interposta por **LEONARDO SEVERO DA SILVA** em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN, nos autos da ação de cobrança, promovida em face da **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**.



02. Na referida sentença, o juízo *a quo* julgou improcedente o pedido formulado à inicial, por entender que não restou demonstrada a invalidez permanente.

03. Em suas razões recursais, a parte autora pugnou pela reforma da decisão, por entender existente a aludida incapacidade permanente.

04. Regularmente intimada, a parte apelada apresentou contrarrazões, rechaçando os argumentos trazidos pela recorrente.

05. Após, foram os autos remetidos à Procuradoria Geral de Justiça.

06. É o relatório.

II – DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS:

07. A apelação cível preenche os pressupostos recursais intrínsecos, quais sejam: cabimento, legitimidade, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo ao direito de recorrer.

08. De igual maneira, possui os pressupostos recursais extrínsecos: regularidade formal e tempestividade, sendo dispensado preparo em face dos benefícios da Justiça gratuita, motivo pelo qual merece ser conhecida.

III – DO MÉRITO:

09. Insurgiu-se o recorrente, contra sentença que julgou improcedente o pedido referente ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT.

10. Em um primeiro ponto, deve-se atentar para o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 6.194/74, a lei geral do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais:

“Art . 3º Os danos pessoais cobertos pelo



seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) - 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte;
- b) - Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de **invalidez permanente**;
- c) - Até 8 (oito) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (g. n.).

11. Como se vê, em conformidade com o dispositivo legal em destaque, a indenização decorrente do seguro DPVAT requer, para a sua concessão, a caracterização de invalidez permanente.

12. Contudo, o laudo pericial demonstra que as lesões não possuem natureza incapacitante total ou parcial (ID 4732008).

13. Como bem ressaltou o Juízo *a quo*, a lei nº 6.194/74 não faz menção à debilidade, mas sim à invalidez permanente, impossibilitando a vítima de, por si só, realizar suas atividades pessoais e profissionais, o que, pelo que se vê no laudo acima mencionado, não ocorreu no presente caso em relação ao recorrente.

14. Nesse mesmo entendimento, segue a ementa do acórdão abaixo transcrito:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES (DPVAT). APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA PARTE AUTORA. **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE ATESTADA POR**



LAUDO PERICIAL. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. (TJRN – Processo: 2014.013729-0 – Julgamento: 27.01.2015 – Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível Classe: Apelação Cível, Relator: Des. Amaury Moura Sobrinho, extraído do sítio www.tjrn.jus.br, em 21.01.2019) (g. n.).

15. Em suma, considerando a existência de perícia concluindo, suficientemente, pela ausência de incapacidade permanente da vítima, vislumbra-se a necessidade de improvimento do recurso interposto pela parte autora.

16. Tecidas essas considerações, vale ressaltar ser indubitável que o autor sofreu algum tipo de afetação decorrente do acidente. Mas tal aspecto não é suficiente para a concessão do seguro DPVAT que, nos termos da lei, exige a comprovação de invalidez permanente.

IV – CONCLUSÃO:

17. Ante todo o exposto, o 17º Procurador de Justiça, opina pelo conhecimento e improvimento do recurso interposto.

É o parecer, *sub judice*.

Natal/RN, 28 de novembro de 2019.

HERBERT PEREIRA BEZERRA
17º Procurador de Justiça





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Processo:	APELAÇÃO CÍVEL - 0140398-11.2013.8.20.0001
Polo ativo	LEONARDO SEVERO DA SILVA
Advogado(s):	CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO
Polo passivo	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogado(s):	ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR, JOAO ALVES BARBOSA FILHO

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NULIDADE DA SENTENÇA POR OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUSCITADA PELO APELANTE. ACOLHIMENTO. LAUDO PERICIAL OFICIAL CONTRADITÓRIO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR A INVALIDEZ DO AUTOR E SUA EXTENSÃO. BUSCA DA VERDADE. NULIDADE DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM, PARA REALIZAÇÃO DA NOVA PERÍCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. APELO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao apelo, para anular a sentença vergastada, e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao juízo originário para que seja realizada nova perícia médica no autor, nos termos do voto do relator que integra este acórdão.

RELATÓRIO



Trata-se de Apelação Cível interposta por LEONARDO SEVERO DA SILVA em face de sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança, promovido em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, julgou improcedentes os pedidos.

Em suas razões, o apelante alega que houve equívoco no laudo pericial, uma vez que consta nos autos um laudo emitido pelo ITEP que comprova a existência da lesão sofrida autor e que esta foi decorrente do acidente, devendo ser considerado apenas este último.

Diz que na Contestação a própria seguradora reconheceu que a lesão foi em decorrência do acidente mencionado, pois alega que realizou pagamento do sinistro no valor de R\$ 1.350,00, após avaliação médica especializada, por dois médicos.

Defende que restou comprovado o nexo causal.

Por tais motivos, requer o conhecimento e provimento do apelo.

A apelada apresentou contrarrazões, alegando que não há incapacidade permanente, e que “*efetuiu de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida no caso em apreço, correspondente à monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos reais)*” (Id. 4732012 - Pág. 03). E, pugnou pelo desprovimento da pretensão recursal.

Instado a se manifestar, o Ministério Público, por intermédio da 12ª Procuradoria de Justiça, em pronunciamento de fls.154-163, opinou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto.

É o relatório.

VOTO



Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

A pretensão da parte autora na presente demanda é o pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT, em razão de acidente de trânsito, que lhe teria ocasionado invalidez permanente, com perda da visão total do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito.

Compulsando os autos, verifico que o recorrente instruiu a inicial com o Boletim de Acidente de Trânsito, Laudo Pericial do ITEP e que, após determinação do juiz *a quo*, foi realizada perícia judicial (Id. 4732008 - Pág. 5).

Contudo, entendo que com os elementos de prova constantes dos autos, mesmo após a produção de prova pericial de natureza médica realizada, não é possível, ainda, decidir a lide, de forma justa e adequada, sendo necessária a realização de nova perícia.

É que, conforme se verifica, há divergência entre o laudo realizado pelo ITEP em 28/11/2012 (Id. 4732007 - Pág. 07), que apontou da ofensa resultou debilidade perante correspondente a cegueira **no olho esquerdo e não percepção luminosa em olho direito**, justamente as sequelas relatadas na inicial, e o realizado, posteriormente, por perito designado pelo juízo, falava sobre **queixas em região torácicas, dorsal das costas e cefaleia**, e concluiu pela inexistência de sequela decorrente do acidente (Id. 4732008 - Pág. 05).

Ademais, a invalidez permanente decorrente do acidente foi reconhecida até pela seguradora apelada, que inclusive informou e comprovou a realização de pagamento administrativo por invalidez no valor de R\$ 1350,00 (Id. 4732012 - Pág. 04).

Cumprе salientar, ainda, que o entendimento mais atual do STJ e desta Corte de Justiça é pela utilização da tabela de graduação prevista na lei de regência do seguro DPVAT independentemente da data do acidente, devendo, portanto, ser a indenização sempre paga de acordo com o grau da debilidade sofrida, nos termos da Súmula 474 do STJ. pela tabela estabelecida na Lei de regência do seguro DPVAT.

Assim, diante do atual posicionamento do STJ e desta Corte acerca, é imprescindível que seja realizada um novo exame pericial por outro perito, consoante disposto nos arts. 437 e 438 do CPC, para que seja esclarecido se em virtude do acidente mencionado há invalidez permanente do autor nos termos da Lei nº 6194/74, decorrente de alguma lesão, bem como que haja a quantificação em percentual de todos os seguimentos lesionados.

É de se considerar que o destinatário da prova é o juiz e que, se os elementos presentes nos autos não são suficientes para se desvendar a verdade dos fatos, deve ele determinar, inclusive de ofício, a produção da prova necessária, consoante artigo 130 do CPC.

Assim, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes para que se conclua seguramente acerca da invalidez do autor e de sua extensão, o juízo *a quo* não poderia ter julgado a lide sem a realização de uma nova perícia ou de complementação da anterior.

Portanto, tendo ocorrido ofensa ao devido processo legal, é imperioso reconhecer a nulidade da sentença, com o consequente retorno dos autos ao juízo de origem, para que se opere a uma nova perícia médica por outro perito, a fim de apurar a existência de invalidez no autor, bem como o seu grau.

Neste sentido a jurisprudência:



CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGADA DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO DE NULIDADE DA SENTENÇA. LAUDO PERICIAL OFICIAL INCONCLUSIVO. AUSÊNCIA DO GRAU DE DEBILIDADE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME.(TJRN, Apelação Cível nº 2014.003532-9Rel.^a Juiz Convocado Paulo Maia., Segunda Câmara Cível, j. 14/09/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. LAUDO DO IML E PERICIA JUDICIAL CONTRADITÓRIAS. DEVER DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. BUSCA DA VERDADE. Havendo divergência entre o laudo do Instituto Médico Legal e a conclusão da perícia médica realizada judicialmente, deve o magistrado, com fulcro nos arts. 437 e 438 do Código de Processo Civil, determinar que seja realizada nova perícia a fim de aferir, com exatidão, a extensão dos danos sofridos pelo autor no acidente automobilístico.

(TJ-MG, APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0216.11.007493-9/00, Relator: Luiz Artur Hilário, Data de Julgamento: 22/04/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PERÍCIA INCONCLUSIVA. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REALIZAÇÃO DE NOVA PROVA PERICIAL. No caso concreto, a perícia médica realizada nos autos apurou a lesão ocorrida em segmento diverso daquele informado na inicial. Assim, considerando que a perícia realizada não é útil ao deslinde do feito, deve ser desconstituída a sentença e realizada nova prova pericial, fins de apurar a lesão sofrida em decorrência do sinistro noticiado nos autos, bem como a sua graduação. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. APELAÇÃO PREJUDICADA. (Apelação Cível Nº 70064511074, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 24/06/2015).

(TJ-RS, Apelação Cível nº 70064511074, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 24/06/2015, Quinta Câmara Cível)

Assim, diante da nulidade da sentença, resta prejudicada a análise das demais matérias aventadas no recurso.

Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso, para declarar a nulidade da sentença, por cerceamento de defesa, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para que seja realizada nova prova pericial de natureza médica no autor, a fim de aferir, com exatidão, a sua incapacidade e eventual extensão.

É como voto.

Desembargador DILERMANDO MOTA



Relator

Natal/RN, 31 de Março de 2020.



RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por LEONARDO SEVERO DA SILVA em face de sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança, promovido em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, julgou improcedentes os pedidos.

Em suas razões, o apelante alega que houve equívoco no laudo pericial, uma vez que consta nos autos um laudo emitido pelo ITEP que comprova a existência da lesão sofrida autor e que esta foi decorrente do acidente, devendo ser considerado apenas este último.

Diz que na Contestação a própria seguradora reconheceu que a lesão foi em decorrência do acidente mencionado, pois alega que realizou pagamento do sinistro no valor de R\$ 1.350,00, após avaliação médica especializada, por dois médicos.

Defende que restou comprovado o nexo causal.

Por tais motivos, requer o conhecimento e provimento do apelo.

A apelada apresentou contrarrazões, alegando que não há incapacidade permanente, e que “*efetuiu de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida no caso em apreço, correspondente à monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos reais)*” (Id. 4732012 - Pág. 03). E, pugnou pelo desprovimento da pretensão recursal.

Instado a se manifestar, o Ministério Público, por intermédio da 12ª Procuradoria de Justiça, em pronunciamento de fls.154-163, opinou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto.

É o relatório.



VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

A pretensão da parte autora na presente demanda é o pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT, em razão de acidente de trânsito, que lhe teria ocasionado invalidez permanente, com perda da visão total do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito.

Compulsando os autos, verifico que o recorrente instruiu a inicial com o Boletim de Acidente de Trânsito, Laudo Pericial do ITEP e que, após determinação do juiz *a quo*, foi realizada perícia judicial (Id. 4732008 - Pág. 5).

Contudo, entendo que com os elementos de prova constantes dos autos, mesmo após a produção de prova pericial de natureza médica realizada, não é possível, ainda, decidir a lide, de forma justa e adequada, sendo necessária a realização de nova perícia.

É que, conforme se verifica, há divergência entre o laudo realizado pelo ITEP em 28/11/2012 (Id. 4732007 - Pág. 07), que apontou da ofensa resultou debilidade perante correspondente a cegueira **no olho esquerdo e não percepção luminosa em olho direito**, justamente as sequelas relatadas na inicial, e o realizado, posteriormente, por perito designado pelo juízo, falava sobre **queixas em região torácicas, dorsal das costas e cefaleia**, e concluiu pela inexistência de sequela decorrente do acidente (Id. 4732008 - Pág. 05).

Ademais, a invalidez permanente decorrente do acidente foi reconhecida até pela seguradora apelada, que inclusive informou e comprovou a realização de pagamento administrativo por invalidez no valor de R\$ 1350,00 (Id. 4732012 - Pág. 04).

Cumprе salientar, ainda, que o entendimento mais atual do STJ e desta Corte de Justiça é pela utilização da tabela de gradação prevista na lei de regência do seguro DPVAT independentemente da data do acidente, devendo, portanto, ser a indenização sempre paga de acordo com o grau da debilidade sofrida, nos termos da Súmula 474 do STJ. pela tabela estabelecida na Lei de regência do seguro DPVAT.

Assim, diante do atual posicionamento do STJ e desta Corte acerca, é imprescindível que seja realizada um novo exame pericial por outro perito, consoante disposto nos arts. 437 e 438 do CPC, para que seja esclarecido se em virtude do acidente mencionado há invalidez permanente do autor nos termos da Lei nº 6194/74, decorrente de alguma lesão, bem como que haja a quantificação em percentual de todos os seguimentos lesionados.

É de se considerar que o destinatário da prova é o juiz e que, se os elementos presentes nos autos não são suficientes para se desvendar a verdade dos fatos, deve ele determinar, inclusive de ofício, a produção da prova necessária, consoante artigo 130 do CPC.

Assim, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes para que se conclua seguramente acerca da invalidez do autor e de sua extensão, o juízo *a quo* não poderia ter julgado a lide sem a realização de uma nova perícia ou de complementação da anterior.

Portanto, tendo ocorrido ofensa ao devido processo legal, é imperioso reconhecer a nulidade da sentença, com o consequente retorno dos autos ao juízo de origem, para que se opere a uma nova perícia médica por outro perito, a fim de apurar a existência de invalidez no autor, bem como o seu grau.

Neste sentido a jurisprudência:



CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGADA DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO DE NULIDADE DA SENTENÇA. LAUDO PERICIAL OFICIAL INCONCLUSIVO. AUSÊNCIA DO GRAU DE DEBILIDADE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME.(TJRN, Apelação Cível nº 2014.003532-9Rel.^a Juiz Convocado Paulo Maia., Segunda Câmara Cível, j. 14/09/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. LAUDO DO IML E PERICIA JUDICIAL CONTRADITÓRIAS. DEVER DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. BUSCA DA VERDADE. Havendo divergência entre o laudo do Instituto Médico Legal e a conclusão da perícia médica realizada judicialmente, deve o magistrado, com fulcro nos arts. 437 e 438 do Código de Processo Civil, determinar que seja realizada nova perícia a fim de aferir, com exatidão, a extensão dos danos sofridos pelo autor no acidente automobilístico.

(TJ-MG, APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0216.11.007493-9/00, Relator: Luiz Artur Hilário, Data de Julgamento: 22/04/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PERÍCIA INCONCLUSIVA. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REALIZAÇÃO DE NOVA PROVA PERICIAL. No caso concreto, a perícia médica realizada nos autos apurou a lesão ocorrida em segmento diverso daquele informado na inicial. Assim, considerando que a perícia realizada não é útil ao deslinde do feito, deve ser desconstituída a sentença e realizada nova prova pericial, fins de apurar a lesão sofrida em decorrência do sinistro noticiado nos autos, bem como a sua graduação. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. APELAÇÃO PREJUDICADA. (Apelação Cível Nº 70064511074, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 24/06/2015).

(TJ-RS, Apelação Cível nº 70064511074, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 24/06/2015, Quinta Câmara Cível)

Assim, diante da nulidade da sentença, resta prejudicada a análise das demais matérias aventadas no recurso.

Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso, para declarar a nulidade da sentença, por cerceamento de defesa, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para que seja realizada nova prova pericial de natureza médica no autor, a fim de aferir, com exatidão, a sua incapacidade e eventual extensão.

É como voto.

Desembargador DILERMANDO MOTA



Relator



EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NULIDADE DA SENTENÇA POR OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUSCITADA PELO APELANTE. ACOLHIMENTO. LAUDO PERICIAL OFICIAL CONTRADITÓRIO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR A INVALIDEZ DO AUTOR E SUA EXTENSÃO. BUSCA DA VERDADE. NULIDADE DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM, PARA REALIZAÇÃO DA NOVA PERÍCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. APELO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao apelo, para anular a sentença vergastada, e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao juízo originário para que seja realizada nova perícia médica no autor, nos termos do voto do relator que integra este acórdão.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Processo:	APELAÇÃO CÍVEL - 0140398-11.2013.8.20.0001
Polo ativo	LEONARDO SEVERO DA SILVA
Advogado(s):	CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO
Polo passivo	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogado(s):	ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR, JOAO ALVES BARBOSA FILHO

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NULIDADE DA SENTENÇA POR OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUSCITADA PELO APELANTE. ACOLHIMENTO. LAUDO PERICIAL OFICIAL CONTRADITÓRIO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR A INVALIDEZ DO AUTOR E SUA EXTENSÃO. BUSCA DA VERDADE. NULIDADE DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM, PARA REALIZAÇÃO DA NOVA PERÍCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. APELO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao apelo, para anular a sentença vergastada, e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao juízo originário para que seja realizada nova perícia médica no autor, nos termos do voto do relator que integra este acórdão.

RELATÓRIO



Trata-se de Apelação Cível interposta por LEONARDO SEVERO DA SILVA em face de sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança, promovido em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, julgou improcedentes os pedidos.

Em suas razões, o apelante alega que houve equívoco no laudo pericial, uma vez que consta nos autos um laudo emitido pelo ITEP que comprova a existência da lesão sofrida autor e que esta foi decorrente do acidente, devendo ser considerado apenas este último.

Diz que na Contestação a própria seguradora reconheceu que a lesão foi em decorrência do acidente mencionado, pois alega que realizou pagamento do sinistro no valor de R\$ 1.350,00, após avaliação médica especializada, por dois médicos.

Defende que restou comprovado o nexo causal.

Por tais motivos, requer o conhecimento e provimento do apelo.

A apelada apresentou contrarrazões, alegando que não há incapacidade permanente, e que “*efetuiu de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida no caso em apreço, correspondente à monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos reais)*” (Id. 4732012 - Pág. 03). E, pugnou pelo desprovimento da pretensão recursal.

Instado a se manifestar, o Ministério Público, por intermédio da 12ª Procuradoria de Justiça, em pronunciamento de fls.154-163, opinou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto.

É o relatório.

VOTO



Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

A pretensão da parte autora na presente demanda é o pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT, em razão de acidente de trânsito, que lhe teria ocasionado invalidez permanente, com perda da visão total do olho esquerdo e perda da visão de 20/40 do olho direito.

Compulsando os autos, verifico que o recorrente instruiu a inicial com o Boletim de Acidente de Trânsito, Laudo Pericial do ITEP e que, após determinação do juiz *a quo*, foi realizada perícia judicial (Id. 4732008 - Pág. 5).

Contudo, entendo que com os elementos de prova constantes dos autos, mesmo após a produção de prova pericial de natureza médica realizada, não é possível, ainda, decidir a lide, de forma justa e adequada, sendo necessária a realização de nova perícia.

É que, conforme se verifica, há divergência entre o laudo realizado pelo ITEP em 28/11/2012 (Id. 4732007 - Pág. 07), que apontou da ofensa resultou debilidade perante correspondente a cegueira **no olho esquerdo e não percepção luminosa em olho direito**, justamente as sequelas relatadas na inicial, e o realizado, posteriormente, por perito designado pelo juízo, falava sobre **queixas em região torácicas, dorsal das costas e cefaleia**, e concluiu pela inexistência de sequela decorrente do acidente (Id. 4732008 - Pág. 05).

Ademais, a invalidez permanente decorrente do acidente foi reconhecida até pela seguradora apelada, que inclusive informou e comprovou a realização de pagamento administrativo por invalidez no valor de R\$ 1350,00 (Id. 4732012 - Pág. 04).

Cumprе salientar, ainda, que o entendimento mais atual do STJ e desta Corte de Justiça é pela utilização da tabela de gradação prevista na lei de regência do seguro DPVAT independentemente da data do acidente, devendo, portanto, ser a indenização sempre paga de acordo com o grau da debilidade sofrida, nos termos da Súmula 474 do STJ. pela tabela estabelecida na Lei de regência do seguro DPVAT.

Assim, diante do atual posicionamento do STJ e desta Corte acerca, é imprescindível que seja realizada um novo exame pericial por outro perito, consoante disposto nos arts. 437 e 438 do CPC, para que seja esclarecido se em virtude do acidente mencionado há invalidez permanente do autor nos termos da Lei nº 6194/74, decorrente de alguma lesão, bem como que haja a quantificação em percentual de todos os seguimentos lesionados.

É de se considerar que o destinatário da prova é o juiz e que, se os elementos presentes nos autos não são suficientes para se desvendar a verdade dos fatos, deve ele determinar, inclusive de ofício, a produção da prova necessária, consoante artigo 130 do CPC.

Assim, inexistindo nos autos elementos probatórios suficientes para que se conclua seguramente acerca da invalidez do autor e de sua extensão, o juízo *a quo* não poderia ter julgado a lide sem a realização de uma nova perícia ou de complementação da anterior.

Portanto, tendo ocorrido ofensa ao devido processo legal, é imperioso reconhecer a nulidade da sentença, com o consequente retorno dos autos ao juízo de origem, para que se opere a uma nova perícia médica por outro perito, a fim de apurar a existência de invalidez no autor, bem como o seu grau.

Neste sentido a jurisprudência:



CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGADA DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO DE NULIDADE DA SENTENÇA. LAUDO PERICIAL OFICIAL INCONCLUSIVO. AUSÊNCIA DO GRAU DE DEBILIDADE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME.(TJRN, Apelação Cível nº 2014.003532-9Rel.^a Juiz Convocado Paulo Maia., Segunda Câmara Cível, j. 14/09/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. LAUDO DO IML E PERICIA JUDICIAL CONTRADITÓRIAS. DEVER DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. BUSCA DA VERDADE. Havendo divergência entre o laudo do Instituto Médico Legal e a conclusão da perícia médica realizada judicialmente, deve o magistrado, com fulcro nos arts. 437 e 438 do Código de Processo Civil, determinar que seja realizada nova perícia a fim de aferir, com exatidão, a extensão dos danos sofridos pelo autor no acidente automobilístico.

(TJ-MG, APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0216.11.007493-9/00, Relator: Luiz Artur Hilário, Data de Julgamento: 22/04/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PERÍCIA INCONCLUSIVA. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REALIZAÇÃO DE NOVA PROVA PERICIAL. No caso concreto, a perícia médica realizada nos autos apurou a lesão ocorrida em segmento diverso daquele informado na inicial. Assim, considerando que a perícia realizada não é útil ao deslinde do feito, deve ser desconstituída a sentença e realizada nova prova pericial, fins de apurar a lesão sofrida em decorrência do sinistro noticiado nos autos, bem como a sua graduação. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. APELAÇÃO PREJUDICADA. (Apelação Cível Nº 70064511074, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 24/06/2015).

(TJ-RS, Apelação Cível nº 70064511074, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 24/06/2015, Quinta Câmara Cível)

Assim, diante da nulidade da sentença, resta prejudicada a análise das demais matérias aventadas no recurso.

Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso, para declarar a nulidade da sentença, por cerceamento de defesa, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para que seja realizada nova prova pericial de natureza médica no autor, a fim de aferir, com exatidão, a sua incapacidade e eventual extensão.

É como voto.

Desembargador DILERMANDO MOTA



Relator

Natal/RN, 31 de Março de 2020.



Ciente do Acórdão.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DESEMBARGADOR(A)
PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo nº 01140398-11.2013.8.20.0001

LEONARDO SEVERO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo identificado em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado que esta subscreve, tendo em vista a certidão de trânsito em julgado, requer que sejam os autos remetidos à vara de origem para prosseguimento do feito.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 13 de novembro de 2020.

CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO.

OAB/RN 7.268

Edifício Sfax (sala 1504) - Avenida Romualdo Galvão, 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59022-250

55 (84) 3301-5336 | 99969-7011 | Email: tpv@tpvadvocacia.com.br



APELAÇÃO CÍVEL (198) nº 0140398-11.2013.8.20.0001
Relator(a): Desembargador(a) **DILERMANDO MOTA PEREIRA**

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

CERTIFICO que as partes foram intimadas do **Acórdão de ID. (5719571)**, deixando decorrer o prazo legal, *sem interposição de recurso*, tendo o mesmo ***transitado em julgado*** às **23h59min59s** (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do dia **25/05/2020**, motivo pelo qual, procedo a sua **remessa à Comarca de Origem**, O referido é verdade; **dou fé.**

Natal/RN, 15 de dezembro de 2020

JUSSARA COSTA LEITÃO VITAL
Matricula nº163.204-3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

19ª Vara Cível da Comarca de Natal

AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº: 0140398-11.2013.8.20.0001

Demandante: AUTOR: LEONARDO SEVERO DA SILVA

Demandado(a): RÉU: SEGURADORA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que em 15/12/2020 os presentes autos foram recebidos neste Juízo provenientes de instância superior, conforme certidão de ID Num. 63857060. Dessa forma, faço estes autos CONCLUSOS ao exame da MM Juíza de Direito desta Vara, para os devidos fins.

NATAL/RN, 16 de dezembro de 2020.

TAISE TEIXEIRA TAVARES

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal
AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

Processo nº 0140398-11.2013.8.20.0001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: LEONARDO SEVERO DA SILVA

Réu: Seguradora Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

DECISÃO

Em observância aos termos do Acórdão proferido(ID 63857053), devidamente transitado em julgado(ID 63857060), determino a realização de nova prova pericial, **a qual se realizará dia, hora e local designados pela Secretaria deste Juízo**, bem ainda pelo perito médico outrora nomeado **GEAN GUARNIERE R. DANTAS, CRM 4781**(ID 49963609 - págs. 19, 34 - e 49963610 - Pág. 3/6), incumbindo à Secretaria proceder com as intimações da parte autora, **pessoalmente**, da parte requerida, **por seu patrono**, e do respectivo perito, para comparecerem ao anteditado ato processual, sendo ônus do periciando comparecer à perícia munido de seus documentos pessoais e de todos os exames referentes às lesões constantes na exordial.

Intime-se a parte autora, por seu patrono, para fornecer endereço eletrônico e contato telefônico, inclusive whatsapp, próprio e do causídico, para propiciar, acaso for, a prática de atos intimatórios eletronicamente, conforme permissividade insculpida no art. 12 da Portaria nº 38-TJ, de 31.07.2020.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, o qual deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, **ficam desde logo intimadas as partes para**, no prazo comum de 15(quinze) dias (CPC, art. 477, parágrafo 1º), manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão.

Após manifestação das partes, expeça-se o competente alvará em favor do perito, intimando-o para os devidos fins.

Não havendo manifestação das partes sobre a perícia no prazo legalmente estabelecido, ter-se-á por encerrada a instrução, devendo, por conseguinte, serem os autos conclusos para julgamento.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.



Natal/RN, 16 de dezembro de 2020

ELANE PALMEIRA DE SOUZA
Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



**AO JUÍZO DA 19ª VARA CIVEL DA COMARCA DE NATAL ESTADO DO
DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo nº 01140398-11.2013.8.20.0001

LEONARDO SEVERO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo identificado em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado que esta subscreve, em cumprimento ao ID:63900791, informar os contatos telefônicos do autor:

(0 8 4)

99206-5123/9444-2461/99177-9224/99433-1108/99495-0680.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 03 de Março de 2021.

CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO.

OAB/RN 7.268

Edifício Sfax (sala 1504) - Avenida Romualdo Galvão, 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59022-250

55 (84) 3301-5336 | 99969-7011 | Email: tpv@tpvadvocacia.com.br

